

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA****ACTA N.º 1/2007****SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO****27 de Fevereiro de 2007**

A Sessão foi iniciada às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, Rui Miguel Queiroz Correia.**-----

-----**Primeiro Secretário, Elisabete da Silva Ferreira.**-----

-----**Segundo Secretário, Manuel António Torrinho Frade.**-----

Membros presentes: Todos com excepção dos Senhores António Ramos Preto, António Manuel Batista Borges, António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes e Vítor Pedro da Conceição Gonçalves, conforme constam da relação anexa.-----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, o Senhor Presidente, Joaquim Raposo e os Senhores Vereadores Carla Tavares, Clotilde Cunha e Silva, João Bernardino, Gabriel Oliveira, Armando Manuel dos Reis Cruz, Rita Mafalda Madeira, António Nunes, Eduardo Rosa, Filipe Ferreira e António Moreira.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fazia representar, nesta Sessão, pelo Senhor Vogal Luís Miguel Lourenço Ascenção (Documento anexo à presente Acta).-----

Verificado o Quórum, Senhor **Presidente da Mesa** declarou aberta a Sessão.-----

-----**I – SUBSTITUIÇÃO**-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA**

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Rita Mafalda Oliveira Ribeiro Guimarães, da CDU, no período de vinte e seis de Fevereiro a oito de Março (Documento anexo à presente Acta), e do Senhor João Nuno Calado Pimenta Lopes, da CDU, para o dia vinte e sete de Fevereiro (Documento anexo à presente Acta).-----
De seguida informou ainda de que, em conformidade com o Art.º 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pela CDU o Senhor Vasco Miguel Ricardo Aleixo (Documento anexo à presente Acta), e a Senhora Celina José Caro Pina (Documento anexo à presente Acta).-----

II – ORDEM DO DIA-----

-----**PROPOSTA:**-----

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, de *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município*”;-----

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da *Isenção de Taxas de Administração Urbanísticas - Ano 2007 (Proposta n.º 510/2006)* ”;-----

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Plano de Pormenor do Parque Urbano do Neudel - Aprovação (Proposta n.º 518 /2006)”*;-----

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de

18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a *“Regulamento do Cemitério Municipal da Amadora - Alteração (Proposta n.º 52/2007)”*;-----

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta relativa a *“Criação de Comissão Eventual para Acompanhamento da CRIL”*;-----

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M. A. relativa a *“Protocolo entre a C.M.A. e o Hospital Fernando da Fonseca (Proposta n.º 47/2007)”*.-----

Não havendo intervenções o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a Ordem do Dia à discussão, sendo aprovada por unanimidade dos 40 membros presentes. (Documento anexo à presente Acta).-----

III – CORRESPONDÊNCIA-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou de que, no início da Sessão foi distribuída ao Representante de cada Grupo Municipal a relação do expediente, conforme o estipulado no n.º 2 do Art.º 30.º do Regimento.-----

IV – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O Senhor **Presidente da Mesa** iniciou o período com a explicação regimental e inscreveram-se os Senhores Carlos Perry, José Clemente, José Lopes, Guilherme Lemos, José Borges e João Serpa.-----

O Senhor **Carlos Perry** na sua intervenção leu um documento da Associação de Moradores e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Proprietários da Venda Nova - Amadora (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **José Clemente**: “O que lhes vou dizer, penso que já do vosso conhecimento, mas acreditem que é sem ambiguidades, é o que sinto. Defendo e defenderei sempre a construção da CRIL, pois sou pelo progresso da Amadora, nunca estarei ao lado daqueles que aceitam a construção da CRIL com previsões de nível de ruído, que continuam a ultrapassar as normas nacionais e europeias, além do tráfego automóvel ultrapassar os limites especificados em decreto-lei. O projecto não apresenta estudos que uma obra desta envergadura seriam dignificantes, tais como e refiro-me concretamente à Damaia, estudos dos lençóis freáticos, mantêm a não apresentação sobre o impacto das vibrações dos edifícios, sobretudo durante as obras de execução, mantêm barreiras arquitectónicas nas ligações pedestres entre a Damaia e Santa Cruz e acessos às Portas de Benfica e Estrada Da-Maia, na zona do nó da Damaia, a nível do ordenamento do território foram esquecidos o ambiente, e as populações pois o aspecto de planeamento de plástico é gritante e ultrajante para as populações dos residentes. O nó da Damaia a tão a gosto do Senhor Presidente da Câmara, vai ser o conflito ambiental e sinistralidade, e a quem devem ser imputadas as responsabilidades? Sinto-me gorado nas expectativas do enquadramento urbano e paisagístico, que trouxesse às populações o direito a uma qualidade de vida sadia e equilibrada. Já agora Senhor Presidente da Câmara, poderá informar-nos se tem mantido reuniões com as outras partes interessadas sobre a CRIL, e se houve factos novos que nos possa transmitir. Durante a execução da obra foram acautelados factores minimizadores para as populações na área envolvente da Damaia há cento e cinquenta lugares de estacionamento que unem ao corredor da obra, foram acautelados? Está prevista a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Obra, poderá informar-nos de como é feita a sua constituição? Olhos nos olhos Senhor Presidente, e apetece-me lembrar-lhe sempre esperei e faria gosto que as crianças o vissem como o seu herói ao permitir-lhes um sono tranquilo, lamento sinceramente, mas assim tal não vai acontecer.”-----

Senhor **José Lopes**: “Senhor Presidente, eu vou ser muito breve. É assim, eu ouvi-o aqui várias vezes aqui nesta Assembleia falar de Pólo Tecnológico, e então é assim, como é que o

Senhor Presidente quer fazer um Pólo Tecnológico nas instalações da BOMBARDIER, se todos os dias estão a sair material dentro da Empresa que fazem falta àquela unidade fabril. O que nós estamos preocupados é que qualquer dia só vai existir lá é o tijolo, porque de facto aquilo que está lá dentro, vai saindo para os outros Países, vai-se embora, não queria que acontecesse, a mesma coisa que aconteceu a um torno; eu vou-lhe dar só este exemplo: à um torno vertical que nós tínhamos lá que era o segundo torno maior da Europa que foi embora de Portugal, onde esse torno fazia as barragens, as comportas para as barragens isso tudo, então foi para um País que se chama Alemanha e aonde foi notícia número um dos telejornais esse torno, o que eu quero dizer é que está tudo a ir embora e depois nós quando queremos fazer alguma coisa já não podemos, temos que pedir aos outros países.”-----

Senhor **Guilherme Lemos**: “Eu venho aqui hoje numa situação bastante ingrata, mas eu vou fazer uma pergunta, um pedido ao Senhor Presidente da Câmara e uma pergunta. O primeiro pedido que ia fazer ao Senhor Presidente da Câmara tem haver efectivamente quando a Câmara cede ao Estrela da Amadora, o Salão Recreativo, portanto o antigo cinema. Eu várias vezes pedi ao Senhor Presidente da Câmara, escrito obviamente, com conhecimento às autoridades policiais desta Cidade, que a segurança fosse efectuada não por uma força pretoriana, mas sim pela segurança pública da Amadora, aliás nunca foi aceite esse pedido. Na última Assembleia Geral do qual eu fui candidato a Presidente do Conselho Fiscal, em determinada altura eu fui obrigado a calar-me, porque o Senhor Presidente da Direcção fez menção efectivamente, ameaçou e eu tive que me calar senão realmente tinha tido problemas. Ora bem, como todos sabem eu serei candidato de novo à Direcção do Estrela da Amadora, contra a vontade de alguém desta Câmara, mas eu estarei lá. Queria fazer um pedido ao Senhor Presidente, sua Exa., era que, na próxima Assembleia Geral que já devia ter tido lugar, mas isso é outra questão, não é neste foro para a Casa da Democracia, que o policiamento, a segurança, mas mais concretamente a minha segurança, que está a ser protegida neste momento pelas autoridades da Amadora que, fosse efectivamente feita pela PSP, obviamente que isso trás encargos, eu quero dizer aqui solenemente, perante este Auditório que eu assumo o pagamento integral dos gratificados que forem feitos, todas as

despesas com a Segurança Pública da Amadora eu assumirei integralmente essa despesa. É a única maneira de eu garantir a minha estabilidade física, psicológica, mental. Como V. Exa. sabe muito bem, corre portanto vários processos judiciais, que eu não vou agora pronunciar, porque eu sou assistente em todos os processos que corre na Procuradoria Geral da República, todos assistente ao processo, isto era um pedido que eu queria fazer ao Senhor Presidente, de que, a próxima Assembleia Geral da apresentação de contas e da nova eleição da qual eu serei candidato, que fosse assegurada pela PSP. No meu entendimento é a entidade competente para dar a segurança às pessoas que lá estão, porque em caso de conflito, como eu uma vez disse ao Senhor Presidente por escrito, a Vigilância Privada, a empresa portanto tem essa segurança, não pode efectivamente resolver esses problemas terá que se chamar a polícia, portanto digo aqui na Câmara, neste Auditório, na Casa da Democracia, que eu assumo integralmente as despesas. Agora era outra questão, teria muito mais coisas para dizer, mas como está em segredo de justiça, portanto o processo que corre contra a Câmara da Amadora e do Estrela da Amadora, que eu sou assistente nesse processo, queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, se o Protocolo que está em vigor com o Estrela da Amadora, concretamente o capítulo número cinco, que é as verbas que a Câmara dá, cerca de quarenta e oito mil ou cinquenta mil contos que é para as Actividades Amadoras, e eu pergunto: O Estrela da Amadora tem cumprido até 31 de Março, com a apresentação do Relatório das Actividades do Exercício do ano anterior? Primeira pergunta, segunda pergunta que eu faço a V. Exa. Senhor Presidente: é se realmente V. Exa. tem a certeza que esse dinheiro é entregue para as Actividades Amadoras? Outra pergunta: e também tem a certeza que essa verba, que é dada para as Actividades Amadoras, está ser aplicada no pagamento de ordenados a treinadores, massagistas? Esta pergunta que eu também faço a V. Exa., ao artigo número quinto do Protocolo assinado efectivamente entre o Estrela da Amadora e a Câmara Municipal da Amadora. Teria muito mais perguntas a fazer Senhor Presidente, mas a minha vida está em perigo, e V. Exa. sabe perfeitamente disso, eu sei que V. Exa. vai já dizer que não tem nada a haver com isso, mas o futuro dirá se V. Exa. tem ou não tem, vamos aguardar pelo desenrolar do processo que está a correr na Procuradoria Geral da República e mais tarde, e também quero dizer Senhor Presidente, não, não vou dizer nada por agora, eu peço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

muito obrigado pelo tempo que dispuseram, muito boa noite a todos.”-----

Senhor **José Borges**: “Sem querer monopolizar o assunto BOMBARDIER, eu vinha aqui fazer vários considerandos e expressar-lhe Senhor Presidente da Câmara, um pedido que se entender dar a esta Assembleia eu gostaria. É sabido que o Governo deste país através do Ministério dos Transportes e Comunicações tem expressado que a resolução do problema BOMBARDIER seria feita até finais de Janeiro, de adiamento em adiamento estamos praticamente em fins de Fevereiro e nada está resolvido. Sabemos inclusivamente que o Senhor Presidente da Câmara tem tido contactos e reuniões com os Membros do Ministério dos Transportes e Comunicações, gostaria, e esse é o pedido que lhe vou fazer, que se entende-se obviamente, explica-se aos próprios Deputados Municipais, porque em anterior Assembleia Municipal a própria Assembleia tomou como sua, através da aprovação de uma Moção, a tentativa de resolução do problema da BOMBARDIER, que nos explica-se tanto aos Senhores Deputados Municipais como a nós trabalhadores da BOMBARDIER e aos Municípios em geral, qual é o ponto da situação neste momento da resolução do problema, da abertura das instalações da ex-BOMBARDIER.”-----

Senhor **João Serpa**: “Aquilo que me traz aqui, venho em representação dos trabalhadores da Pereira da Costa, sou dirigente do Sindicato da Construção, tenho acompanhado, aliás como outros dirigentes, enfim um conflito que se arrasta aqui no Concelho e que é do conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, já nos recebeu numa audiência, numa reunião, já visitou o Estaleiro da Empresa no dia 19 de Janeiro e que na altura, na última visita assumiu o compromisso também perante os trabalhadores e os Sindicatos, que iria proceder a algumas diligências no sentido de, se poder vir a realizar uma reunião que já solicitamos por diversas ocasiões, designadamente numa primeira fase ao Senhor Ministro das Finanças, à posterior já com ofícios enviados em Outubro, em Dezembro e último em Fevereiro de 2007, ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, uma vez que o processo da Pereira da Costa tem também uma componente do ponto de vista político considerando que o Estado é o principal credor da falida MB Pereira da Costa. Estamos em presença de um conflito que não se vê a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

solução já de imediato, os Trabalhadores que eram inicialmente noventa Trabalhadores foram despedidos de forma ilícita e que entretanto foram reintegrados por decisão judicial e o Conselho de Administração da Pereira da Costa se recusou acatar, a cumprir, manteve os Trabalhadores à porta da Empresa, aliás mantêm-se desde Setembro em vigília permanente vinte e quatro horas por dia, de Segunda a Segunda-Feira, como todos os sacrifícios que daí decorrem quer do ponto de vista pessoal, familiar e social, mas que estão determinados a manterem-se à porta da Empresa aguardando que se faça justiça. Por parte do Governo também já recorremos, já solicitamos reuniões ao Senhor Ministro ao Senhor Primeiro Ministro, já duas ocasiões também, já dois pedidos não obtivemos qualquer resposta e a última foi agora ao Senhor Secretário Estado ao Senhor Primeiro Ministro já em Fevereiro e uma vez mais continua a aguardar que esta reunião venha a ser agendada, o que não se vislumbrar no curto prazo. Só para quem não conhece e muito rapidamente o processo da Pereira da Costa, foi uma Empresa, a Pereira da Costa constituída muito recentemente para adquirir em leilão falida MB Pereira da Costa e que desde 16 de Agosto de 2005, que a escritura do imóvel se continua por realizar havendo uma inércia na nossa opinião e na dos Trabalhadores uma inércia e alguma irresponsabilidade da comissão de credores que é presidida pelo BCP, mas que tem um representante do Estado indicado pelo Ministério das Finanças, que também na nossa opinião pouco ou nada tem feito para que este processo se desenvolva mais depressa possível, ou seja, a Pereira da Costa está a ocupar um espaço que não é seu, neste momento abandonou as Instalações e que as Instalações estão sobre a guarda dos Trabalhadores, do ponto de vista de vigilância dos bens, que é bens móveis principalmente, uma vez que o imóvel, enfim está tudo fechado e aguardar que efectivamente a escritura se venha a realizar ou não, tudo indica, a informação que temos é que a Juiz do processo irá assumir responsabilidade de convocar um Representante da Pereira da Costa no sentido de, verificar se efectivamente existe ainda vontade ou existe condições para que a escritura se realize e que a Empresa mantenha a sua actividade o que já será muito difícil, porque neste momento são cento e trinta Trabalhadores que já recorreram ao subsídio de desemprego, uma vez que a Empresa deixou de pagar salários e é um conflito com uma duração muito longa num Concelho, no Concelho da Amadora que é do conhecimento do

Senhor Presidente da Câmara e não só e que isto é altamente preocupante. A pergunta que eu fazia e uma vez que tentei já por várias ocasiões liguei para a Câmara, saber se efectivamente se já havia alguma indicação relativamente ao pedido de reunião com o Senhor Presidente, não garantiu naturalmente, mas que iria fazer diligências junto do Senhor Secretário de Estado das Finanças, até agora não tem conseguido obter qualquer resposta e isto foi o que me trouxe em nome dos Trabalhadores da Pereira da Costa, vir aqui à Assembleia Municipal no sentido de poder levar alguma informação que de certa forma dê algum, alguma satisfação aos Trabalhadores sobre o desenrolar de todo este processo.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Duas notas sobre assuntos colocados pelo **Carlos Perry** e pelo **Clemente** tem haver com a questão da CRIL e tem haver com a questão da CRIL no âmbito daquilo que é, enfim, os comentários naturalmente que o Carlos Perry fez é a análise que faz do projecto, sobre essa matéria há pontos que estamos de acordo e há pontos que não estamos de acordo, mas isso enfim é assim mesmo, sobre a questão do Clemente também há ali questões que enfim, para os quais naturalmente não estou de acordo, mas também sempre a posição que o próprio Clemente tem defendido, por isso não é nada de mudança. Sobre outras questões, que são essas que nos interessa, do ponto de vista é sobre a questão ou não se tem havido reuniões entre a Câmara e o IEP, houve algumas reuniões, entretanto neste momento já há cerca de mês e meio que não há reuniões, por isso estamos a espera que as reuniões sejam reatadas. Uma das questões que nós colocamos tinha a haver mesmo com a própria questão da Comissão de Acompanhamento, não só da obra, mas também todas as fases de pré preparação de uma obra, como toda a gente sabe, por onde é que se começa, como é que se começa, o que é que se salvaguarda, medidas que são necessárias tomar, etc., por isso neste momento, como digo, não temos essa indicação, tivemos oportunidade de ver melhor aquilo que foi o programa posto a concurso, porque também inicialmente há um conjunto de elementos do próprio concurso que não tínhamos acesso, tivemos que posteriormente conhecimento, para as quais nós estamos muito críticos em relação à uma das questões que estão colocadas a concurso, não corresponde àquilo que era, as nossas expectativas, àquilo que de alguma forma também eram alguns compromissos,

nomeadamente em relação àquilo que tem haver com o tratamento do espaço canal, e de todas as zonas envolventes, por isso sobre esta matéria, nós achamos que aquilo não responde, àquilo que tinha sido o princípio de entendimento e também de alguma forma aquilo que tinha sido, inclusivamente a orientação dada pelo Primeiro Ministro em relação a esta matéria e de maneira que estamos à espera de uma reunião no sentido de podermos naturalmente a aprofundar e melhorar aquilo que está colocado a concurso, nomeadamente em relação a tudo o que é, tem haver, não com a via em si, mas toda a parte da envolvente da via.-----

Senhor **José Lopes**, sobre a questão da BOMBARDIER, aliás a BOMBARDIER é colocada pelo José Lopes e pelo José Borges, penso que são esses que colocaram as questões. Ponto da situação sobre a, ao fim e ao cabo o espaço e aquilo que se vai ou não vai fazer. Da parte do Governo, isso foi dito a mim e foi dito ao Tremoço que está aqui à minha frente, que até o mais tardar, até ao final de Janeiro havia uma conclusão de todo o processo, bom, já passou o Janeiro, continuamos ainda e estamos a acabar o Fevereiro, e o que é certo é que ainda não há do ponto de vista final, porque eu considero que estas questões, só são resolvidas quando existe já compromissos escritos e assinados e são públicos e até este momento há um conjunto de reuniões, houve um conjunto de reuniões das quais eu participei, com as partes do Ministério, REFER, a CP, a EMEF e a própria BOMBARDIER, em relação a tentarmos procurar uma solução, uma solução primeiro que desse saída em relação a duas questões que a própria Assembleia aprovou aqui, por um lado a questão da unidade fabril da SOREFAME e por outro lado a questão da SOTANCRO e foi nesse sentido que, houve reuniões nesse aspecto, conseguiu-se acertar do ponto de vista com a EMEF, com a CP, com a REFER e com o Governo e também com a SOTANCRO, a questão daquilo que era a parte, estamos a falar no prédio no seu todo, a parte necessária que permitia viabilizar a manutenção e ampliação da SOTANCRO e ao mesmo tempo viabilizar aquilo que é o projecto que a CP, a REFER e a EMEF tem para o local. Nesse aspecto as coisas foram clarificadas, e por isso sabe-se perfeitamente o que é que cada um, qual é a área que precisa e para quê. Chegasse ao ponto em determinado momento de como é que se faz a operação. A operação inicial bastava apenas fazer um único destaque, um destaque que tinha haver com, um destaque necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

para duas uma, ou para permitir que a SOTANCRO tivesse o destaque e o resto do terreno, o resto do terreno fica-se na mão da EMEF, da CP ou da REFER, é uma questão interna que teriam de dizer e neste caso em fim, o achar que era possível e era possível, então aplicar aquilo que é o projecto que o Governo tem para a zona e o projecto que o Governo tem para a zona e aquilo que eu sei, é o mesmo que penso que sabe o Tremoço, tinha haver com a Sede da EMEF, a possibilidade de fabricar wagons, foi a questão que tinham colocado e a questão de um chamado Pólo Tecnológico. Isto era o que estava na ideia da CP, da EMEF e da REFER, mas como eu digo, foi nesta perspectiva que falaram nunca vi o projecto completamente em si, mas, que daria perfeitamente e todo o resto do terreno, seria terreno mais tarde com a questão do plano, então sofreria o uso e a aplicação. Isto correu nesta fase assim, sei que entretanto houve aqui, algumas opiniões da parte do Governo, em que a solução já não passa pela EMEF ou pela CP ou pela REFER, comprarem a totalidade do terreno e fazerem o destaque, para a SOTANCO, parece que agora passa por outra versão, que é a EMEF, a CP e a REFER comprar uma parte e o resto alguém compra, depois aluga ou faz um contrato com a SOTANCRO. Isto é a fase que ainda hoje ficou pelo menos falada e aquilo que tive oportunidade hoje de falar com os diferentes Membros, foi que era importante que rapidamente isso tivesse clarificado, e que houvesse uma reunião final onde estas coisas deviam ser transformadas em escrito, para que haja um compromisso, qual é a fase, como é que se vai e por onde é que se vai caminhar, porque isto, naturalmente tem haver com aquilo que é neste momento a fase, e também por outro lado é preciso saber, e essa é uma questão que não está clara e que responde um pouco em relação àquilo que o José Lopes colocou, se, o que é que o Governo, através de uma das Empresas está a comprar, se está a comprar apenas o terreno ou se está a comprar o terreno, as instalações e o equipamento, é uma questão que também não está clara no ponto de vista daquilo que foi pelo menos o contrato que lá estava. O contrato que falaram e que nunca vi, contrato de promessa diz a compra de uma parcela de terreno "X" metros, ponto, não fala sequer ao menos da questão do equipamento, por isso como espero, e hoje tive a oportunidade de falar isso com o Ministério dos Transportes é que durante a próxima semana haja condições para haver uma reunião de todas as partes, intervenientes, as três empresas dependem do Ministério das Obras Públicas e

Transportes, a Câmara, a BOMBARDIER e a SOTANCRO para que as coisas fiquem num documento e que haja pelo menos a determinação como é que se vai avançar em relação a este caso.-----

Senhor **Guilherme Lemos**, sobre a questão da cedência de espaço, a Câmara da Amadora faz cedência dos espaços a pedido das Instituições do Concelho. Pedem para a realização de Assembleias Gerais ou qualquer tipo de iniciativas e a responsabilidade do espaço passa a ser da própria entidade, de quem pede, e de maneira que se alguém naturalmente tem que pedir, a não ser que haja problemas que se preveja que haja problemas de distúrbios é que a Câmara tem que acautelar um espaço, caso contrário, a própria entidade é que deve fazer, a contratar a PSP no sentido de garantir aquilo que tem haver com a segurança, naturalmente em relação aos próprios pedidos iremos estar atentos, no sentido de prever que, conforme é obrigatório às questões de ter, nomeadamente as questões de incêndio bombeiros a garantir, também devem ter forças policiais pelo menos no sentido de garantir que não haja nenhum tipo de problema. Sobre a questão do protocolo, o protocolo com o Estrela, é o mesmo protocolo que sempre houve. É um protocolo que tem haver com a questão, sempre associado como em todos os Clubes, que tem haver com o fomento das modalidades amadoras, se sempre foi assim ou se nunca foi assim, não sabemos, o que é certo é que os relatórios que apresentam as modalidades amadoras justificam aquilo que é a verba que a Câmara tem assumido com o Estrela da Amadora. Se as questões de utilização de dinheiros não é só para as modalidades amadoras, são questões naturalmente que os próprios Sócios do Estrela, estão muito mais à vontade para verificar isso no relatório e nas contas do que a própria Câmara, tendo em conta que lá dentro naturalmente são questões que os próprios sabem. Há uma coisa que a Câmara faz em relação a esta Instituição ou outra Instituição qualquer, tudo o que tem haver com as transferências no âmbito do protocolo, nós, quem não tem a Segurança Social em dia a Câmara cativa uma parte referente à Segurança Social, por isso não transfere a verba toda, há uma cativação de uma verba referente à Segurança Social, que só é disponibilizada a partir da altura em que, temos uma certidão da Segurança Social dizendo que, esta Instituição ou qualquer uma delas não tem naturalmente a Segurança Social desregularizada e regularizada. Sobre a questão do **João Serpa**, Senhor Serpa sobre a questão da Pereira da Costa dizer-lhe o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

seguinte: é óbvio que nós, tive lá, tive oportunidade, tive oportunidade de fazer não só por escrito, mas telefonicamente pedido de reunião ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, porque no gabinete do Ministro entenderam, e vocês próprios também já sabiam, entenderam que esta não era uma matéria que estava na mão do Ministro, mas estava no âmbito do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, tendo em conta que o Estado é o principal credor em relação à Pereira da Costa e até agora não conseguiram arranjar uma agenda em relação à reunião, o que também é lamentável, como devem imaginar, porque uma coisa é dar uma resposta positiva em relação ao teor da reunião, outra coisa é a marcação de uma reunião. Uma reunião não vincula do meu ponto de vista da parte de outra parte nenhum compromisso, pelo menos direito de ouvir, das pessoas se explicarem e de tentarem procurar uma resposta. Como eu digo, vou, naturalmente insistir porque não queria, porque fiz directamente ao Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, porque era essa a questão que estava em causa, porque fazê-la para o Gabinete do Ministro ia ter uma resposta que era, já enviei para o Gabinete do Secretário de Estado, é assim que geralmente é feito, mas como eu digo, é em fim, lamento que esta questão não tenha avançado e também mantenho aquela questão, também sei que vocês depois daquela reunião fizeram uma exposição ao Provedor de Justiça, e que também da parte do, enfim também fiquei um bocado estranho com a resposta que tiveram, quero-vos dizer, que esperava pelo menos que vos ouvissem e pelo menos pudesse junto do, nomeadamente do Secretário dos Assuntos Fiscais colocar a questão, mas diga lá o que é que tem a dizer sobre esta matéria, portanto aí também não fomos lá muito bem sucedidos, não é, o que também é estranho, é estranho porque não é norma e por isso há aqui qualquer coisa que também não percebi, mas enfim eu acho que podemos continuar em conjunto fazer chegar, além dos telefonemas, os faxes pedindo a reunião, porque eu acho que é importante que a reunião se faça, porque alguém tem que dar uma resposta e pelo menos alguém tem de ser o principal credor, que neste momento é os assuntos Fiscais. Porque é evidente que me preocupa e a vocês também vos preocupa a questão não só do desemprego, porque a partir da altura em que temos cerca de cento e trinta trabalhadores que não recebem nenhum vencimento, porque a Empresa não paga, é evidente que com todo o processo de apresentação, preenchimento, até em relação aos modelos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ainda não estavam os modelos próprios em relação ao subsídio de desemprego, penso que esta questão foi ultrapassada, mas tudo isto teve aqui um impacto, o que é certo, nem sei se quer ou menos, se neste momento os trabalhadores já estão todos a receber o subsídio, se calhar não estão a maior parte deles, não está ninguém, e por isso é uma das questões que eu acho que era também, e eu amanhã poderei fazer esse contacto aqui com o Centro de Emprego, saber neste momento o que é que se passa pelo menos em relação a essa matéria, primeiro foi os impressos, mas penso que a questão foi ultrapassada, mas o que é certo é que as pessoas estão sem subsídio de desemprego, têm direito ao subsídio de desemprego e também era preciso naturalmente, pelo menos em resolverem esta questão para que as pessoas pudessem ter alguma, pelo menos alguma verba mínima para fazer face à vida que têm, eram estas notas Senhor Presidente.”-----

-----VI – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que o Grupo Municipal da CDU entregou uma Moção e dois Votos de Pesar, o Bloco de Esquerda apresentou também uma Moção. (Documentos anexos à presente Acta).-----

Abriu o Senhor **Presidente da Mesa** as inscrições.-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Senhor Presidente, eu não sei se disponho do tempo para apresentar a proposta, que não conta para o tempo do Grupo Municipal ou se não?”-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Senhor Deputado o PAOD tem um tempo que são sessenta minutos interrogáveis, distribuído de acordo com o Regimento. Existe de facto uma disposição, quando as Moções são apresentadas dentro da Ordem do Dia, e que não no Período Antes da Ordem do Dia.”-----

Retoma o orador: “Era digamos, para, eu pedi a palavra para explicar ou para introduzir as Moções, o Voto de Pesar e a Moção que subscrevo em nome do Grupo Municipal da CDU, e portanto sobre isso iria ser muito breve, relativamente ao Voto de Pesar era para dizer apenas que o regime democrático e a liberdade que hoje todos, em que hoje todos vivemos, o Poder Local Democrático e a Cidade em que hoje todos vivemos, também é possível graças ao contributo de pessoas como a Maria Luísa Gonçalves que, de forma desinteressada deram o melhor de si para que, o vinte e cinco de Abril e para que o Poder Local Democrático e pela Cidade onde nós hoje todos vivemos, pudesse ser aquilo que sempre nós desejamos, e portanto achamos que é de inteira justiça, que não só o Poder Local Democrático, que é fruto também dessa luta, sublinhe este momento como que, como também que, recomendo que a toponímia da Cidade consagre o nome de Maria Luísa Gonçalves na nossa Cidade. Relativamente à proposta, à Moção que é proposta sobre o legado cívico e cultural do José Afonso, eu queria apenas dizer que, sublinhar um aspecto que me parece de extraordinária importância. A Amadora assumiu um compromisso muito grande, um compromisso sério, em preservar este legado e esta memória e portanto deve ser acima de tudo, acima mesmo de tudo, de todas as pessoas, de todos os homens e de todas as mulheres deve ser fiel a esse compromisso, porque a exigência ética do legado do José Afonso obriga-nos a todos a que sobretudo coloquemos a importância desse compromisso, e para que esse compromisso seja mantido e seja vivificado consideramos que é absolutamente necessário que, a decisão que foi tomada relativamente ao Prémio José Afonso de 2006 seja alterada de forma a que, tal como sempre se fez a Câmara Municipal crie as condições para que o Júri possa deliberar sobre trabalhos que lhe sejam presentes e que respeitem de facto o Regulamento, ou seja, que respeitem o legado cívico e cultural de José Afonso. E queremos também assinalar porque consideramos isto muito importante, que o conjunto artístico e escultórico do Parque Central dedicado à Música Popular Portuguesa e ao José Afonso tem estado nos últimos anos ao abandono, e tem sido objecto de diversas, digamos, predações, a estátua está muito partida, os painéis estão, têm várias picagens e nós achamos que é, para além de ser um espaço nobre da Cidade, que deve evidentemente ser cuidado por parte dos Serviços Municipais e por parte da Câmara Municipal, a acrescida mente a importância simbólica de todo aquele conjunto, exige



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

um esforço acrescido para que aquele espaço seja devolvido dignamente à vivência da Cidade. E é nesse sentido que também, que recomendamos que com toda a urgência a Câmara Municipal diligencie nesse sentido.”-----

A Senhora **Deputada Sónia Baptista** na sua intervenção leu um documento sobre a Satisfação pelos resultados do referendo do passado dia 11 de Fevereiro (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **Deputado António Tremço**: “Em primeiro lugar gostaria de desejar boas noites a todos os presentes, não está cá o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e eu queria fazer aqui uma pergunta em relação a uma Moção que nós aprovamos aqui, que dizia no seu último ponto: solicitar uma audiência à Senhora Secretária de Estado dos Transportes, no sentido de possam ser dissipadas as dúvidas que nós tínhamos na discussão que fizemos em relação a esse problema da BOMBARDIER. Isto foi aprovado em 14 de Dezembro, foi aprovado por todos nós por unanimidade, e eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como é que está a situação, se foi marcada a reunião com o Ministério dos Transportes, com a Senhora Secretária de Estado, se houve resposta, como é que está a situação, que já lá vão praticamente quase três meses? Ou se isto foi apenas uma Moção que nós aprovamos aqui na Assembleia Municipal e ficou na Assembleia Municipal, nunca mais tivemos resposta nenhuma, e a situação como já vimos continua exactamente na mesma como na altura tínhamos discutido, não avançou absolutamente nada. Em relação a uma outra situação que foi posta aqui, há dias ouvimos o Senhor, ali não há muitos dias, ouvimos primeiro o Primeiro-ministro, depois o Ministro da Justiça dizer que, que tinha sido erradicado o monstro da Justiça e há situações que nós fartamo-nos de rir com esta situação, porque de facto esta situação que estamos a viver nesta Empresa é um paradigma, porque de facto já foi proposto a insolvência da Empresa, o Gestor, o Responsável, o dono da Empresa desapareceu, deixou os Trabalhadores sem receber salário, estão à meses e meses à porta da Empresa, foi proposta a insolvência da Empresa, apenas era necessário tomar medidas no sentido de o Gestor Judicial tomar posse e de ir à Empresa para fazer o, ver património

existente, fazer de facto a avaliação do património, para que os Trabalhadores pudessem ir descansados para sua casa, para depois seguir o processo. O que é certo é que os Trabalhadores estão à meses ali à porta, à chuva e continua exactamente tudo na mesma, se a Justiça é célere, e como digo o monstro acabou, que raio, uma situação destas que é uma situação tão pratica, anda-se meses e meses e meses para resolver um problema desta natureza, então que raio de Justiça é que nós temos em Portugal? De facto, isto é uma vergonha, isto é uma vergonha, bom, já não contando com outras situações, que não vale a pena estarmos aqui a discutir em relação ao problema da Justiça. Em relação, à outra situação do folhetim da BOMBARDIER, de facto isto é um folhetim, isto é um folhetim vergonhoso, nós discutimos aqui antes do fim do ano, o Governo dizia que até ao fim do ano, a Secretária de Estado ia intervir no sentido da resolução do problema, a resolução do problema passava exactamente diziam eles, pela compra, pela compra da tal parte que tinha sido acordada, que é os tais, cerca de quarenta e cinco por cento. Nós também, como diz o Senhor Presidente, eu também nunca vi o documento de compra e venda, também nunca o vi, já foi por várias vezes afirmado que havia um documento de compra e venda, que tinha sido dada parte dessa verba, cerca de dez por cento, mas também nunca vi de facto essa verba, mas o que é certo, é que primeiro era no fim do ano, depois da última reunião, já não era no fim do ano, era no final de Janeiro, mas depois ainda aparecia uma outra situação, desta vez era a Caixa Geral de Depósitos que comprava tudo, por cerca de quinze milhões de euros, a Caixa Geral de Depósitos vendia uma parte à REFER, vendia outra parte à SOTANCRO, e claro, não sei a Caixa Geral de Depósitos ficaria com a outra parte, não sei como é que seria, esta era a versão final. E a versão final por intermédio tanto da Secretária de Estado, como depois do próprio Ministro, dizia claramente que no final de Janeiro este problema estava ultrapassado, e estava resolvido, bom, voltamos outra vez ao princípio, isto é uma pescadinha de rabo na boca. Isto é de facto uma vergonha, que raio de País é este? Isto é de facto uma vergonha, isto já nos aborrece, já aborrece toda a gente, se querem, querem, se não querem, digam que não têm coragem, de não querer que se fabrique em Portugal ferroviário em Portugal e acabou, acabou, como não se fabrica material de energia, isto que punha aqui um Trabalhador, era a parte de energia que já foi toda ao ar. Mas senão querem, digam isso, agora digam claramente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

o que é que se pretende, depois há aqui várias negociações à volta desta situação, eu só espero uma coisa, não venham novamente agora, entregar na Câmara a mesma coisa que fizeram anteriormente, para que a Câmara não possa aprovar e voltar novamente a dizer que não há possibilidade de resolver o problema, eu espero só que não seja isso outra vez, é que tudo começa a indicar, que de facto se caminha para uma situação igual, agora já não é a Caixa Geral de Depósitos que vai comprar, agora já é a REFER que quer comprar uma parte, não sei como é que vai comprar, pelos vistos tem que comprar à BOMBARDIER, depois não sei como é que a Câmara vai fazer o destaque dessa parte, e não sei como é que a própria Câmara vai fazer também o destaque da parte que vai vender à SOTANCRO, ainda não percebi também. Com as dificuldades que apareceram da outra vez, na reunião de Câmara, foi exactamente o problema de destaque da parte que tinha sido comprada pelo Governo, portanto eu só espero de facto, que isto de facto é uma situação complicada, não é fácil, mas sinceramente, digamos o que é que queremos, queremos ser um País atrasado da Europa, um País do Terceiro Mundo, ou queremos ser um País desenvolvido? É que, se queremos ser um País desenvolvido, então temos de aproveitar as potencialidades, temos de desenvolver a nossa indústria, temos de desenvolver as nossas capacidades, então, se não fazemos isto, então digam que queremos continuar a ser um País atrasado, não venham para aí dizer que isto está no bom caminho, que a nossa economia está a recuperar e que estamos no bom caminho, pelo contrário, pelo contrário o que está a acontecer, e que estamos a verificar na pratica, no dia à dia, é o fecho, o fecho, o fecho, o fecho, o fecho, e nós não estamos a verificar desenvolvimento absolutamente nenhum, em relação a este problema, eu mais uma vez apelo ao Presidente da Câmara da Amadora, era bom nós conhecermos o que é que se está a passar, o que é que neste momento a REFER quer comprar, o que é que neste momento a SOTANCRO quer comprar é que ninguém sabe nada, é que nós não sabemos nada, ouvimos dizer, ouvimos dizer, ouvimos dizer, ouvimos dizer e não passamos daqui. O que é que se quer comprar? Como é que vai ser retalhado aquilo tudo? Que ainda não percebi como é que vai ser retalhado, voltamos outra vez ao princípio, eu também tive numa reunião na Sexta-feira com o Governo, e o Governo diz-me a mesma coisa, neste momento não nos pode dizer nada, está tudo em segredo de justiça, até nos dizem mais, só à três pessoas que

conhecem, tanto o Responsável do Governo nos disse só à três pessoas que conhecem, não nos podiam dizer nada, porque isto podia sair cá para fora, e não sabiam quem é que tinha dado a informação para o exterior, desculpem lá, de facto isto é uma vergonha. Nós temos de discutir este problema, e temos que vê-lo como resolvê-lo.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (interpelação à Mesa): “Eu peço desculpa, tem haver com a condução dos trabalhos. Eu à pouco esqueci-me, na Moção relativa ao José Afonso, no ponto três há um não que está lá a mais, porque se lerem com atenção a frase, fica uma dupla negativa, o que significa que é uma afirmação, se lerem toda a frase, portanto no ponto três, é: que preceda à alteração do regulamento Prémio José Afonso de forma a evitar que no futuro, venham e não, não venham, porque se é evitar que não venham, significa exactamente o contrário, é portanto, de forma a evitar que, este não aqui é para riscar.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira**: “Em primeiro lugar uma palavra, em relação à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, relativamente à liberalização do Aborto, naturalmente que eu não vou querer aqui reabrir o debate sobre esta matéria, nem vou responder ao que possa ser dito possivelmente em relação a esta matéria, mas queria aqui salientar alguns aspectos que eu considero de inacreditável hipocrisia, na Moção do Bloco de Esquerda, nomeadamente quando se saúda o fim da perseguição das mulheres, e eu acho inacreditável que se saúde com esta alteração legislativa o fim da perseguição das mulheres, porque de facto não o havia, não havia antes desta alteração legislativa, nenhuma mulher que tivesse sido perseguida por cometer aborto antes das dez semanas. E também, e também é verdade que as mulheres que foram julgadas por cometerem aborto depois das dez semanas, vão continuar a sê-lo, porque esta Lei se aplica apenas a quem o faça antes das dez semanas, portanto, de facto é uma vez mais mistificar, mistificar esta situação e tentar uma vez mais enganar as pessoas, com um discurso que de facto é errado, é falso, e todos sabemos que não é verdadeiro. Segundo aspecto, eu de facto acho incrível que se continua a atirar com estes chavões das políticas de modernidade, conducentes com uma sexualidade informada, eu pergunto: o que é que a liberalização do aborto tem haver com políticas de modernidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conducentes a uma sexualidade informada? O que é que ao liberalizar o aborto se conduz a uma política de modernidade e à sexualidade informada? De facto, eu acho isto inacreditável, mas o que eu acho mais, eu diria quase que arrepiante, é o tom festivo com que alguma esquerda aborda esta questão, porque o aborto é evidente que sendo clandestino é um mal, mas sendo legal é também um mal, o aborto é um mal em si e o mal não se resolve liberalizando, ou baixando os braços, portanto eu acho que é desnecessário o tom festivo que a esquerda aplica a estas matérias, acho inacreditável, e também acho de facto inacreditável que o Governo, e que a maioria do Partido Socialista se apresse a legislar nesta matéria, e que de facto tenha tanta pressa em resolver este problema, e que seja o mesmo Governo, que ao mesmo tempo que fecha maternidades e que fecha serviços de urgência pelo País inteiro, ao mesmo tempo promova o aparecimento de clínicas de aborto, eu acho que isto é um legado que o Partido Socialista vai deixar para a história, um mau legado que vai deixar para a história, e que eu considero verdadeiramente chocante, verdadeiramente chocante.-----

Uma questão, que não tem nada haver com isto, tem haver com o Bairro de Realojamento do Casal da Mira é uma questão que eu deixo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, como sabe o Senhor Presidente, eu penso que nessa matéria se calhar temos a mesma opinião, quer dizer somos e sempre fomos contra este modelo de realojamento, contra a construção de grandes Bairros de Realojamento que, a prazo se transformam invariavelmente em guetos de exclusão social. E é evidente que todos sabemos que pela Europa fora muitos Países começam hoje a demolir, aquilo que nós na Amadora estamos ainda a construir, portanto nós estamos com décadas de atraso nesta matéria, e eu acho que aliás, aquilo que se esperaria do Senhor Presidente da Câmara é que junto do Governo do seu Partido, do Partido Socialista, intervisse no sentido que, pró que falta realojar e é evidente que foi feito já algum trabalho nessa matéria, isso é de saudar, nós saudamos, mas há ainda muito por fazer, há ainda muitos bairros por realojar, muitos milhares de pessoas por realojar, para que fosse encontrada uma solução diferente, para que os bairros que falta realojar, não tivessem o mesmo tipo de tratamento que têm tido estes, que têm sido resolvidos até agora. Eu falo nisto, porque tendo visitado recentemente o bairro do Casal da Mira, verifiquei que começou já uma preocupante espiral de degradação, verifiquei que os espaços comerciais do

rés do chão daquele bairro estão completamente destruídos, com os vidros totalmente partidos, com a acumulação de lixo, de detritos, e nós sabemos que a degradação gera ainda mais degradação, e portanto eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: o que é que tem previsto nesta matéria? Porque é evidente que nós não podemos baixar os braços, eu espero que o Senhor Presidente da Câmara não tenha de baixar os braços nesta matéria, portanto que não tenha abandonado o bairro, e que não tenha dado aquele bairro como um caso perdido, e portanto é evidente que são necessárias medidas para contrariar esta espiral de degradação e era sobre isso que eu gostava de o ouvir hoje aqui.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “Eu não vou polinizar, queria só que me esclarecesse um aspecto da sua intervenção, que foi aliás a sua primeira ideia, que referiu que, não havia processos em tribunal relativamente a mulheres que tinham abortado e que numa mulher tinha sido condenada. O meu pedido de esclarecimento tinha haver com o seguinte: se o Senhor Deputado teve conhecimento, conheceu, ouviu, leu as declarações do Procurador-geral da República nos dias seguintes ao do referendo? Conheceu ou ouviu? É porque se conhece ou se ouviu deve ter dado conta com certeza que existem processos que vão ficar suspensos, ora se existem processos, existem mulheres cuja vida está a ser investigada, cuja a intimidade estar a ser invadida, portanto que cujos direitos pessoais estão a ser gravemente atingidos por estes processos, viessem ou não viessem alguma vez à barra do tribunal, e portanto é este clima de suspeição e de perseguição sobre as mulheres que abortavam era isso também que se discutia neste referendo, a possibilidade das mulheres puderem terem direito à sua intimidade e à reserva da sua vida privada. O pedido de esclarecimento é este. Se teve conhecimento da declaração do Procurador Geral da República dizendo que havia processos, que os processos estavam em curso relativamente à Interrupção Voluntária da Gravidez, depois do referendo deixavam de ter prioridade, se existem processos é porque existem mulheres, se existem mulheres e processos é porque existe investigação sobre a vida íntima das mulheres.”-----

Senhor **Deputado João Paulo Castanheira** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor Presidente, eu responderei apenas para repor a verdade sobre aquilo que eu disse, quer dizer, em relação a essa matéria o que disse o Senhor Procurador Geral da República, não me pronuncio, não tenho nada haver com isso, não sei o que é que disse, mas aquilo que eu disse foi: que não havia mulheres que tenham sido julgadas por cometerem aborto antes das dez semanas, e que portanto, esta lei não vai resolver matéria nenhuma, foi isso que eu disse, foi isso que eu disse e portanto é isso que mantenho, portanto os casos em que nós sabemos que o Bloco de Esquerda e a CDU, se vai pôr à porta dos tribunais, é evidente que o Bloco de Esquerda e a CDU é que chamam as televisões para a porta dos tribunais, para exporem ainda mais as mulheres que estão a ser julgadas, vão continuar a suceder porque são abortos cometidos depois das dez semanas, esta lei não vai resolver esse problema, esta lei não vai resolver esse problema como sabe.”-----

Senhora **Deputada Maria Luísa Jubilado**: “Como sabe sobre a morte da Senhora Dona Maria Luísa Gonçalves, eu não sabia, e apresento à família a minhas condolências, visto que era uma Senhora que eu conhecia e por quem tenho por ela e por o marido bastante consideração, votarei a favor desta Moção. Quanto à Moção sobre o Zeca Afonso, aqui eu tenho um sentimento duplo, uma vez que eu sou fã do Zeca Afonso. O que eu acho que nesta Moção o que é bom, é que isto é um texto tão comprido que inevitavelmente ninguém vai ler inteiro, o que é mau é que os termos são tão rebuscados e alguns tão maus, como eunucos, não sei quê, não sei quê, bem sei que estava nas cantigas dele, mas mesmo assim não era para pôr numa Moção, é que não faz jus ao Zeca Afonso. Eu sou fã do Zeca Afonso desde os tempos do Largo do Rato, da igreja do Rato, conservo os seus discos, fiz a gravação da sua última performance no Coliseu dos Recreios, é claro que ele seguiu um caminho radical e pouco viável e eu aí não o acompanhei. Creio no entanto, que foi um homem sincero e inspirado, mas no entanto, dado os termos pouco ortodoxos desta Moção sou obrigada a votar contra.”-----

Quanto ao aborto, eu vou responder pelas alíneas. Alínea 1) apesar de não terem chegado aos cinquenta por cento, eu também saúdo o maior número de votantes neste referendo, visto que sou uma pessoa defensora acérrima dos mesmos; dois, que o resultado do referendo seja

favorável à prática de uma sexualidade responsável, confesso as minhas dúvidas; três apesar de não ter alcançado os cinquenta por cento de votantes, parece ser seu sentimento comum, que o Governo pode de facto legislar em conformidade, quanto a mim votarei contra esta Moção.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “A questão da Moção que nós apresentamos, sobre o aborto, não tem seguramente nenhum dos seguintes objectivos: primeiro não pretende retomar um debate que a sociedade portuguesa atravessou durante os últimos três meses e com os argumentos por ela esgotados. Não tem, também a intenção de transformar esta Assembleia, este Período Antes da Ordem do Dia, em qualquer acto político, em retomar acusações, tem unicamente dois objectivos: em primeiro lugar, saudar a participação massiva, comparativamente ao referendo de oitenta e oito dos cidadãos portugueses, no mesmo acto; em segundo lugar saudar o resultado, evidentemente que há divergências, houve quem vota-se Não, e houve quem vota-se Sim, nós consideramos que perante os sinais que houve na sociedade portuguesa, após o resultado do referendo, em que diversos credos políticos e religiosos, tiveram a intenção de manifestar sinais e de mandar mensagens a órgãos de poder, quer à Assembleia da República, quer ao Governo, quer à Presidência da República, nós ouvimos falar em algo, que nunca ouvimos falar por parte dos adversários do Sim neste referendo, como por exemplo, Comissões de Acompanhamento, Comissões de Aconselhamento que era necessário, tinha-se que ter cuidado, tal, tal, tal, esta Moção tem unicamente, tem unicamente como objectivo, colocar as questões nos termos em que a votação dos Portugueses o indicaram no dia onze de Fevereiro. Em primeiro lugar, respeitar a maioria social que se constituiu a favor da, fim à perseguição à mulheres e a sua despenalização, em segundo lugar, saudar o facto de a partir deste momento, caber às mulheres o direito decisório sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez, em terceiro lugar, limitação no espaço e no tempo em que eles se podem realizar. A propósito, porquê que é importante a Assembleia Municipal dar este sinal, se for esse o sentido da maioria dos presentes aqui? Porque, por exemplo, se nós reparar-mos na campanha que tem havido à volta das Comissões de Aconselhamento das Mulheres, são hoje defendidos, por aqueles que

antes defenderam o Não. É curioso, que quem defendia o Não, várias vezes manifestou, mas como é que é possível o Serviço Nacional de Saúde, os nossos impostos, virem a pagar a Interrupção Voluntária da Gravidez? Ou seja, transportavam para a saúde privada a realização de futuras Interrupções Voluntárias da Gravidez, como é que é possível, que quem defende, que seja o serviço privado e não o serviço público a realizar Interrupções Voluntárias da Gravidez, proponha que haja Comissões de Aconselhamento da Mulher? Ou seja, ele serviço privado de saúde, é as clínicas privadas que têm direito legislativo em Portugal de Aconselhar qualquer mulher sobre aquilo que ela deve fazer? A questão de fundo, e é aquilo, e é aquilo, que esta Moção pretende reafirmar aqui, é que, aquele que uniu de facto o Não, fundamentalmente aquilo que uniu o Não, foi uma questão muito simples, é o direito de vetar à mulher, o direito de decidir sobre a sua maternidade, e é essa questão que é determinante, por muito que vos custe, essa decisão já está tomada e o sinal que eu quero que esta Assembleia dê, é o sinal que reafirma aquilo que os Portugueses votaram dia onze de Fevereiro, é que a partir de agora meus Senhores, gostem ou não gostem, custe ou não vos custe sobre esta e sobre outras matérias as mulheres decidiram.”-----

Senhor **Deputado João Serrano**: “Duas notas e dois comentários, relativamente às Moções que estão em cima da mesa. Relativamente à Interrupção Voluntária da Gravidez apresentada pelo Bloco de Esquerda, na qual nós também congratulamos a sua apresentação, gostaria de dar duas notas. A primeira acho que é de congratulação pelo facto, de mais de um milhão de pessoas terem participado neste acto eleitoral. Isto é importante, não pela matéria em apreço, mas também pelo facto da figura do referendo na minha opinião ser um instrumento importante em qualquer sistema democrático. E quando muitos, já punham em causa o referendo, a sua existência ou não, foi bastante positivo que houvesse este tipo de participação. Relativamente a esta matéria, como bem sabem, o PS até deu liberdade aos seus militantes para participarem nisto, sendo certo que, desta vez o Senhor Secretário Geral se empenhou ao mais alto nível, nesta campanha, no seguimento de um compromisso eleitoral que assumimos pelo mesmo. Na minha opinião, este voto e esta evolução é bastante positiva, e porquê? Porque sinteticamente, eu considero que a despenalização da Interrupção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Voluntária da Gravidez até às dez semanas, é a melhor forma de combater o aborto clandestino. E porque considero o aborto clandestino uma chaga social, e algo que deve ser combatido, e porque considero que devem ser os técnicos de saúde, os médicos, que devem e os psicólogos que devem acompanhar estas situações, e não a polícia ou as autoridades e esta no fundo a razão, sobre o ponto de vista objectivo, que penso que é, foi importante este referendo e penso também que nos próximos dias no âmbito da Assembleia da República vai-se encontrar uma solução legislativa para no fundo, enquadrar da melhor forma possível esta matéria. Relativamente à Moção do Zeca Afonso, Zeca Afonso obviamente é um legado de todos nós, de todas as pessoas, no fundo que se habituaram a ouvir não só as suas canções, como as suas próprias intervenções e algo que aqui e bem na Amadora, ao longo dos tempos a esta parte tem sido recordada através da atribuição de um Prémio. Desta vez, o Prémio não foi concedido por uma decisão da única e exclusiva responsabilidade de um Júri, que nos termos do regulamento tem competência exclusiva, para esta matéria sem precisar de recurso. É um Júri que é soberano, e não é um Júri qualquer, é um Júri que fazem parte pessoas de indiscutível idoneidade e credibilidade, que avaliaram aquilo que estava no fundo em avaliação e decidiram em não atribuir. Me parecesse sinceramente complicado, e estamos frontalmente de acordo, que nós Assembleia Municipal ou quem quer que seja, possamos agora de uma forma administrativa diria, revogar uma decisão de um Júri, quando essa decisão é soberana e quando estamos aqui a falar de pessoas de credibilidade. É verdade que, este processo teve evoluções, estamos numa fase de adaptação, há matérias que puderam absolutamente ser corrigida, ma Câmara por certo tirará nota sobre isso, mas esperemos é que, aquilo que houver a corrigir, faça por forma a que no próximo ano, em função das matérias ou das peças que chegam haja a possibilidade de atribuição de um Prémio. Eu recordo-vos que, há prémios de indiscutível qualidade que por vezes não são atribuídos, eu recordo-me do Prémio Valmor, que já por duas ou três vezes não foi atribuído, não é algo que choque por si só, e por isso pensamos que, nós vamos votar contra esta Moção, porque entendemos que, a posição do Júri é algo soberano, está previsto no regulamento, são pessoas de credível idoneidade, trabalharam com as peças que tiveram e penso que esta matéria poderá ser objecto obviamente de evoluções, mas não é assim de uma foram administrativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que nós possamos tomar essa decisão.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado, o pedido de esclarecimento, tem haver com o seguinte, eu não sei se percebeu exactamente o sentido da proposta, porventura se calhar estará mal formulada, ou estará imprecisa, o que está em causa não é criticar o Júri, o Júri fez aquilo que teria de fazer, obviamente, evidentemente que perante os discos que foram colocados à consideração do Júri, pela parte da Câmara Municipal, porque é essa parte que está em causa, o trabalho que se questiona, que não foi feito, foi esse, o trabalho que foi feito de selecção dos discos, para o Prémio José Afonso colocou o Júri perante a inevitabilidade de não atribuir o prémio, e portanto, o que está em causa é saber se a Câmara Municipal considera que, para bem do nome do prémio do José Afonso e para bem da memória do legado cultural e cívico do José Afonso, se acha ou não acha necessário, conveniente, recomendável a bem do prestígio do Prémio que, o trabalho seja de facto feito, ou seja que o Júri seja colocado perante os trabalhos que efectivamente respeitam o regulamento e não aqueles outros, que foram de facto apresentados e que não respeitam o regulamento, esta é que é a questão fundamental, a questão fundamental tem a ver com isto. A Câmara Municipal apresentou ao Júri trabalhos que não respeitam o regulamento, que não têm rigorosamente nada a ver, nem com o legado cultural, nem com o legado cívico do José Afonso, e é isso que está em causa. E a questão está em saber se a Câmara Municipal entende que para prestígio do Prémio, porque para prestígio do Prémio, se acha que esta posição deve ou não ser revogada? Porque Senhor Deputado, e esta também é um esclarecimento, este também é um esclarecimento e com isto termino. Nos anos anteriores, Senhor Deputado ser nomeado candidato ao prémio José Afonso era factor de prestígio. Isso era factor de prestígio, e com esta edição do Prémio José Afonso de dois mil e seis tal como ela decorreu, esse prestígio foi seriamente ameaçado, porque foram candidatos ao Prémio José Afonso, artistas dos quais eu não discuto a obra, mas que não têm rigorosamente nada a ver, nem com o legado cultural, nem com o legado cívico, nem sequer com os requisitos que o regulamento estabelece, para que as obras sejam candidatas ao

Prémio.”-----

Senhor **Deputado João Serrano** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Duas notas, a primeira é a seguinte: eu não tenho nem conhecimento, nem validade de fazer qualquer tipo de avaliação dos candidatos que tiveram em cima da mesa, desconheço por completo, acho que esta matéria foi da responsabilidade de um Júri, o Júri, penso eu que é um Júri nos últimos anos tem colaborado nesta matéria e por isso ele próprio dentro da sua razoabilidade e sua experiência fez a avaliação das matérias. Agora a questão é a seguinte, eu penso que não vale a pena fazer isto, digamos, uma tempestade, ou seja, o facto de não ter havido atribuição de um Prémio, porque o Júri soberano considerou que as peças que chegaram não reuniam a credibilidade para tal, penso que é algo, que pode acontecer, acontece em muitos prémios, acontece em muitos prémios, mas essa razão não é razão suficiente para nós aqui deliberarmos, anular uma decisão de um Júri, ou seja, dizer aos Senhores elementos do Júri o seguinte: como vocês não encontraram ninguém para ganhar o prémio, bom, faz de conta que vocês não decidiram nada e agora vocês vão fazer outra vez tudo de novo, ou seja vamos outra vez dar um Prémio quando neste momento, que eu saiba, até já se está a trabalhar para dois mil e sete atribuir um novo Prémio.”-----

Acho que há matérias aqui, que nós poderemos discutir, analisar, melhorar obviamente que sim, mas penso que mudar a decisão de um Júri, dar um prémio agora, digamos em meados de um ano, me parece um pouco, com o devido respeito desta matéria em foco, algumas situações que a gente assiste por vezes no âmbito desportivo, que é a meio dos campeonatos mudam-se as regras e mudam-se as condições, e por isso é que eu acho que devemos respeitar o Prémio e acho que o prémio e o Júri e o próprio Zeca Afonso só ganha se nós obviamente, considerarmos que isto foi um ano em que o Júri avaliou o trabalho, não considerou o Júri e que no próximo ano com as medidas que vão ser feitas, por certo haverá alguém ou haverá por certo, será atribuído o prémio, esperemos nós, mas se não for, bom, acontece por vezes em prémios de indiscutível qualidade.”-----

Senhor **Deputado António Silva**: “O gosto pelas coisas da Cidade, dos espaços públicos conseguem-se também, por via das referências a outros cidadãos, que nela participaram,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

viveram e contribuíram decisivamente para realização de uma cultura e de uma ideia colectiva que eleva a nossa cidadania, que nos eleva a uma cidadania plena. Maria Luísa Gonçalves, é sem sombra de dúvidas uma dessas pessoas, para a Amadora, pelo que acompanhamos o Voto apresentado pela Bancada da CDU e as sugestões que nesse voto são feitas para a toponímia da Cidade. Quanto à Moção apresentada relativamente ao prémio José Afonso, o Grupo do Bloco de Esquerda acompanha integralmente, por tudo quanto José Afonso representa e deixou para o povo português, sendo imprescindível cumprir os objectivos do Prémio José Afonso, outrora e bem decidido pelos órgãos e representantes do Município da Amadora.”-----

Senhor **Deputado Ismael Pimentel**: “Gostaria apenas de fazer aqui algumas referências visto o essencial já foi dito pelo meu companheiro de Bancada, sobre a questão do referendo do aborto, e dizer claramente que isto não é uma questão, que fique encerrada com o referendo que aconteceu, por várias razões. Em primeiro lugar, porque vamos ver como é que a questão da aplicação da Lei vai acontecer, depois vamos ver como é que as mulheres que abortarem depois das dez semanas e em função desta Lei serão ou não penalizadas, ou apoiadas. Depois vamos ver se, outros daqui a uns anos, não farão a mesma coisa que outros fizeram agora, que é desrespeitando o resultado do referendo que tinha sido feito em mil novecentos e noventa e oito, o quiseram repetir em dois mil e sete, isto não é exclusivo de ninguém e portanto pode vir a acontecer esta mesma realidade e poderemos daqui a oito anos, voltar a ter outro referendo e o resultado poderá ser eventualmente diferente daquele que foi agora, basta que para isso não ganhe a abstenção como ganhou neste, e portanto, de facto fazer festa sobre este resultado e sobre o resultado do referendo, me parece escandaloso e até preocupante. Por outro lado, há outra questão que é fundamentalmente importante, que é, já se percebeu claramente que o Serviço Nacional de Saúde, não serve para salvar vida, não chega, não chega lá, não tem espaço, não tem gente, não tem material humano, não tem material físico, não tem nada, portanto vamos ver se o Serviço Nacional de Saúde que não chega nem serve para salvar vidas, vai servir e chegar para matar crianças, é esta a questão de fundo. Em relação à questão da Moção sobre Zeca Afonso, eu quero dizer solenemente, e garantir que há

gente de esquerda, que ouve muito menos e canta muito menos do que eu Zeca Afonso, e portanto, independentemente daquela que seja, o sentido de voto da minha Bancada, do CDS-PP, eu quero deixar claro, alto e bom som, a nossa homenagem a Zeca Afonso, contudo a CDU, com o texto que fez em relação a esta homenagem que quis prestar a Zeca Afonso, criou um problema grave. Em primeiro lugar, porque eu acho que Zeca Afonso merecia mais, e melhor ... (mudança de cassete) ...”-----

Não estão gravadas as intervenções dos Senhores Deputados: Rafael Evaristo e Catolino Pinto.-----

Senhor **Deputado João Serrano**: ... (mudança de cassete) ... “o não abortar infelizmente é algo que é muito duro de se tomar e infelizmente muitas vezes é tomado pela mulher, e só pela mulher em condições extremamente difíceis, mas esta questão, era uma questão política e nesta matéria obviamente que o PS tinha que ser coerente com o seu programa, e obviamente que o Secretário Geral expressou a posição do seu Partido, independentemente das opiniões pessoais e das convicções pessoais de cada militante e consideramos isto obviamente não é algo, que deve ser um conflito de discussão e de divergências entre pessoas, porque é algo que tem haver um pouco com as nossas próprias convicções.”-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Em primeiro lugar, queria agradecer ao Deputado Rafael Evaristo ter-me em tão alta conta que esperava que eu viesse aqui apresentar, as soluções para a legislação sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez. Não era esse o meu objectivo, não me devia ter em tão alta conta, porque não cabe, nem a mim nem a este fórum de debate, a discussão do fenómeno legislativo, que se terá que se produzir para cumprir aquilo que foi a vontade dos Portugueses no dia onze de Fevereiro, e em segundo lugar até estou de acordo com o Senhor Deputado Catolino. A questão do aborto, do Senhor Deputado Catolino, de facto a questão do aborto, é uma questão pessoal, tem haver com a mulher, não é para ser discutido na praça pública, nem pela polícia, nem pelos tribunais, e é isso que a votação dos Portugueses no dia onze de Fevereiro permite, permite que seja de facto, a

F



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

vontade da mulher e não a ameaça do Código Penal, nem o fim da privacidade, nem a discussão na rua e no bairro, e no emprego sobre uma atitude que é tão do foro pessoal, tão íntima, tão difícil porque o é mulher, é exactamente a possibilidade que o resultado do dia onze de Fevereiro, permite do ponto de vista legislativo, transformar a situação de mulher, que nós devemos estar todos satisfeitos, de certeza que o Senhor Deputado Catolino, que está tão empenhado na defesa do foro íntimo da mulher, só pode estar satisfeito com o resultado que o referendo teve no dia onze de Fevereiro.”-----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo** (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado António, o pedido de esclarecimento é o seguinte: dia onze de Fevereiro, atenção eu votei a favor assumidamente da despenalização, mas dia onze de Fevereiro, o que nos está a dizer é que então, é possível e permite a partir de agora que a mulher realize o aborto. E aquelas mulheres que vivem em condições sociais, que não lhes permitem efectivamente ter os filhos? É esta a questão que aqui colocamos, é porque se efectivamente estamos e permitimos a despenalização do aborto, temos de criar aquilo que são as estruturas sociais, que permitam às mulheres que legitimamente querem ter filhos, e que não o podem fazer, porque não têm um estado social, que as apoie, efectivamente que aqui seja também de alguma forma retratadas, é isso que é importante.”-----

Senhor **Deputado António Santos** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado, não foi o meu Partido que esteve no Governo nos últimos trinta anos, tanto anos como teve o seu. Se me está a falar, que a questão do aborto, e da situação da mulher com dificuldades sociais, tem haver com o estado social, com o estado social em que o País se encontra? Esteve no Governo tantos anos, que políticas sociais, que situações, inclusivamente depois do resultado do referendo de noventa e oito, em que o Não ganha, o que é que houve do ponto de vista do incrementar da educação sexual das escolas, da informação e do planeamento familiar para as mulheres, que políticas é que houve, que políticas de solidariedade social é que existiram no País durante os seus sucessivos Governos, durante o Governo do Dr. Santana Lopes, durante o Governo do Dr. Durão Barroso? E você vem dizer-

me a mim, oh Senhor Deputado então não trata das questões sociais das mulheres? Francamente, eu nunca estive, o meu Partido nunca esteve no Governo, estou muito preocupado com as condições sociais, estou muito preocupado com as condições sociais que vivem as mulheres Portuguesas, estou muito preocupado com as mulheres que, não tiveram uma maternidade desejável e tiveram filhos com medo que o Código Penal as perseguisse, com medo de perder o emprego, porque estavam em contrato a prazo, daqueles que são os seus apoiantes, do seu Partido, como Senhor da SONAE, tal, tal, tal, que uma amiga minha, uma amiga minha teve como ameaça, teve com ameaça perante o facto de ir ter um filho, o facto de estar a contrato a seis meses, tens o filho não te renovam o contrato. Esse tipo de condições, esse tipo de condições que são criadas pela estrutura social, pela protecção social ao poder económico que existe no País, atira-me isso a mim à cara, a mim? Francamente Senhor Deputado.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Presidente há dias tive a oportunidade de ler um artigo, na imprensa, que referia uma situação que eu penso que a Câmara tem procurado vindo a combater, que é a questão da venda ilegal de automóveis na via pública. Eu confesso que não conheço, não conheço pormenorizadamente a legislação sobre esta matéria. Em conversa particular que tive com o Senhor Vereador, ele transmitia-me que a legislação neste momento é um pouco dúbia, em relação à competência existente ou não para tentar “limpar a via pública destas viaturas”, no entanto eu vinha aqui apenas para deixar um apelo. Cada vez mais na Amadora, até porque a Amadora como todos nós sabemos tem problemas graves de estacionamento, esta situação se torna calamitosa, e não o só no Centro da Amadora, porque dantes, aqui há pouco tempo a esta parte nós verificávamos que esta era uma situação que ocorria no Centro da Amadora. Há poucos dias a esta parte, numa rua que não é no Centro da Amadora, eu verifiquei que havia uma série de viaturas, e eu próprio telefonei para duas dessas viaturas, ambas as viaturas pertenciam a alguém que estava em Odivelas. O que eu deixo aqui, o apelo é que a Câmara procure, os termos em que o possa fazer, ter uma intervenção no sentido de tentar limitar ao máximo, porque esta é de facto uma situação grave, é uma situação em que locais onde não há lugares de estacionamento, cada vez mais se

vê viaturas à venda, e em cada vez menos, os habitantes dessas zonas deixam de ter possibilidades de estacionar as suas viaturas. Era um apelo que eu deixava, eu sei que a Câmara está a fazer aquela intervenção, porque li isso nas notícias do jornal, mas era importante que a Câmara procura-se exaustivamente através da Polícia Municipal verificar esta situação.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Três ou quatro notas, sobre algumas questões, uma primeira, uma sobre a questão do **Tremoço** e é bom que isto fique claro, em relação à questão do destaque, só pode haver um destaque, isso é público, e para a Câmara é indiferente haver o destaque da parcela da SOTANCRO ou haver outro destaque da parcela dita da EMEF, é indiferente, isso eles sabem desde o início. E por isso não vale a pena, e não haverá seguramente, uma entrada de uma proposta igual àquela que foi anteriormente, ou seja, não de um destaque mas de um loteamento, porque isso já sabem que não há condições. Esperemos que assim seja, como é óbvio. Ora eu acho que há aqui uma questão, e eu acho que era importante, à bocado o Senhor, eu penso que foi o Tremoço que colocou a questão, da importância de haver a tal reunião com os Partidos no âmbito da Assembleia Municipal com o Senhor Secretário de Estado. Eu acho que há uma questão que era importante, pelo menos acautelar, ou pelo menos dar uma tranquilidade em relação ao Governo, é que se for a CP, a EMEF ou a REFER, quem quiser, em ficar com a parte restante e que realize as duas soluções, num Partido irá fazer num cavalo de batalha contra o Governo, essa é uma questão que eu acho importante, digo eu, porque sinto que há alguma reserva em relação a essa matéria. Porquê a CP comprar o resto do terreno? A CP não tem características imobiliárias, claro, mas isso não se trata de uma operação imobiliária, trata-se da viabilidade de duas empresas, uma para um lado, outra para outro, e o Estado tem que assumir a sua responsabilidade, é isto, penso que esta questão e por isso é que eu acho que era importante, digo isso, que isso se calhar com uma reunião, com a Senhora Secretária de Estado dos Transportes, e estando os Partidos todos presentes nessa reunião, se calhar era possível pelo menos transmitir da parte dos Partidos, que não haverá nenhum tipo de aproveitamento, porquê que foi a CP ou foi a REFER, ou EMEF a compra o resto do terreno, penso que não é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

essa a questão, e penso com isso se calhar tranquilizamos alguns espíritos, penso eu! Bom! Mas isto é só um pensamento, que tenho, às vezes a gente também, enfim. Que não vejo qual é o problema, eu não vejo qual é o problema.-----

Sobre o **João Paulo Castanheira**, duas ou três notas. Uma sobre a preocupação, e penso que temos uma preocupação própria, a Senhora Vereadora que naturalmente acompanha, e quero dizer uma coisa com toda a franqueza; de repente, é mesmo assim, num espaço para aí de dois meses, a degradação do Casal da Mira acentuou-se bastante. Há dois meses atrás na se sentia, aliás íamos ao Casal da Mira e reparava-mos que o Bairro estava mais ou menos limpo, que não havia pinturas nas paredes, que não havia vidros partidos, e agora de facto, em dois meses aquilo disparou. O que é que nós temos que fazer? Bom, primeiro lugar, estamos de acordo sobre operações de realojamento daquela natureza, bom, mas isso está feito, está feito, é preciso tratar dele. E outro, porque temos de tomar medidas, uma de algumas medidas que temos de tomar, tem haver com, desde logo, que é isso que está a ser preparado, porque nós também tínhamos ali de reorganizar uma questão que não é fácil, temos procurado isso nos outros bairros, nalguns bairros consegue-se, é difícil organizar inclusivamente os chamados Condomínios, Condomínio do Prédio, não é fácil organizar, mas é importante e esse trabalho está a ser feito pelos nossos Serviços, nalguns sítios já demos alguns passos, nalguns bairros, noutros ainda não conseguimos, porque também é uma forma de responsabilizar as pessoas pelo próprio espaço. Outra das formas, que temos que pensar em relação ao futuro, eu acho que passa por isso e outros Municípios o fizeram, não se trata, espero que não venham agora dizer, que a Câmara já está a pensar, em vender bens futuros, não é nada disso, mas passa-se se calhar em relação aos próprios, alguns que tenham condições, nomeadamente no futuro poder ficar com as casas, e a Câmara passar esse património para eles, penso que isto acontece, não se trata de nenhum negócio, trata-se em relação aos próprios que lá estão, dar possibilidade a alguns de poderem também com isso, ficar com o seu património e ao mesmo tempo também têm muito mais responsabilização em relação ao património. Por outro lado, é evidente que nós estamos a preparar um concurso, porque entendemos, que estes bairros têm que ser bairros que têm que ter alguma actividade, actividade inclusivamente comercial, e o que estamos a preparar, as normas tendo em vista o

7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

lançamento de um concurso, mas direccionado não em relação às pessoas, mas direccionado em relação ao tipo de actividade, porque não podemos abrir um concurso, e toda a gente vai montar lá um café, bom, é preciso que esses bairros tenham os cafés, tenham os talhos, cabeleireiros, enfim, um conjunto de outras actividades, porque é importante dar vivência aos bairros, e aproveitando inclusivamente algum trabalho que estamos a fazer na Escola das Profissões, no âmbito da formação, até na formação de cabeleireiro, até para que essas pessoas possam depois até elas próprias criar o seu próprio posto, o seu emprego e a sua actividade. Isso é um projecto que está a ser preparado para curto prazo, penso que lá para Abril teremos as condições de levar à Câmara e lançar esse concurso, porque também nos interessa além de ocupar o espaço, que haja actividade no bairro e que as pessoas dentro do próprio bairro tenham todo um conjunto de actividades comerciais, que possam eles próprios também servir-se do bairro e não ir fora do bairro. Por outro lado, há um conjunto de projectos que temos, que estamos em curso nomeadamente, o Programa Escolhas, que está em curso, temos também a parte e bem, do meu ponto de vista dos Unidos, em relação àquilo que tem haver com o Jardim de Infância e com a Creche, nós próprios já cedemos um espaço, também aos Unidos no sentido de eles próprios também, de alguma forma pegarem não nos miúdos da creche, mas pegando em miúdos maiores e poder trabalhar com eles, há um conjunto de Instituições que estamos a procurar para o bairro, não é fácil, e também estamos neste momento a tentar algumas parcerias, nomeadamente, uma delas tivemos a procurar e temos tido conversações, no sentido, tal e qual como fizemos em relação à Boba com a Fundação Gulbenkain, possamos fazer com outra entidade, em relação ao Casal da Mira nomeadamente tem havido um conjunto de conversações com o Grupo AMORIM, no sentido de saber se eles estão disponíveis, não é a questão de dar o dinheiro, não é isso que nos interessa, mas a apoiar um conjunto de iniciativas, tendo em vista também podermos actuar. E depois há outras questões, que também temos que actuar, também temos que actuar outra medida, que é uma medida também, de um ponto de vista de disciplinar algumas questões, porque também não se resolve só com, é preciso tomar algumas medidas, desde logo, não é fácil se calhar, enfim penalizar as pessoas que andam a partir os vidros, nem sempre os encontramos, nem sabemos quem é, não é fácil, esse período já acabou, eu lembro-me na

altura do vinte e cinco de Abril é que havia o chamado Fiscal do bairro que andava atrás dos meninos que jogavam à bola, já não é nesta fase, mas é possível do ponto de vista com organização dos Condomínios, com um conjunto de actividades no bairro, actividades comerciais, com o podermos colocar no bairro mais Instituições, com o colocar no bairro o nosso Gabinete que já está, e também o Gabinete da Junta de Freguesia, ou seja, um conjunto de actividade, de incentivos que também as coisas possam melhorar, mas é preciso, como eu digo, haver um outro tipo de fiscalização, nomeadamente àquilo que, muitos dos que, alguns que não vivem no bairro, não são do bairro, não eram do bairro e estão lá, e também é preciso actuarmos sobre isso, nomeadamente em relação a casas que neste momento estão naturalmente ocupadas por pessoas que não foi atribuída. Depois temos de ter em conta aquilo que é, eu penso o João Paulo Castanheira tem a noção, como nós temos, nós quando vamos aos Unidos de Cabo Verde, se calhar nem toda a gente se apercebe disto, maior parte daquelas crianças que lá estão, uma parte delas são crianças praticamente estão sozinhas, o pai está preso, a mãe está presa, isto não é fácil fazer, ou seja os problemas que ali estão, são problemas graves, e isso graves, e aquilo que eu acho e foi isso que sempre nós defendemos, e também reconheço à CDU que fez isso no passado, defender que não basta apenas apoiar financeiramente a construção de casas, é preciso apoiar tudo que tem haver com um conjunto de equipamentos que são vitais para a inserção das pessoas. Nós neste momento estamos a fazer um outro tipo de política, e penso que nisto estamos de acordo, que é procurar e incentivar o Governo não no apoio tanto à construção, mas por exemplo, mexer naquilo que tem haver, nomeadamente nos plafonds do apoio PER Famílias, que era uma forma mais clara de integração e inserção das pessoas. Eu acho que é muito por aí que temos de partir, e não continuar com aqueles projectos de, grandes construções de bairros, com todas as consequências que isso dá, e está-nos a dar aqui, mas que dei em todo o lado, não há em lado nenhum que não dê como é evidente, por mais investimento que se faça dificilmente as pessoas serão integradas e inseridas.-----

Deputado **Carlos Almeida**, só, deixo o Carlos Almeida para o final. Deixa-me só responder ali ao Deputado **Luís Guarita**, sobre a questão da venda, chamada venda de viaturas no espaço público. Geralmente os Governos não percebo bem porquê, geralmente alteram as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

leis, e alteram legislação sobre esta matéria, em vez de alterar para melhor, alteram para pior, neste caso nós tínhamos uma legislação que nos permitia actuar, houve uma alteração na legislação que neste momento não nos permite actuar da forma como actuávamos, ou seja, só nos permite actuar em parques fechados, previamente marcados e isto coloca-nos problemas, porque a maior parte do espaço onde existem a maior parte destes carros são na via pública, o que quer dizer que temos que conjugar esta habilidade que vamos ter que fazer e o Comandante está a tratar disso, temos de conjugar dois tipos de legislação. Uma legislação em relação à questão dos carros abandonados no espaço, e outra em relação à Venda Ambulante, vamos ter se calhar de ir por aí da Venda Ambulante, consideramos que isto é uma Venda Ambulante e como tal é legal, temos que arranjar aqui uma forma, o que é certo é que nós até à alteração da Lei, tínhamos conseguido impor um conjunto de ritmo e estamos a diminuir muito das viaturas abandonadas, ou seja, de venda na via pública, e porque estávamos a actuar nesse sentido, a partir desta legislação é evidente que houve recurso nomeadamente para o Procurador de Justiça, e o Presidente da República colocou-nos esta questão, bom, vocês não podem actuar dessa forma, estão a cometer uma ilegalidade, enfim, e de maneira que também como é óbvio temos que acautelar estas questões, porque eu também passo lá todos os dias e vejo, de facto aquilo é um estendal de viaturas que estão para venda, que é uma coisa enorme, que assusta, eu percebo que venham colocar nos sítios geralmente de mais passagem, muitas delas são naturalmente do Concelho, apesar de não bastar os carros abandonados, degradados, quanto mais esta praga que agora para aqui temos, mas isso naturalmente o Senhor Comandante está a analisar do ponto de vista dos mecanismos legais, que permita actuar, enfim, na conjugação, penso de duas legislações sobre esta matéria.-----

Senhor Deputado **Carlos Almeida**, eu à bocado nesta discussão, e não quero entrar muito sobre a discussão, sobre o prémio, até porque o Vereador António Moreira naturalmente irá falar sobre o mesmo, dizer o seguinte: eu penso que não se trata de uma Moção, e é bom que isto fique claro, sobre o Homem, sobre o poeta Zeca Afonso, porque se tratasse naturalmente toda a gente apoiava e estava tudo de acordo. E não vale a pena, também esconder-mos o sol com a peneira, não vale a pena, esta é uma questão política, de aproveitamento político puro, e meus amigos, sim, não vale a pena, esta Moção não é ingénua, esta Moção surge agora, eu

vi aquilo que está a ser distribuído, os abaixo assinados que circulam por aí, naturalmente que têm outro protagonista, por acaso é coincidência, quase a linguagem é quase a mesma, e por isso não vale a pena fingirmos que estas coisas não são políticas, nós sabemos que sim, eu tive oportunidade durante estes anos de Presidir a maior parte dos Prémios Zeca Afonso, como sabe, nas últimas fases quando não estive, teve o João Bernardino, e que me representava, muitas vezes até dizia João vota por mim, não tem problema. O Prémio foi sempre atribuído, sei as críticas que havia, como é natural em relação ao prémio, não ao prémio em si, mas ao regulamento é natural, um regulamento tem tantos anos, merece e carece ser melhorado e actualizado e corrigido, estamos todos de acordo, sobre a idoneidade do Júri não tenho nenhuma dúvida sobre a idoneidade do Júri, nunca pus o Júri em causa, a não ser que vocês ponham em causa que não era o Júlio Murraças, não faz parte do Júri. Bom, se é essa a questão de fundo, então assumamos isso claramente e então se é assim, bom, é da vida, aí não há volta a dar-lhe, e por isso essas coisas para mim são simples e claras, por isso nós, acho que o prémio Zeca Afonso, é um Prémio importante, eu acho que temos de valorizar e dignificar este Prémio cada vez mais, acho que temos que fazer um esforço, e disso isso já, e a Câmara está disponível em relação aos contributos no sentido de podermos melhorar o próprio regulamento do prémio, e eu acho também sobre a questão dos elementos que compõem o Júri nós também devemos analisar, não para pôr lá o António, o Manuel ou o Joaquim, mas as pessoas sobre um ponto de vista, que são aquelas que nos garantem isenção, conhecimento sobre a matéria. Nunca foi intenção minha como Presidente do Júri influenciar nenhuma votação, nem nunca disse ao Júri não atribua, eu tinha a minha opinião, às vezes era concordante com a maioria do Júri, outras vezes não eram, como é óbvio, nem toda a gente tem o mesmo gosto, nem toda a gente acha em determinado ano o Prémio devia ser atribuído ao A ou deve ser atribuído ao B, nem sempre eu vi unanimidade, mas houve uma coisa que sempre houve, é respeito pelas decisões do Júri, e aquilo que o Júri votava maioritariamente era aquilo que era naturalmente atribuído. De maneira, Senhor Deputado, dizer-lhe que os anos anteriores naturalmente teve prestígio e eu por acaso, enfim, nos anos anteriores já faço parte de nove, nove em que o Prémio foi atribuído por isso não foi naturalmente pela minha entrada na Câmara que o Prémio acabou, não foram atribuídos, apenas naturalmente penso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que a vossa grande contestação se deve a figura de substituição do Dr. Júlio Murraças. Dr. Moreira não sei se quer dizer alguma coisa?"-----

Senhor Vereador António Moreira: "Eu queria começar esta intervenção sobre o Prémio José Afonso, cumprimentando a CDU, não pelo facto de ter apresentado a Moção, mas pelo facto de ter sido tão rápida a reagir à votação do Júri, portanto o Júri deliberou em 16 de Novembro e três meses e pouco mais de três meses depois, a CDU conseguiu participar e subscrever um Movimento Cívico de protesto, e apresentar uma proposta e uma Moção nesta Assembleia Municipal, parece-me que foi aproveitar bem o tempo. Depois desta rapidez de reacção, eu queria referir um pouco, e constatar um pouco aquilo que foi também um conjunto de intervenções por parte de todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, nenhuma delas repudiou Zeca Afonso, todas se reconheceram em Zeca Afonso, o que me parece é que, este reconhecimento público e notório, eu próprio reconheço e os Vereadores também se reconhecem no Zeca Afonso, não vejo nada que legitime a CDU para ter nesta homenagem, neste reconhecimento da obra do Zeca Afonso e do trabalho de Zeca Afonso, da sua postura cívica, não há nada que o legitime mais, a CDU, do que qualquer outro Partido presente ou qualquer outra personalidade. Aliás esta manifestação de apoio, e a veemência que põe no apoio, se calhar não tinha contrapartida, quero com isto dizer, nem sempre o Zeca Afonso se reconheceu no PCP, e nas forças que hoje compõem a CDU. Deixem-me dizer, deixem-me dizer, deixem-me dizer, posso, posso. O facto de ter sido, posso! Posso! Que não goste é uma coisa, que eu posso, posso! Então não obstante a pobreza, foi conhecido e portanto, muita gente, nomeadamente o meu amigo Ananias aqui presente, também fez parte deste percurso de colaboração e de apoio à CDU, perdão ao PCP e o Zeca Afonso em boa altura da sua vida também teve participação muito próxima do PCP, o que não quero dizer, que não tenha tido o apoio mais explícito, eu vou lá Senhor Deputado, não quer dizer que não tenha tido um apoio mais explícito, por exemplo ao Luar, que não tenha apoiado o Otelio Saraiva de Carvalho, não tenha participado civicamente no apoio a Maria de Lurdes Pintassilgo. Isto é só para dizer que, não há nenhuma legitimidade dos Senhores em exigir, em considerar que são os grandes defensores da memória de Zeca Afonso, não é verdade! E

há aqui muita gente que participou dessa homenagem e desse apoio. Eu sei, Senhor Deputado deixem-me continuar! Os pontos são simples, o problema é que os Senhores só estão; começam a sofrer do síndrome de D. Quixote, acham que aquilo que fazem é aquilo que toda a gente deve fazer, aquilo que fazem os individualiza relativamente aos outros, aquilo que fazem, não é verdade, não é verdade e então transformam moinhos de vento em cavaleiros armados, e desbaratam exército de ovelhas e ninguém castilha lá mais, portanto é isso que está a acontecer. Porque o que está aqui subjacente à Moção é a ideia que a CDU relativamente à cultura tem um papel, que mais ninguém tem neste País, podem ter alguns bocadinhos noutras matérias quaisquer, mas em cultura são os maiores, o que também não é verdade, também não é verdade, esquecem-se que nesta Gestão do PS foi recuperado o Estádio Municipal, foi construída uma Casa da Juventude, o Museu de Arqueologia, o Centro de Arte Contemporânea, o Centro Nacional de Banda Desenhada, e portanto este mito não tem razão, este mito não tem razão. Pedir a uma, quer à Câmara, quer à Assembleia Municipal que anule uma decisão de Júri é uma situação absolutamente indescritível, desde logo, porque o regulamento prevê e já previa, que, primeiro, o Prémio possa não ser atribuído, isto está previsto, porque a todo o momento isto pode ocorrer, segundo, o Júri é soberano e o Júri deliberou, agora dir-me-ão, vamos lá ver houve aqui uma mudança no ponto dois, porque o ponto dois noutras versões e noutras circunstâncias aparece com uma versão diferente, que era recuperar uma lista que nos foi entregue e que não teria sido utilizada. Aqui há uma ligeira mudança, mas não há condições, quaisquer condições para retomar um processo depois de uma deliberação de Júri, isto está assumido. A possibilidade de um futuro regulamento, de procedermos a algumas alterações, naturalmente, a ideia de que no próximo regulamento vamos retomar a figura do Júri de Selecção, absolutamente fora de causa, portanto eu não estou disponível, enquanto Vereador e falar com os elementos do Júri no sentido de mudarem a sua postura, relativamente à minha própria participação, enquanto membro do Júri obviamente que não aceito qualquer mudança desta natureza. Eu só queria daqui para o último ponto, referir esta actividade que tem que ser feita, com um carácter de urgência, que é, tudo o que tem que haver com a reparação e limpeza e dignificação do conjunto escultórico do Parque Central, eu parece-me interessante, acho que este carácter de urgência até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

poderemos assumir, agora o que acho curioso é que isto foi retirado de um outro contexto, e no outro contexto havia uma questão muito simples que aqui não figura. O contexto onde esta frase vinha é muito simples, era onde dizia que isto há catorze anos que ocorre este facto. Senhor Deputado quer que lhe leia? Quer que lhe leia eu leio-lhe, sabe perfeitamente que isto saiu da petição, e que a petição diz o que não quiseram dizer aqui, que há catorze anos, que ocorreu o facto de estarem partidos os óculos do Zeca Afonso, porque é que não pôs? Para terminar, só gostaria de disser, que estamos a preparar o prémio para dois mil e sete naturalmente, e que conto com a participação da CDU, para também encontrarem e indicar à Vereação, o conjunto das obras editadas em dois mil e seis, serão muito bem vindas.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (protesto): “Tinha razão Senhor Presidente, de facto era mais do que um protesto. Começamos pelos protestos Senhor Presidente, sobre o seu. Eu acho francamente, esperava que argumenta-se, evidentemente no sentido da decisão política evidentemente, mas francamente não esperava e acho lamentável sinceramente, olhos nos olhos, acho triste e lamentável, que o Senhor Presidente tenha chamado para este debate, o nome de um funcionário Municipal, que foi funcionário desta casa durante muitos anos, a quem o Município deve muito, e que não merece, como todos os outros evidentemente, como todos os outros evidentemente Senhor Deputado, exactamente, porque são todos outros, é que não merecem, o modo como o nome de um deles, foi aqui referido, exactamente, é isso mesmo Senhor Deputado, tem toda a razão, tem toda a razão, exactamente porque são todos os outros, exactamente porque são todos os outros, nenhum deles merece, que o seu nome seja referido aqui, da forma como o foi. Segundo protesto, Senhor Deputado, Senhor Vereador andou distraído com certeza, não se trata de um aproveitamento político, em primeiro lugar Senhor Vereador, a CDU não participou, não subscreveu nenhum movimento, coisa nenhuma, não participou nem subscreveu, há-de convir que sobre a CDU eu saberei mais que o Senhor Vereador, e portanto lhe digo que a CDU não participou, nem subscreveu, o que existe é um movimento de cidadãos que pôs uma petição on-line, coisa que acontece todos os dias a propósito dos mais variados assuntos, tão só isso, evidentemente quem quis associar, associou-se, eu tenho lá o meu nome de facto, não tenho nenhum problema em dizê-

lo. Última questão Senhor Deputado andou distraído quando fala de aproveitamento político, porque se bem se recorda, logo após à aprovação da alteração ao regulamento, eu questionei o Senhor Presidente, sobre o que essa alteração ao regulamento iria propiciar, que o Prémio ficava nas mãos das Editoras, e portanto o mais provável era não haver o trabalho de escolha e de selecção que respeita-se exactamente o regulamento, ou seja, os trabalhos devem respeitar o legado científico e cultural do José Afonso, e ficássemos nas mãos daquilo que as Editoras mandam ou não mandam, foi logo a seguir à alteração ao regulamento, e depois de conhecido a decisão, eu novamente questionei, infelizmente a gente de há uns largos meses para cá não temos actas e portanto é muito mais complicado, mas eu, quando as actas saírem com certeza será verificado, quando foi conhecida a decisão do Júri eu também questionei o Senhor Presidente e julgo que o Senhor Vereador na altura também interveio sobre esta questão, portanto não se trata nem de três meses antes, nem de três meses depois, nem coisa nenhuma foi um assunto, que a mim pessoalmente me interessa, quando houve alteração ao regulamento, eu exprimi aqui a minha opinião e lamentavelmente verificou-se aquilo que se verificou. Peço desculpa queria fazer um pedido de esclarecimento...” (interrompido pelo Senhor Presidente da Mesa)-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Desculpe Senhor Deputado, um protesto e um pedido de esclarecimento? Não estou a ver, à mesma pessoa? Senhor Deputado pediu um protesto em relação à intervenção do Senhor Presidente de Câmara, pronto e acabou o seu tempo. Não pode fazer um pedido de esclarecimento, porque o Senhor Presidente de Câmara tem direito a contra protesto, e já excedeu o tempo que tinha para fazer o seu protesto. Senhor Deputado, eu tenho sido desde que iniciamos esta Sessão, eu tenho sido o mais benevolente possível na questão dos tempos, por isso neste momento, eu não lhe posso dar mais tempo, não lhe posso dar mais tempo.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “O Senhor Deputado **Carlos Almeida**, eu quando falei em relação ao funcionário em causa não falei do ponto de vista, de não reconhecer o trabalho que fez, como todos os funcionários nesta casa. Aliás partilhei com ele a organização em conjunto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

deste prémio e partilhei com ele várias reuniões de decisão sobre este prémio. Agora não vale a pena, o Senhor Deputado pode dizer; eu não quero saber o que se passa na CDU, como é evidente, mas também não sou ingénuo como deve imaginar e também percebi perfeitamente de qual foi, desde a altura, desde a altura, porque isto na vida as pessoas também não são ad-
eternum, não tem que ficar ad-eternum nos lugares e ter que ficar Responsáveis, desde a altura, oh, não Senhores Deputados, pode protestar as vezes que quiser, mas também tem que ouvir aquilo que tem que ouvir Senhor Deputado. Bom, é assim, desde a altura em que, por questões do ponto de vista da organização dos Serviços, essa pessoa deixou de ter a responsabilidade de organizar este Prémio, é evidente que percebemos logo o movimento que se estava a organizar, percebemos logo, e não vai o Senhor Deputado pôr em causa, que uma das pessoas ou a primeira pessoa que incentivou, em pleno direito como qualquer cidadão, este movimento em relação àquela petição, foi essa pessoa, sabe perfeitamente isso, sabe perfeitamente isso, e nós também sabemos, porque também não somos ingénuos na política e andamos cá há muitos anos, que há estruturas, que só por si, determinado tipo de pessoas e cidadãos não conseguem-se organizar, a não ser através dos Partidos políticos, neste caso o Partido Comunista.”-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Senhor Deputado, eu peço imensa desculpa, não me leve a mal, mas sabe que não o pode fazer, claro que não pode. Desculpe, Senhor Deputado está a fazer uma pergunta e ao mesmo tempo a fazer o protesto que pretende. Senhor Deputado não, não pode, porque leia o artigo quadragésimo primeiro, por favor. Senhor Deputado toda a gente conhece o Regulamento, toda a gente, Senhor Deputado eu não vou perder mais tempo com essa discussão, já remeti.”-----

Muito bem, temos então dois Votos de Pesar para votar, duas Moções para votar, para não nos perdermos aqui nos nossos trabalhos e por ordem de chegada aqui da documentação, eu proponho que façamos, que coloquemos à votação o Voto de Pesar a Maria Luísa Antunes Gonçalves, foi aprovada por maioria com 36 votos a favor e 2 abstenções (Documento anexo à presente Acta).-----

Vamos passar à votação do Voto de Pesar a Sérgio Vilarigues, foi aprovada por maioria com 37 votos a favor e 1 voto contra (Documento anexo à presente Acta).-----

Vamos passar à votação da Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, foi rejeitada com 28 votos contra e 10 votos a favor (Documento anexo à presente Acta).-----

Vamos passar à votação da Moção subscrita pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, foi aprovada por maioria com 30 votos a favor e 7 votos contra e 2 abstenções (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Mesa** não havendo mais intervenções, encerrou este período.-----

-----VII – PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1 – Apreciação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da “*Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município*”.-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da palavra.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Em primeiro lugar queria esclarecer o Senhor Presidente da Assembleia que de acordo com o número quadragésimo primeiro do Regimento desta Assembleia, era-me permitido ...(mudança de cassete) ..., portanto considero uma atitude não coberta pelo Regimento e absolutamente discricionária e arbitrária, Senhor Presidente. Segunda nota é para dizer Senhor Presidente da Câmara, porque em relação à intervenção...” (interrompido pelo Senhor Presidente da Mesa)-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Senhor Deputado se me dá licença, é a sua interpretação do Regimento, é a sua interpretação da leitura que faz do Regimento. A interpretação que eu

9



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

faço do Regimento não é a sua, é só isso que eu tenho para lhe dizer.”-----

... (retoma o orador) ... “Com certeza, o número dois do artigo quadragésimo primeiro diz: o tempo para protesto é de três minutos, o número quatro do quadragésimo primeiro diz: cada contraprotesto não pode exceder dois minutos, o Senhor Presidente não me deu a palavra para eu fazer um contraprotesto. A segunda nota, em relação à intervenção do Senhor Presidente, porque em relação à intervenção do Senhor Vereador ela não merece nenhum tipo de resposta, em relação à intervenção do Senhor Presidente, eu quero-lhe dizer que eu acho duplamente lamentável, que invoque a situação profissional de um trabalhador para justificar a discussão de uma matéria política, o que aqui estamos a discutir é a situação, é matéria política e eu quero chamar a atenção para o facto de, nem o Senhor Presidente nem o Senhor Vereador terem esclarecido uma vírgula que fosse, relativamente à situação que foi criada e relativamente ao processo que conduziu ao momento em que nós estamos, e por isso eu queria agora fazer o pedido de esclarecimento que não fiz à pouco. Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente, ao abrigo de que disposição do regulamento é que um grupo musical chamado BoiteZuleica foi candidato ao Prémio José Afonso? Eu gostava de perguntar ao Senhor Presidente ao abrigo de que disposição do regulamento é que um grupo chamado Hands On Approach foi candidato ao Prémio José Afonso? E eu gostava de saber, se o Senhor Presidente me conseguir dizer ao abrigo de que disposição do regulamento o grupo Galandu Galandaí não foi candidato ao Prémio José Afonso dois mil e seis? E a que disposição do regulamento a cantora Cristina Branco não foi candidata ao Prémio José Afonso? É tão só isto, porque nas suas intervenções, na sua intervenção eu esperava que tivesse esclarecido esta Assembleia sobre o que realmente aconteceu em todo o processo de atribuição do Prémio José Afonso, e como não o fez eu aqui estou para que esclareça esta Assembleia a que título, ao abrigo de que disposições do regulamento estes Grupos foram considerados e estes Grupos não foram considerados?”-----

Senhora **Deputada Sónia Baptista**: “Eu venho apresentar uma questão sobre a circulação automóvel e estacionamento do meu Concelho. A situação de estacionamento tem haver com o

Parque do Metro na Falagueira, portanto existe o Parque que foi construído logo após a abertura do Metro ao público e depois apareceu outro estacionamento do lado oposto da rotunda, e há pouco tempo apareceu um parque em terra junto também ao Metro. Esse parque, eu chamo-lhe assim porque já tem lá placa a indicar, não tem o mínimo de condições para quem lá deixa os carros, portanto o Metro tem um fluxo de gente, de população da Amadora é muito grande e nos dias de muita chuva aquele parque é completamente inacreditável o que ali se passa, portanto tem imensos buracos, é lama por tudo quanto é lado, não tem faixas de circulação, as pessoas estacionam em tudo quanto é sítio. A segunda situação, tem haver com a Calçada da Gargantada, portanto atendendo às novas urbanizações que foram construídas em Vila Chã e também no norte da Freguesia da Mina, portanto as habitações estão a ser cada vez mais habitadas, portanto temos mais população naquela zona e quem por ali passa todos os dias vai percebendo que às nove da manhã é quase impossível quem vem para baixo, para a Amadora pela avenida Pedro Álvares Cabral e a minha questão é que, as pessoas para saírem, para fugirem ao trânsito estão a arranjar alternativas, sendo que uma delas é a Calçada da Gargantada, logo a seguir ao espaço do eco-centro. Quem por ali já passou já viu de certeza carros nas valetas ao lado da estrada, em dias de mais frio os espelhos estão ali para se tentar ver a circulação automóvel também estão embaciados, ou seja não fazem o efeito, depois a estrada tem uma inclinação muito grande, também é difícil puxar os carros trás e para a frente, porque só tem um sentido, eu não sei qual é a responsabilidade desta situação, portanto se é da Junta de Freguesia, se é da Câmara, se é da Junta de Estradas, não sei muito bem. E pergunto: não haverá a possibilidade de colocar aí um semáforo, um concessor, qualquer coisa assim? São estas as questões que eu tenho a fazer ao Senhor Presidente.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Agora ao Relatório de Actividades, eu tenho a perguntar, alguns pedidos de esclarecimento. Primeiro na página três e na página sete refere-se à limpeza pública, um Protocolo que é extensível à Junta de Freguesia de Alfragide, naturalmente estamos satisfeitos com isso, é mais uma Junta de Freguesia que aderiu a este Protocolo, esperemos que tenha sucesso, mas pergunto novamente, como na altura que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

questão foi aqui discutida da descentralização desta competência, das Câmaras para a Juntas de Freguesia, pergunto para quando a Junta de Freguesia da Venteira também com este Protocolo? Parece-me que é única Freguesia que vai ficar sem este Protocolo, não sei se isso se prende, não sei se isso se prende, não sei ou talvez se prenda com aquilo que parece, aparentemente parece que há dois Presidentes de Junta, pelo menos por aquilo que eu assisti na Sessão Solene da Junta de Freguesia de Alfragide, há um efectivo realmente eleito pela população, com todo o direito, peço desculpa da Venteira, da Venteira peço desculpa, peço desculpa, portanto Presidente da Junta de Freguesia da Venteira, parece que há dois dizia eu, há um efectivo de facto eleito pela população, com toda a legitimidade, mas depois parece que há outro que parece que quer assumir essa função, ao mesmo tempo está com um pé dentro e um pé fora, faz exigências à Câmara, isto foi o que assisti na Sessão Solene, portanto para quando este Protocolo extensível à Venteira, porque também, pelo menos o âmbito deste protocolo parece-me que tem toda a conveniência. Já que estamos a falar em protocolos, Senhor Presidente, eu penso que o Senhor Presidente não quis dizer isto, penso que não, admito perfeitamente que não, ou eu tenha percebido mal o Senhor Presidente da Câmara. Quando falou no Protocolo com o Estrela da Amadora, referiu que os Sócios têm que controlar, verificar se o Protocolo está a ser bem aplicado, isto é, as verbas estão a ser bem aplicadas, eu parece-me que não é bem isso, não será esse o seu pensamento, porque quando há duas Entidades a preconizar um Protocolo, parece-me que, uma delas tem que de facto, quem entrega digamos essa competência, tem toda a legitimidade e o dever de fiscalizar se ele está a ser bem ou mal aplicado. Depois queria-lhe perguntar relativamente, o ponto da situação relativamente ao Centro de Saúde de Alfragide. Ouvimos às vezes algumas coisas, e eu não vou aqui pelas coisas que se ouvem falar, gostava de saber qual é o ponto da situação para de facto funcionar e é isso que interessa, funcionar o Centro de Saúde de Alfragide. Também lhe queria perguntar relativamente ao Notícias da Amadora, houve aqui às uns tempos, houve aqui às uns tempos uma Sessão falamos deste assunto, lamentamos todos penso eu, o fim da publicação em jornal, mas ele está ainda em página na Internet e parece-me que houve na página da Câmara, parece que houve uma omissão, parece que terá desaparecido, pelo menos eu não o encontrei a última vez que verifiquei a página da Câmara,

o sítio da Câmara Municipal da Amadora, desapareceu este órgão regional e local, gostava de saber porquê? Porquê que isto aconteceu? E perguntar-lhe ainda, disse-nos a todos nós que iria reunir com o Director do jornal, se de facto já houve essa reunião, que abrisse enfim, que abrisse alguma perspectiva, de vir a ser novamente publicado este tão necessário jornal local e regional. Depois queria-lhe perguntar, uma última questão para já, que tem haver com uma notícia, que eu hoje saiu no jornal, no Diário de Notícias, sobre o que está a acontecer, e aqui não quero entrar, espero que ninguém entre, se estamos de acordo ou estamos em desacordo, não é isso que se trata, apenas peço um esclarecimento, o que é que está a acontecer de facto na Estrada Militar do Alto da Damaia, porque vi pela primeira vez o que estava a acontecer, que no jornal Diário de Notícias, de facto é uma situação complicada com certeza, são sempre complicadas e depois adstrito a esta questão, gostava de saber, com a operação que está a ser feita aquele local será para quê? Qual o destino daquele local?"-----

Senhor **Deputado António Tremoço**: "Era só dois esclarecimentos rápidos. O primeiro era, eu na primeira intervenção, perguntei à Mesa da Assembleia, mais concretamente ao Senhor Presidente o que é que se passava em relação, portanto à Moção que foi aprovada em catorze de Dezembro, no último paragrafo dessa Moção diz claramente: solicitar uma audiência à Secretária de Estado dos Transportes no sentido de clarificar a situação da BOMBARDIER, que foi aprovado por todos nós por unanimidade, em catorze de Dezembro, passado quase três meses, que situação é que temos? Foi pedida a reunião, não foi pedida a reunião? Ou apenas votamos esta Moção? Foi metida na gaveta? E nada foi feito, porque de facto até agora não temos informação absolutamente nenhuma, e perguntei de facto o que é que tinha sido feito, como é que estava a situação? Se já estava marcada ou não a audiência? Ou se de facto isto, de facto foi apenas, mais uma que foi aqui aprovada, e de facto, era bom que nós víssemos o que é que está a acontecer. Uma segunda, é que o Senhor Presidente há pouco quando falava na MB Pereira da Costa não percebi, o Senhor Presidente dizia que: tendo em conta a situação e na intervenção que tinha feito, que rapidamente iria tomar algumas démarches, no sentido de ver se havia possibilidade da resolução de alguns problemas daquela natureza, eu não percebi, se isto já foi feito, se não foi feito, se o Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

deu a informação, quer dizer ou eu não me apercebi, ou então o Senhor Presidente se calhar, não sei se, se referiu a isto ou não, porque de facto é uma situação que preocupa os Trabalhadores, e se há algumas démarches feitas, portanto era bom que os Trabalhadores soubessem, porque de facto é uma situação grave que se está ali a viver, e tudo o que nós poderemos fazer no sentido da resolução do problema, era bom que o fizéssemos.”-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Senhor Deputado, eu registei o que me acabou de dizer e eu penso imensa desculpa, mas não sei responder, porque não sei se o Senhor Presidente da Assembleia deu ou não deu andamento a essa situação, eu tomei nota vou ver. Eu pessoalmente não sei responder e a minha colega também não, mas naturalmente tomei aqui nota, vou tentar saber o que se passa.”-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: “Eu venho aqui só questionar sobre uma questão que já foi aqui falada à uns tempos atrás, que tem haver com os mercados. Aqui na página cinquenta e um há aqui intervenções de beneficiação no Mercado da Mina e portanto eu lembro-me que na altura coloquei a questão, sobre o Mercado do Levante, portanto era para perguntar qual é o ponto de situação relativamente ao Mercado do Levante? Porque na altura o que estava em cima da mesa, era a passagem, portanto da Junta para a Câmara, portanto, porque era a situação inversa que se verificava e portanto era o desligamento, digamos assim, da Junta dessa responsabilidade, portanto era isso que eu pretendia saber. E também perguntar, sobre qual é a situação actual do ex-mercado dos Moinhos da Funcheira?”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Deputado **Carlos Almeida**, para não entrar na polémica e o protesto e o contraprotesto, sobre essa matéria o Vereador António Moreira responderá às questões colocadas, e informará em relação também, em relação a um conjunto de obras, porque é que não foram aceites, e quais são os motivos e porque é que outras foram sobre a mesma questão.”-----

Deputada **Sónia**, em relação às questões que colocou, penso que, pelo aquilo que me apercebi estava ali à bocado a trocar opiniões, mas o que me apercebi tinha a haver com os problemas

de circulação e problemas de estacionamento, bom, sabemos, temos esses problemas que temos, não tanto de circulação, mas muito mais até no ponto de vista de estacionamento do que problemas de circulação. Colocou uma questão que tinha a ver com a questão de aquilo que tem haver com uma escapatória, que agora as pessoas utilizam, não é? Penso que é isto que está a falar, quem vai por cima pelas Brancas, que depois vai ter a Carenque, passando naquele estreito ao pé da Concentra, eu penso que é isto, que está a falar. Nós tivemos a oportunidade de melhorar aquela estrada como viu, porque de facto é uma escapatória, essencialmente para quem morra em Carenque, mas muito mais para quem vai nomeadamente para o Pendão, que utiliza tudo aquilo. Há um problema ali de estrangulamento, como todos sabemos tendo em conta aquela passagem e aquilo que, não devia e percebo que é isso que se está a referir, um conjunto de viaturas já de outro porte que utilizam aquela passagem, não é isso? Será isso? Bom, ou seja, os ligeiros é evidente que aquilo tem que ser utilizado, se nós fechamos é nisso que as pessoas vão protestar muito mais, agora, como é que podemos enfim tomar algumas medidas no sentido de minimizar alguns impactos que ali existe, é isso, pedir ao Vereador do Trânsito para verificar essa matéria. Penso que, uma placa que falou, tem haver com um estacionamento em terra batida, que está ao pé da Estação e nós posemos lá a questão do parque, para utilizar aquele, a questão de podermos rebocar as viaturas, ou seja, aquela questão diz com legislação é possível rebocar viaturas para venda desde que estejam em parques definidos e de maneira que aquilo apesar de não ter a figura de um parque definido, mas tendo essa marcação é possível naturalmente fazer esse tipo de reboque e é nesse sentido que fizemos. O terreno como sabe, é um terreno neste momento que é privado, nós utilizamos, enfim, com conhecimento naturalmente do proprietário, porque achamos importante que haja mais lugares de estacionamento, mas não podemos fazer nenhum tipo de intervenção tendo em conta que ele é privado.”-----

Deputado **António Carixas**, Senhor Deputado eu não vou, permitam-me o termo, não vou entrar na polémica dois Presidentes, um Presidente, legitimidade ou não legitimidade, não entrar nesse tipo de polémica como deve imaginar, sobre a questão da descentralização dizer-lhe: que nós só faremos a descentralizações às Juntas de Freguesia quando acharmos que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

temos as condições objectivas de descentralizar e a Junta ter as condições também de a receber, bom, e por isso sobre esta matéria penso que estamos esclarecidos, neste momento consideramos que não há as condições, nem da Câmara poder delegar, nem da Junta poder receber, por isso continuamos nós a fazer o serviço, até que as condições estejam criadas, não estou a dizer com isto que é, a responsabilidade de não ter as condições que é, a Junta de Freguesia há aqui duas componentes que é preciso naturalmente respeitar. Sobre o Centro de Saúde de Alfragide, penso que o Senhor Deputado está a falar naquilo que foi, aquele espaço no Alto dos Moinhos, e que, enfim, obviamente que o Ministério da Saúde nunca achou prioritário fazer aquele investimento, nós fizemos um Protocolo que foi aprovado em Câmara, uma cedência do espaço para a Santa Casa da Misericórdia da Amadora, em que teve que apresentar um projecto, apesar de ser um projecto de adaptação, não fazer nada de construção fixo, mas basta a questão de um conjunto de divisórias que é necessário criar, também tem que ver com a parte do saneamento também em relação com aquilo que se lá vai fazer, obriga a um conjunto de condições, nomeadamente de imposições da própria Direcção Regional de Saúde e também em relação aos Bombeiros, houve condições que obrigaram um conjunto de alterações em relação ao projecto, a última coisa que nos faltava, faltava-nos dois tipos de pareceres, um dos Bombeiros que já chegou, como é evidente e estava pendente na Câmara isso e um outro que era dos SMAS tendo em conta a questão do saneamento, era mais um pouco com isso por causa de, aquilo tinha a ver com o despejos, se ia tudo para o colector doméstico ou se tinha que ter um tratamento específico, os SMAS entendiam que tinha que ter um tratamento específico, e por acaso nesse sentido foi imposto essa norma, penso que neste momento as condições estão feitas, e o que eu sei é que, inclusivamente já tinham até empreiteiro para executar a obra e pôr aquilo a funcionar. Sobre outra questão que tem haver com a questão do Notícias da Amadora dizer o seguinte: todos sabemos que, não interessa agora os comentários, que o Notícias da Amadora deixou-se de publicar, todos sabemos, aliás digo isso porque eu continuei a mandar publicidade para o Notícias da Amadora e começou-me a vir devolvida, dizendo que não, não havia publicação, não podiam garantir a inserção da publicidade, ouvi depois, naturalmente estou a dizer que ouvi dizer que tinha uma página on-line, mas ter uma página on-line não permite do ponto de vista deste tipo

de apoios ter a mesma coisa como sabe, e por isso essa questão para mim não sei se no site desapareceu o Notícias da Amadora como publicação em jornal sim, não sei se devia estar do ponto de vista on-line que é uma questão de corrigir, irei ver com o gabinete essa questão. Sobre a questão da reunião, a reunião em determinado momento foi um objectivo, depois a seguir veio um pedido que era a Câmara poder adquirir tudo o que são, vamos lá ver, o inventário de jornais que tem o Notícias da Amadora, a partir daí não foi colocada nenhuma questão tendo em vista sequer ou menos uma reunião que permite-se reactivar o jornal Notícias da Amadora, aliás nem é essa a função da Câmara como deve imaginar, não é a Câmara que se tem que substituir, dizer que a partir de agora vamos ter um jornal oficial que se chama Notícias da Amadora, não é isso seguramente, nem da nossa parte nem da parte naturalmente daquele que é o proprietário do Notícias da Amadora, e por isso como eu digo, não tive mais nenhum contacto, os contactos que tivemos em determinado momento foi no sentido de acabar um pequeno diferendo que tínhamos, e essas questões foram ultrapassadas como sabe, a partir daí também nós ficamos surpreendidos, com aquilo que foi naturalmente o encerramento da própria publicação. Sobre a questão da intervenção que estamos a fazer, em relação à questão das demolições, Senhor Deputado Carixas, nós temos uma determinação que sabe que é isto, nós temos um conjunto de bairros, no âmbito do recenseamento, recenseamento esse que foi efectuado em noventa e três, e que nós temos em vista acabar com um conjunto de bairros, é essa a nossa obrigação, e o que estamos a fazer apenas tem haver com isso mesmo. Por acaso em relação ao da Damaia, como sabe, dados de mil novecentos e noventa e três existiam cerca de quatrocentas e quarenta e cinco barracas, ou casas abarracadas, quinhentos e noventa e dois agregados familiares, e mil novecentos e noventa e oito residentes, o que é que se fez entretanto, quarenta e um processos foram excluídos, cinquenta e quatro programas habitacionais, pessoas que entretanto resolveram por outros meios, por outros programas habitacionais e neste momento o que é que temos? Trezentos e noventa e dois agregados existentes, vinte cinco barracas que já demolimos, e quarenta e oito barracas que vão ser demolidas tendo em conta, que são umas, setenta e oito, são umas que as pessoas ou já saíram ou encontraram outros programas habitacionais, ou, houve pessoas que entretanto foram excluídas e foram-se embora e há em fim aquilo que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

estamos a fazer, do ponto de vista do nosso Serviço, estamos a fazer reuniões, estamos a fazer um levantamento e actualização, e falando com as pessoas e procurando encontrar soluções habitacionais. Que eu recorde destas questões, apenas uma única pessoa que não queria e não aceitava num tipo de apoio no sentido de arranjar uma solução habitacional, uma, em relação à pessoa que agora vem a falar e que vem nos jornais é a primeira vez que vejo esse nome, por isso mesmo até agora, nem nunca se tinha dirigido à Câmara, nem os técnicos da Câmara têm nenhum ficheiro sobre essa matéria, agora é evidente, essa pessoa foi detectada, a partir de agora pode-se dirigir à Câmara, é esse o processo que temos, e este processo das demolições, é um processo que vai continuar e vai continuar nos diferentes bairros do Concelho, como é evidente desde o Estrela de África, Quinta da Laje, Seis de Maio, a própria Cova da Moura, o Alto da Damaia, a própria lá em baixo em Alfofnelos também, a maior parte do Casal de Alfofnelos praticamente está quase todo demolido, vai continuar, porque é óbvio que temos essa obrigação e também é importante que também se vá demolindo tendo em conta que muitos destes locais, alguns deles também servem para um conjunto, não para alguns viverem, mas para outras praticas que não são as mais recomendadas como sabem, porque em fim uma casa abandonada permite sempre outro tipo de utilização. Sobre a questão dos terrenos Senhor Deputado, o que é que vai ser aquele terreno da Estrada Militar? O Deputado da Estrada Militar já ouviu perfeitamente dizer o que é que vai ser, Estrada Militar da Damaia e da Reboleira, é isso que estamos a falar, Senhor Deputado sabe e foi aprovado na Câmara um corredor verde em relação a Estrada Militar e a Estrada da Reboleira, e mais, e está aprovado também uma via, que é uma via de ligação da D. Carlos I nomeadamente em relação à atalaia para permitir a ligação mais directa em relação à IC19, isso é o que faz parte, só que não podemos fazer essa via tendo em conta, que enquanto não fizermos o realojamento das pessoas não podemos naturalmente fazer a via em cima da casa das pessoas, por isso é a questão que estamos neste momento em curso.-----

Deputada **Cláudia**, penso que se referiu o levante era na Damaia Baixo, penso que é isso. O Mercado da Damaia de Baixo, aliás foi outro dia à Câmara a questão de voltar à Câmara o espaço, por isso deixar de ser da Junta de Freguesia passando à Câmara e foram encontrados neste entretanto as soluções em relação aos vendedores que estavam no Mercado da Damaia

de Baixo, ou seja, todos eles foram integrados neste momento, por isso o processo todo ele está concluído, a Câmara vai naturalmente assumir o espaço, não sei o que é que vamos fazer, logo veremos, mas o Mercado neste momento já não funciona e neste momento todos os vendedores que estavam lá e quiseram continuar estão colocados no Mercado da Damaia de Cima essencialmente. Sobre a questão do Mercado da Mina é evidente que há um conjunto de obras, que foi necessário fazer no Mercado da Mina e algumas conclusões, porque aquilo que nós nos comprometemos desde início e o Senhor Presidente da Junta da Mina foi fazermos a obras necessárias, para que pudéssemos pensar a curto prazo na possibilidade de transferir a competência do Mercado da Mina para o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mina, e penso que aquilo que viu tem haver com isto, não sei se as obras estão todas findas ou não, mas é um compromisso que temos além das obras que já estavam em curso, há um conjunto naturalmente de obras que iremos fazer no sentido de criar as melhores condições para que o Mercado possa funcionar, ver se está tudo feito para que possamos a curto prazo, nas conversações que vamos ter com o Senhor Presidente de Junta, que já iniciamos, chegarmos a um entendimento para passar esta descentralização para a Junta de Freguesia da Mina. Em relação ao Mercado dos moinhos da Funcheira, o Mercado dos Moinhos da Funcheira como toda a gente sabe, é um Mercado que funciona mal, não serve do ponto de vista não só também da qualidade, daquilo que é a população daquela zona, e nós achamos que é importante que haja um espaço comercial com aquelas características ou outras, permita dar uma satisfação às necessidades dessa população naquela zona. E por isso o que estamos a preparar, é os termos de referência, neste momento estamos a conversar inclusivamente com os vendedores que lá estão, uns que procurando que eles possam aceitar ir para outros Mercados, e outros que não quiserem ir, encontrar depois uma solução futura, porque nós pretendemos relançar um concurso tendo como objectivo duas coisas, manter à mesma um espaço de Mercado, e manter um espaço comercial que permita dar uma resposta à população a preços mais baratos, e que seja acessível para que as pessoas possam fazer as suas compras, e terá que ser um projecto, um concurso público que irá ser preparado e naturalmente como todas as regras, no sentido que a Câmara possa melhorar aquele que é o serviço prestado à população, nomeadamente à população dos Moinhos da Funcheira e também tendo em vista



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

conhecemos nenhuma.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Antes de começar a responder, esqueci-me há pouco de uma questão que o Tremço colocou, só para responder ao Tremço, sobre a MB Pereira da Costa, o que eu disse foi: que houve diligências que eu fiz no sentido do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais poder receber, e que não foram até agora respondidas, e o que eu disse foi: que iremos continuar a insistir nessas diligências, tal e qual como estou a fazer, como está o Sindicato como sabe, e ao mesmo tempo também junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente aqui do Emprego na Amadora em relação à questão de, o tempo que demora em relação à atribuição de subsídio de desemprego aos Trabalhadores que estão em causa, porque houve um processo que inicialmente começou em que não havia os impressos, está recordado disso e que depois passou a haver uma forma de haver impressos, o que é certo é que os Trabalhadores continuam sem receber nada do fundo de desemprego, é isso! E por isso iremos fazer essas diligências.”-----

Senhor Deputado, deixe-me dizer uma questão que é isto, não há nenhuma divergência, não sei se está aí o Senhor Presidente da Junta, há bocado vi-o aí, mas dizer-lhe o seguinte: não há nenhum problema sobre o Presidente da Junta de São Brás em relação à Câmara. Primeiro lugar a Câmara é proprietária do Mercado, ponto um; a Câmara já concertou com o Senhor Presidente da Junta que esse processo vai ser executado, desencadeado pela Câmara e controlado pela Câmara. O que se verá no futuro, se haverá ou não descentralização de uma parte ou não, é uma questão que veremos no futuro, ou seja, a Câmara vai fazer uma, aquilo que tem haver com o programa do concurso, será um concurso público não há aqui parceiros pré escolhidos, é um concurso público, aquele que der melhor garantias à Câmara e aos Serviços à população será esse que ganhará, é isto. Por isso sobre esta matéria, enfim, o seu dono de quem é? A Câmara é a proprietária, e de maneira que é a Câmara que irá desencadear o processo, essa matéria está exposta ao Senhor Presidente, já foi comunicado, já discutimos isso, já está assente, e o Senhor Presidente da Junta já sabe que o processo vai ser todo desencadeado pela Câmara e coordenado pela Câmara.”-----

Desculpe não era nenhuma indelicadeza, como é óbvio, até porque o Senhor Vereador faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

muita questão em responder a essas questões.”-----

Senhor **Vereador António Moreira**: “Não obstante, não ser contemplado o do contraprotesto e votado ao ostracismo, vou tentar responder tão sinteticamente quanto possível, e ver se não esqueço nada. Portanto como é público e já foi objecto de debate não houve Júri de selecção, portanto não havendo Júri de selecção naturalmente tudo o que nos chegou foi enviado para o Júri, nomeadamente o CD do Hands On Approach, que é cantado em inglês, o outro caso que referiu o Galandu Galandaí, portanto nós não o recepcionámos como sabe, mas de qualquer modo o disco é editado em Mirandês, não deixa de ser uma língua de Portugal, mas não é seguramente a língua portuguesa. Há um facto, não o recebemos, oh Senhor Deputado se calhar faz muito sentido que faça parte de um Prémio de música tradicional portuguesa, provavelmente, são canções tradicionais Mirandês, agora se calhar faz menos sentido, faz menos sentido que faça parte de um Prémio com o enquadramento que tem o Prémio Zeca Afonso, pois, se nos tivesse chegado, naturalmente que tinha sido enviado para o Júri, para que se pronuncia-se sobre ele. A Cristina Branco de facto, reconheço que não tínhamos, mas da lista onde vinham este conjunto imenso de CD'S que não foram recepcionados, também vinha o do Fernando Tordo, e o Fernando Tordo com o disco editado em Barcelona, com editado em cinco línguas, com, mas eu acho que respondi, aliás uma delas era o Português, mas eu acho que respondi e há um outro conjunto de títulos e de autores que não foram objecto, não obstante nós contactamos com as editoras, agora vai-me dizer que, não basta contactar com as editoras, não contactamos apenas por escrito, falamos com todas as editoras, todas aquelas que tínhamos e nomeadamente as que fazem parte da Associação Fonográfica Portuguesa, não recebemos resposta, mas contactamo-las.”--

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “Senhor Vereador, eu há pouco não respondi, porque achei que a sua intervenção era inqualificável, agora tratou de matéria política, que estamos a tratar evidentemente que naturalmente respondo. O pedido de esclarecimento é este: não lhe parece que responder-me que um disco feito em Portugal, em Mirandês, tratando-se do Prémio José Afonso, que cantou tudo o que era Portugal, dos quatro

cantos, dos quatro cantos não acha que isso é um argumento que não tem nada, mas rigorosamente nada a ver, nem com a obra José Afonso, nem com o empenhamento cívico do José Afonso em nome das raízes do Povo Português, todas incluindo o Mirandês, não me parece que esse argumento não tem nenhuma justificação, nenhum sentido, nenhuma cobertura no próprio Regulamento Senhor Deputado? Senhor Vereador? Peço desculpa.”-----

Senhor **Vereador António Moreira**: “Não sei se o Senhor Deputado diria a mesma coisa se o disco fosse editado em Mindrico.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “É só uma pergunta muito rápida. Tem a ver com a alfabetização com a educação de adultos que está aqui referida no Relatório, ligado com esta questão parece que, parece que, há uma diminuição do número de cursos este ano lectivo, talvez isto tenha haver com a desconcentração chamemos-lhe assim, dos serviços, de algumas competências do Ministério de Educação para os agrupamentos escolares, talvez tenha haver com isso, mas preocupa-nos esta diminuição de cursos de educação de adultos para adultos, cerca de treze o ano passado, o ano lectivo do ano anterior para, aparece apenas três para este ano lectivo. A minha pergunta, preocupação e pergunta é: se a Câmara de facto vai intervir nesta área para que, de facto esta área não seja diminuída na sua acção.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Senhor Deputado relativamente a esta matéria, a Câmara está relativamente as áreas de Educação como sempre esteve totalmente disponível para interferir naquilo que sejam as suas áreas de competência, e por isso, relativamente a esta matéria assim a Câmara tenha competências para interferir e fá-lo-á seguramente como tem feito até agora.”-----

Não havendo mais intervenções o Senhor **Presidente da Mesa** deu o ponto por encerrado.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2 – Apreciação e votação, nos termos da alínea e) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Isenção de Taxas de Administração Urbanística - Ano 2007 (Proposta n.º 510/2006)*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que a Comissão de Desenvolvimento Económico, Finanças e Administração reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 2º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindi da palavra.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Senhor Presidente nós na Comissão e aqui faremos o mesmo iremos votar a favor desta medida. Queria relembrar o Senhor Presidente e o executivo da Câmara que este tipo de medidas, Isenção de Taxas sobre obras para reabilitação e reconstrução de edifícios urbanos, é da mais elementar justiça de todos os pontos de vista, do ponto de vista daquilo que deve ser uma política de requalificação urbana do Concelho, do ponto de vista daquilo que deve ser uma justiça tributária fiscal sobre o proprietário, que investe na requalificação do seu edifício próprio, e por isso não compreendemos e é uma bandeira nossa e minha em particular e não vou desistir dela, enquanto tiver nesta Assembleia, porque é que não é sempre utilizado esse mesmo critério de justiça, e esse mesmo critério de introdução de elementos de justiça tributária fiscal, ou seja, como sabe quando discutimos o IMI, nós temos sido, este ano foi a segunda vez e para o ano será o terceiro, nós sobre a matéria do imposto a aplicar nas Taxas do IMI aplicar sobre edifícios que estejam ou que não estejam ocupados, de edifícios que tenham sido ou não alvo de intervenção por parte do seu proprietário de obras de requalificação tenham ou sejam taxados com uma minoração em relação àqueles que, ninguém liga, que estão degradados e que ofende a Cidade e ofende os Municípios o estado de degradação em que eles estão. Não compreendemos porquê não utilizar sempre o mesmo tipo de critério, porque que é que já

passaram dois anos e a Câmara Municipal continua sem ser capaz de ter a coragem política de introduzir os elementos de minoração e majoração dos edifícios em função da atitude que os proprietários têm perante eles.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Deputado é evidente que não é esta a matéria que estamos a discutir mas digo-lhe já. Também o Senhor Deputado esperará para a próxima, altura em que tivermos aqui o próximo IMI verificar que vai ter a penalização e a despenalização consoante os casos.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade dos 31 membros (Documento anexo à presente Acta).-----

3 – Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Plano Pormenor do Parque Urbano do Neudel - Aprovação (Proposta n.º 518/2006)*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que a Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pelo Senhor 2º. Secretário (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Só uma pequena nota, isto é o desenrolar daquilo que foi um Plano Pormenor necessário por força daquilo que tinha haver com aquele espaço a efectuar. Todo este processo foi feito discussão pública, teve em discussão e também foi enviado à CCDR, a CCDR validou já este plano, apenas faltava as fichas dos resultados estatísticos, está junto, e vem neste momento à aprovação e a seguir irá para a CCDR no sentido da sua publicação e homologação pelo Conselho de Ministros tendo em conta que, à uma parte fora do Parque, fora do Parque que também está integrado neste Plano, que não é o Parque em si mas é fora do Parque. Depois, como é evidente é importante do meu ponto de vista, que aquela zona possa ter intervenção prevista ...(mudança de cassete) ... As que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

4 – Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Regulamento do Cemitério Municipal da Amadora - Alteração (Proposta n.º 53/2007)*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que a Comissão de Urbanismo, Habitação, Ambiente, Transportes e Comunicações reuniu e emitiu parecer que vai ser lido pela Senhora 1.ª Secretária (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Câmara** prescindiui da palavra.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições.-----

Não havendo intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 27 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

5 – Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, da proposta relativa a “*Criação de Comissão Eventual para Acompanhamento da CRIL*”.-----

O Senhor **Presidente da Mesa** informou que a Proposta foi apresentada pelos Grupos Municipais, que vai ser lida pela Senhora 1.ª Secretária (Documento anexo à presente Acta).-----

O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado João Serrano**: “Apesar de nós ter-mos subscrito esta Proposta e estamos de acordo, gostaríamos de propor aqui um aditamento de um ponto três, que tem haver com uma exclusiva razão, é que, esta matéria da CRIL e face à sua complexidade, há várias pessoas desta Assembleia Municipal nomeadamente Deputados e do meu Grupo em especial, que é importante a sua participação na discussão e no cumprimento desta matéria. E por isso

tomou na altura para evitar esta demolição clandestina, em fim, há pedidos de usucapião daquele espaço, não seu como é que se consegue pedir um usucapião de um espaço que foi cedido par direito público, mas enfim isto é o que é, não sei se a justiça funciona aqui tão bem, logo veremos, o que é certo é que, se por acaso isto acontecer nós vamos ter que fazer a expropriação, apesar de ir-mos expropriar uma parte que é nossa, mas enfim a vida às vezes tem destas coisas, há uma coisa que não faz sentido é deixar de facto aquela construção que lá está clandestina, num terreno que não era deles, manter-se em pleno coração do Parque, enfim, então e o crime compensava, por isso iremos utilizar todos os mecanismos, porque este Parque é para ser feito de acordo com o projecto que está aprovado.”-----

O Senhor **Presidente da Mesa** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado Catolino Pinto**: “Senhor Presidente da Câmara apenas uma pergunta, inicialmente o Parque do Neudel incluía uma área da zona de Alfragide, de Alfragide, melhor dizendo, do lado de Alfragide do IC19 actual. Penso que foi feita uma troca entre o Urbanizador da Quinta Grande com a Câmara de lotes, recebe daqui, dá dali, recebe de acolá, dá ali e que hoje o Parque do Neudel estaria só restringido à zona, à esquerda do IC19 para quem vem para Lisboa, queria só esta confirmação se possível.”-----

Senhor **Presidente da Câmara**: “Senhor Presidente da Junta em relação ao Plano Pormenor, o Plano Pormenor apenas apanha a área correspondente depois do IC19 para o lado da Damaia. O Plano Pormenor, é este Plano de Pormenor que estamos a falar e este apenas diz respeito a essa área. Em relação ao resto, ainda temos que apurar como é que é, mas para já o Plano Pormenor para o Parque Urbano do Neudel, diz respeito apenas à área do IC19 para cá, do lado da Damaia.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Mesa** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por maioria com 28 votos a favor e 1 abstenção (Documento anexo à presente Acta).-----

permitimos no fundo o enriquecimento da Comissão e a participação e as valências de cada um, eu sugeria a introdução de um ponto três, que, passaria a ser o seguinte: que cada Grupo Municipal possa proceder à rotatividade dos seus Representantes na Comissão, mediante comunicação prévia ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Se houvesse acordo, e penso que temos em condições de o fazer a todos os Partidos, era esta a Proposta que eu gostaria de deixar.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “Nós estamos de acordo, com certeza com esta sugestão, mas nem bastaria, nem valeria apenas isso, porque é Regimental a substituição, portanto estamos perfeitamente de acordo com a Proposta.”-----

Senhor **Presidente da Mesa**: “Senhores Deputados uma vez que a Proposta é consensual e foi trabalhada em Conferência de Líderes, eu propunha que fizéssemos a votação, apesar de estarmos a votar naturalmente nomes, eu propunha que fizéssemos a votação para acelerarmos o processo de braço no ar, não sei o que é que vos parece? Estão de acordo? Vamos passar então à votação.”-----

O Senhor **Presidente da Mesa** colocou a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade com 30 votos (Documento anexo à presente Acta).-----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do Senhor Presidente da Mesa, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artº. 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 40 membros presentes.-----

Devido ao adiantado da hora, o Senhor **Presidente da Mesa** encerrou esta reunião à 23H45 e informou de que os Trabalhos continuariam no próximo dia 6 de Março, às 19h30m.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

2ª. REUNIÃO

6 de Março de 2007

Os trabalhos foram iniciados às 20 horas.-----

Mesa da Assembleia: **Presidente, António Ramos Preto**-----

-----**Primeiro Secretário, Rui Miguel Queirós Correia**-----

-----**Segundo Secretário, Elisabete da Silva Ferreira**.-----

Membros presentes: Todos, com excepção do Senhor João Carlos Baptista Poeiras e da Senhora Cátia Regina Correia Soares, conforme constam da relação anexa.-----

Estiveram presentes por parte da Câmara Municipal, as Senhoras Vereadoras Carla Tavares, Rita Madeira e os Senhores Vereadores João Bernardino, Gabriel Oliveira, Carlos Reis, António Nunes, Eduardo Rosa, Armando Manuel Reis Cruz e António Moreira.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Buraca se fazia representar, nesta Sessão, pelo Senhor Vogal Luís Miguel Lourenço Ascensão e que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Venteira se fazia representar, nesta Sessão, pelo substituto legal Senhor Rui Manuel Lopes Rego (Documentos anexos à presente Acta).-----

Verificado o quórum, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão.-----

-----I – SUBSTITUIÇÃO-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** informou que, ao abrigo do n.º 1 do Artº. 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, a Senhora Patrícia





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

questão que os Senhores aqui pretendem trazer e portanto foi seguir a Ordem do Dia que está estabelecida e vou fazer de acordo com os procedimentos normais desta Assembleia.”-----

Senhor **Deputado António Santos** (pedido para fazer uma declaração): “A declaração que eu tinha a fazer era o seguinte: nós conhecemos o Regimento da Assembleia Municipal e conhecemos também, que muitas coisas que se passaram até hoje, numa unidade sempre passaram muitas vezes por o desrespeito ou pela infracção de alguns Regulamentos, não estou a propor nenhuma insurreição regimental nesta Assembleia. Mas queria referir o seguinte: quando o Estado não garante aquilo que é o direito previsto na sua Lei fundamental que é a Constituição, que é o Direito à Habitação, quando as políticas das Instituições do Estado, como no caso as Câmaras Municipais e como no caso dos Serviços Sociais do Governo Central não respeitam aquilo que é o Direito de Cidadãos residentes em Portugal do seu elementar mais Direito à Habitação, o direito à indignação, o direito ao protesto é um direitozinho, todas as formas de manifestarem essa indignação e de manifestarem esse protesto, para mim são legítimas e portanto eu solidarizo-me, porque eu também estou indignado, apesar de saber que a política perseguida pela Câmara Municipal da Amadora é uma política que foi votada nesta Assembleia, com o meu voto contra, e que portanto do ponto de vista legal estará correcto. No entanto, as situações de conflitualidade social, que esta política tem perseguido, a situação dramática em que, diversas famílias nos diversos bairros, em que o processo de demolições de barracas, e o processo de realojamento ou não realojamento das pessoas que aí residem tem provocado, merece que esta Assembleia peça ao Senhor Presidente da Câmara, que perante esta Assembleia, se marque uma Assembleia Geral Extraordinária, no sentido de, a Câmara Municipal informar que tipo de planos? Que tipo de projectos? Quais os prazos? Quais os modos? Que relações é que está a ter e que tipo de contactos é que está a ter com o Governo Central, no sentido de resolver esta situação dramática das pessoas que vivem nos diversos bairros que estão a ser alvo de demolições, e naqueles que se irão seguir, porque esta Assembleia, o Município da Amadora, os Municípios que estão directamente envolvidos nos processos de demolições e aqueles que irão ser envolvidos merecem no mínimo esse respeito. A minha solidariedade para com as pessoas

Alexandra Pedrinho Paula Ferreira, o Senhor António Carlos Ribeiro Costa da Silva Guedes do PSD, para o dia seis de Março (Documentos anexos à presente Acta), e dos Senhores Vasco Miguel Ricardo Aleixo, António Manuel Baptista Borges, António Miguel da Silva Figueiredo Lourenço e da Senhora Sónia Cristina Catarino Baptista, da CDU, para o dia seis de Março (Documentos anexos à presente Acta).-----

De seguida informou ainda que, em conformidade com o Artº. 79.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, tomaram posse, pelo PSD os Senhores Paulo Miguel Oliveira Martins Torres e David António Martins Oliveira (Documentos anexos à presente Acta), e pela CDU o Senhor José Moreira Flores e a Senhora Celina José Caro Pina (Documentos anexos à presente Acta). Por não estarem presentes a Senhora Cátia Regina Correia Simões Soares e o Senhor João Carlos Baptista Poeiras não tomaram posse.-----

II - ORDEM DO DIA-----

Reiniciaram-se os trabalhos no ponto deixado na Reunião anterior.-----

6 – Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 2 do Artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da C.M.A. relativa a “*Protocolo entre a C.M.A. e o Hospital Fernando da Fonseca (Proposta n.º 47/2007)*”.-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Há aqui um conjunto de pessoas que estão aqui na assistência, antes de dar a palavra ao Senhor Vice-presidente para se assim o entender proceder à apresentação desta temática. Há aqui um conjunto de pessoas que me fizeram um Requerimento, de cidadãos que aqui estão e que me fizeram um Requerimento no sentido de, a Assembleia hoje, apreciar aqui uma pretensão que tem a ver com as demolições e tem a ver com o Programa Especial de Realojamento. Eu tenho a informar que, a Ordem de Trabalhos foi fixada desta Assembleia, isto tem regras, foi fixada, o Período da Ordem do Dia está estabelecido e eu não posso digamos, criar aqui nenhum ponto extraordinário para tratar da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aqui presentes é total, é uma indignação perante a situação que se vive, é total, e portanto nós vamos passar por escrito, este pedido de Assembleia Geral Extraordinária, com o sentido que a Câmara Municipal esclareça e apresente o plano concreto, global, pormenor em pormenor, bairro a bairro, sítio a sítio, para que não se venham a repetir as situações dramáticas que se estão a viver e que já se viveram antes.”-----

Senhor **Deputado António Carixas**: “A minha não é uma declaração, é uma sugestão ao Senhor Presidente da Assembleia. Aliás, não estando presente o Senhor Presidente por razões naturalmente pessoais, na anterior reunião, eu levantei esta questão na última reunião da Assembleia Municipal, foi-me respondido e esclarecido algumas questões, mas pelo que estamos a ver, pelo menos a ver, os vários cidadãos que estão aqui, parece que envolvidos na questão levantada na última reunião, eu também solicito ao Senhor Presidente da Assembleia que seja marcada com carácter de urgência na próxima semana se possível uma Assembleia Municipal Extraordinária para apreciar esta questão.”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Tenho a informar que, os Requerimentos não caem em saco roto, o Requerimento destes Senhores entrou aqui, destes cidadãos, eu anunciei-o obviamente que o levarei à próxima Conferência de Líderes, para com todo o rigor, e com todo o conhecimento, e com todo o reconhecimento da matéria de facto, podermos aqui emitir juízos de valor se os Partidos assim o entenderem. E acho que vamos pelo bom caminho se fizermos assim, acho que introduzir aqui um ponto seria desrespeitar a Lei, os Partidos têm consciência disso, eles próprios não tomaram a iniciativa mesmo que agora manifestem aqui uma declaração, dizendo que estão de acordo, se calhar toda a gente está de acordo, que ninguém deve ficar na rua, se toda a gente está de acordo, toda a gente deve ter habitação condigna, isso é uma questão de princípio, proclamatória, eu sou o primeiro a reconhecer isso, a Câmara é a primeira a reconhecer isso tenho a certeza, mas essas declarações proclamatórias, depois têm de ser consubstanciadas em políticas concretas, e em atitudes concretas. E eu acho que, um órgão com a dignidade do órgão que é a Assembleia Municipal deve efectivamente apreciar as coisas, com toda a profundidade e as matérias, as

diversas matérias com toda a profundidade e portanto veremos na próxima Conferência de Líderes quais são os passos que vamos dar. Vamos então reconduzir isto ao ponto da Ordem do Dia e para vos informar do seguinte: a Comissão de Desenvolvimento Económico Finanças e Administração reuniu e não emitiu parecer.”-----

Senhor **Vice-Presidente da Câmara**: “Eu ia passar a palavra à Senhora Vereadora Carla Tavares que acompanhou este processo.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Senhores Deputados, por isso relativamente à Proposta 47/2007, o que se pretende com todo este processo e o que hoje é presente à Assembleia, é poder a Assembleia pronunciar-se e deliberar sobre aquilo que a Câmara propõe neste caso a participação no capital social da Entidade Gestora do Hospital Amadora Sintra. Como tiveram com certeza oportunidade de ver e de analisar também naquele que foi o debate na Comissão esta participação na Gestão consubstancia-se essencialmente por isso estamos a falar de seis por cento, com uma participação financeira de cinco mil euros uma vez que o restante conforme está na proposta é através daquilo que serão os resultados deste processo, das contas de todo este processo, e através de doze mil acções. Qual é que é aqui em traços gerais aquilo que se entendeu como uma mais-valia? Independentemente de um conjunto de opiniões que cada um de nós poderá ter relativamente a estas questões da saúde, entendeu a Câmara, quer a Câmara da Amadora, quer a Câmara de Sintra que seria importante para a Cidade poder ter uma participação activa e poder estar representada naquilo que este protocolo com a Entidade Gestora prevê que é um Conselho de Estratégia, ou seja, permite de facto à Câmara Municipal através do seu Representante neste caso será o Senhor Presidente da Câmara, como não poderia deixar de ser, acompanhar e ter uma voz activa naquilo que são as políticas de saúde e aquilo que são os caminhos e as diversas decisões que o Hospital vai tomando, relativamente há temáticas que nos são sempre muito caras, como é o sector da saúde, e que muitas vezes a Câmara, que é por excelência o representante máximo dos nossos Municípios e da Cidade, acaba por estar aliada e longe de um conjunto de processos que, entendemos ser determinantes para a Cidade. E por isso foi essa proposta que também foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

vista com esta Entidade Gestora, foi essa proposta que foi colocada aos dois Municípios utentes e utilizadores dos Serviços do Hospital Amadora Sintra e é este o processo que hoje trazemos à Assembleia para que todos nos possamos pronunciar.”-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições.-----

Senhor **Deputado António Santos**: “Esta questão envolve duas questões de natureza diferente, uma questão é uma questão de natureza teórica, o Bloco de Esquerda está contra a Gestão privada dos Hospitais públicos, e está contra por uma razão extremamente simples. A excelência, a excelência daquilo que deve ser o Serviço Nacional de Saúde, e a Saúde enquanto Serviço Público, é contraditório com a excelência daquilo que é uma Gestão Privada. Por uma razão simples, a excelência no Serviço de Saúde quer garantir a todos os cidadãos a melhor saúde possível, numa Gestão Privada quer garantir a melhor taxa de lucro e é legítimo que assim seja. Nenhuma empresa que gira um hospital, ou numa empresa que gira qualquer outra coisa. Há uma contradição entre a excelência de Serviço de Saúde Público e a excelência daquilo que é o lucro de uma Gestão Privada, mas isso é uma questão teórica que nos traz para esta discussão, uma negociação de extrema desvantagem, porque nós não conhecemos na Câmara Municipal da Amadora, qual é a opinião que a Câmara da Amadora tem sobre esta matéria, e se no resto do País, seria relativamente indiferente para esta Assembleia, no caso do Hospital Amadora Sintra é uma questão concreta. Nós gostaríamos de saber, se a Câmara Municipal da Amadora, se o seu executivo está a favor que a Gestão do Hospital Amadora Sintra tenha uma Gestão Privada ou se estaria a favor que a Gestão fosse Pública no sentido de garantir a excelência do Serviço Público que a Saúde e que os cidadãos da Amadora merecem que a Saúde tenha no Concelho? Esta, é uma desvantagem que nos temos, mas eu espero que seja esclarecida pela Câmara, qual é a sua posição de princípio sobre o que deveria ser a Gestão do Hospital Amadora Sintra? A segunda questão é uma questão mais complicada, porque é uma questão concreta. Independentemente da vontade ou da opinião daquilo que fosse o executivo desta Câmara ou desta Assembleia, o Governo decidiu ou decidiu anteriormente que a Gestão do Hospital Amadora Sintra, fosse entregue ao

Grupo Mello, cujo contrato termina no próximo ano e meio, até aí esta Assembleia poderia protestar, poderia estar contra, mas era uma inevitabilidade com o qual não poderíamos directamente resolver. No entanto, no entanto aquilo que é estranho, aquilo que é estranho, é que numa situação em que o contrato que existe com o Grupo Mello, para a exploração do Hospital Amadora Sintra, esteja a pouco mais de um ano do seu termo, o Grupo Mello proponha à Câmara Municipal da Amadora e à Câmara Municipal de Sintra, que participem no Capital Social da empresa que explora o Hospital Amadora Sintra. Eu compreendo porque é que o Grupo Mello, porque é que o Grupo Mello tem interesse em que dois dos Municípios, dois Municípios interessados no Hospital Amadora Sintra participem no seu Capital Social, evidentemente que a participação do principal organismo de Estado, da principal representação e da principal voz do Estado nos dois Concelhos são as duas Câmaras Municipais ao participarem nesse Capital Social dão vantagem a qualquer Grupo económico que se candidate à exploração privada do Hospital Amadora Sintra. Nós compreendemos porque é que o Grupo Mello tem interesse em que a Câmara Municipal da Amadora e a Câmara Municipal de Sintra participem no Capital Social da empresa e até compreendemos e mesmo que não compreendêssemos percebíamos pelo preço. O preço que é pedido por seis por cento do Capital Social da empresa, é de pagamento imediato de cinco mil euros, para seis por cento é grátis, e sessenta e seis mil euros que virão ou não para ser deduzidos no lucro do exercício de exploração do Hospital nos próximos tempos, ou seja, o Grupo Mello está a oferecer a participação de seis por cento da Câmara de Sintra e da Câmara da Amadora na Gestão do Hospital Amadora Sintra. Nós compreendemos qual é o interesse do Grupo Mello, o Grupo Mello quer garantir uma situação de excelência e de privilégio no próximo concurso que vai existir dentro de pouco mais de um ano. Não compreendemos, isso de forma nenhuma, o que é que a Câmara da Amadora tal como a Câmara da Sintra que já decidiu, qual é o interesse que a Câmara tem? Em primeiro lugar, em primeiro lugar, parece-nos até do ponto de vista da própria lei da concorrência, é uma deslealdade face ao concurso que vai existir, a participação da Câmara Municipal da Amadora no Capital de exploração do Grupo Mello nesta Sociedade é algo que não compreendemos, aquilo que está para nós claro, é que, há coisas que não é preciso só ser, é preciso também parece-lo, aqui não nos parece nem nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

parece que seja, a nossa posição é de estar completamente contra e a grande interrogação, a grande interrogação que colocamos perante a Assembleia ao executivo desta Câmara, é que interesses, que interesses é que estão por trás, o que é que realmente move a Câmara Municipal da Amadora? Tal como moveu a Câmara Municipal de Sintra a participar no Capital Social desta empresa, a pouco mais de um ano do próximo concurso que se vai realizar.”-----

Senhor Deputado João Paulo Castanheira: “Eu começaria por dizer, que nós, o CDS-PP é favorável à concessão da Gestão Hospitalar a Entidades Privadas desde que isso signifique uma melhoria do Serviço que é prestado às populações e já agora também um menor custo para o Estado. Não há ao contrário do que diz o Senhor Deputado António Santos nenhuma contradição entre a qualidade do Serviço e digamos a Gestão Privada dos Hospitais Públicos. Estamos a falar apenas de Gestão eficiente, e quando se fala de Gestão Eficiente é evidente que todos temos a ganhar com isso, temos a ganhar com isso porque temos um Serviço de qualidade por um menor custo e nós sabemos que obviamente os Serviços de Saúde são financiados com os impostos de todos nós, e portanto aquilo que interessa não é se a Gestão é Pública ou se a Gestão é Privada, interessa se a Gestão é boa ou se a Gestão é má, e o facto de a Gestão ser boa ou a Gestão ser má não tem nada a ver com a Gestão Privada, e portanto nesse sentido confirmar que de facto nós somos favoráveis, à Gestão Privada desde que ela tenha vantagens para o Estado, dizer também que nada temos a favor ou contra o Grupo Privado que gere o Hospital Amadora Sintra ou qualquer outro Grupo que actua no sector da Saúde, portanto não vamos aqui também diabolizar o Grupo Mello como parece ser intenção de algumas pessoas. A questão da participação da Câmara Municipal da Amadora no Capital Social da Sociedade Gestora do Hospital é uma questão que é discutível, eu vejo pessoalmente vantagens e desvantagens nisso, mas até posso compreender que uma participação minoritária da Câmara Municipal da Amadora na Sociedade que gere o Hospital, uma participação quase que simbólica pode ter os seus benefícios, o que significa que a Câmara pode ter um instrumento para influenciar a estratégia de Gestão do Hospital, e nesse sentido pode conseguir de alguma forma melhorar, aquilo que são os cuidados de saúde

prestados à população. A questão que nos coloca, que nos é colocada aqui hoje e digamos o problema desta proposta que vem hoje aqui a esta Assembleia, não tem a ver propriamente com a proposta em si, tem a ver com uma matéria muito simples que é a questão da oportunidade em que esta proposta é aqui apresentada. Como sabemos e já foi aqui aliás dito, estamos a pouco mais de um ano do lançamento de um novo concurso, para a concessão da Gestão do Hospital Amadora Sintra. É um concurso que vai ser lançado, e é um concurso só para que se tenha uma ideia, que vale mais de cem milhões de euros por ano, portanto vale mais do que o próprio orçamento inteiro da Câmara Municipal da Amadora, é um concurso importante, é um concurso importante, e portanto é um concurso que tem que ser gerido e tem que ser efectuado, sem nenhum tipo de constrangimento. O Estado Português tem que ter condições para decidir por aquela que é a melhor proposta, a melhor proposta para a população, a melhor proposta para o Estado em termos de cuidados de saúde, e em termos de custos para o Estado Português, e portanto nesse sentido, é nesta matéria que surgem aqui as dúvidas que nós vamos aqui colocar. Aquilo a que se propõem, que a Câmara Municipal da Amadora propõe é que a Assembleia depois de uma aprovação em Câmara, a Assembleia Municipal da Amadora aprove aqui hoje a participação da Câmara na Sociedade Gestora do Hospital. E sabemos nós, é evidente que a própria Administração Regional de Saúde tem que dar o seu aval a esta participação, mas imaginemos nós uma situação em que a Câmara aprovou esta participação, em que a Assembleia Municipal aprova também aqui hoje eventualmente esta participação e que a Administração Regional de Saúde por, digamos, através de algum tecnocrata, ou até através da tutela, que neste momento existe da Administração Regional de Saúde, não vê nenhum problema nesta matéria e deixa passar a participação da Câmara Municipal da Amadora no Capital Social desta Sociedade, eu pergunto: daqui por um ano e pouco quando for lançado este concurso, se é ou não verdade, se há ou não o risco de que o Júri do concurso, se sinta condicionado perante o facto de um dos concorrentes ter uma sociedade com intervenção e com participação directa, participação accionista das Câmaras Municipais da Amadora e de Sintra. É ou não uma forma de condicionar a decisão do Júri para o novo concurso? E há uma séria de questões que se colocam nesta matéria, e as questões que eu coloco a Câmara Municipal e que eu deixava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

aqui desde já, é: porquê esta proposta agora? Porquê esta proposta agora e não antes? A Câmara Municipal da Amadora tem que explicar, porquê que isto acontece e não é argumento, não é argumento que Sintra já aprovou esta proposta, não é argumento! A Câmara Municipal da Amadora é uma entidade de respeito, que não anda a reboque da Câmara de Sintra, e que muito menos pode andar a reboque de um qualquer grupo privado, não pode andar! A Câmara Municipal da Amadora tem que tomar as suas decisões baseadas naquilo em que cada momento considera que é oportuno, e não tomar uma decisão a reboque de outras entidades. A questão, a outra questão que eu coloco aqui, é obviamente porquê esta oferta por parte do Grupo que gere o Hospital, porquê esta proposta? Não há como sabemos refeições grátis, e portanto das duas, uma, ou de facto há aqui uma tentativa de condicionamento do concurso público que aí vem, ou ainda que não exista essa tentativa de concurso público que aí vem, pelo menos parece que assim é. E como já foi aqui dito, eu acho que nestas matérias é importante que, seja e que pareça, que seja bem e que pareça bem, de facto não me parece bem, apenas e digo e volto a repetir pela questão da oportunidade, do momento em que isto chega aqui a esta Assembleia, e portanto eu pediria à Câmara Municipal da Amadora que explicasse a questão do momento, que explicasse a questão da oportunidade e que não seja uma explicação de a Câmara de Sintra já aprovou, essa explicação não vale, a Câmara de Sintra pode ter aprovado, mas nós Câmara de Amadora temos a possibilidade de a qualquer momento, e eu diria que o momento oportuno seria seguramente após o novo concurso público, avançar nesse sentido se assim o decidirmos. E eu diria que, se a Câmara não conseguir explicar isso aqui, eu penso que o correcto seria retirar esta proposta, retirar esta proposta e traze-la cá numa melhor oportunidade, que esta é obviamente uma questão de oportunidade.”

O Senhor **Deputado Carlos Jerónimo** na sua intervenção leu um documento (Documento anexo à presente Acta).-----

Senhor **Deputado António Carixas** (pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado, com o devido respeito naturalmente como todos, falou em processo de intenções duma declaração

de voto da CDU na Câmara Municipal da Amadora, falou no maniqueísmo dessa declaração, gostava de saber onde é que vê maniqueísmo nessa declaração de voto da CDU. Eu não entendi muito bem onde é que está esse maniqueísmo, gostava que fundamenta-se esse maniqueísmo, não sei se está à espera de Godeau ou se estará à espera de Adam Smith, não sei qual é.”-----

Senhor **Deputado Carlos Jerónimo** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado Carixas quer ver, quer ver aonde é que está o seu maniqueísmo e os seus processos de intenção? Pois eu vou ler, vou ler, eu vou ler. Até vou ler o parágrafo todo que é para o Senhor perceber melhor: “Os Vereadores eleitos pela CDU votaram contra esta proposta por se tratar duma decisão cujo conteúdo, contornos e oportunidades são profundamente errados do ponto de vista político e lesivos do interesse público, conferindo de forma deliberada ao Grupo Mello a cobertura suficiente a uma nefasta e lucrativa gestão do Hospital Amadora Sintra, bem como abrir-lhe as portas à renovação dum contrato de gestão, que tem sido ruinoso para os cofres do Estado e um péssimo serviço à população da Amadora e de Sintra.”

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Pois, de facto esta discussão pode travar-se em dois planos, pode travar-se, digamos assim no plano doutrinário e pode travar-se no plano concreto da proposta. Eu não vou repetir os argumentos doutrinários digamos assim, nós evidentemente somos a favor daquilo que a Constituição estabelece, um serviço de saúde público, gratuito, universal com total acesso a todos os Municípios e a todos os utentes, e a todas as pessoas e portanto não vou elaborar mais sobre esse ponto, mas se for caso disso podemos ir por aí. Eu gostaria de todo o modo de centrar a discussão sobre a proposta, porque em boa verdade é à Câmara Municipal e ao Partido Socialista que compete fazer prova da bondade da proposta que nos é presente, porque é isso, eu acho que deve estar em discussão. E lendo a proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal e ouvindo os esclarecimentos que o Senhor Presidente teve a amabilidade de fornecer em Sessão de Comissão e ouvindo aqui também a Senhora Vereadora, nós não percebemos quais são os fundamentos desta proposta, porque senão vejamos: no primeiro, na proposta diz-se primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

os Municípios dispõem de diversas atribuições, e portanto cita-se a Lei 159/99, artigo 13.º, por acaso deve ser por esquecimento não se cita o artigo 22.º que é o que fala das competências efectivas dos Municípios na área da saúde, só se citou o 13.º, tudo bem. Mas, eu não consigo ler nem nesta Lei, nem em nenhuma outra daquelas que entretanto foram publicadas, actualizando e revendo algumas destas disposições, nada que atribua como competência dos Municípios na área da saúde a participação em sociedades privadas que gerem hospitais públicos. Não consegui perceber, provavelmente há-de haver nas trezentas e tal páginas da Lei 55 de 2004 que é uma das que aqui é referida no parecer jurídico há-de haver lá qualquer coisa eu confesso que não encontrei, mas eventualmente o Senhor Vereador poderá esclarecer. Depois no segundo ponto diz-se: Senhor José de Mello de Saúde detém a totalidade do capital social da sociedade gestora é um facto não se discute; no ponto três diz-se: o Hospital Fernando da Fonseca foi concebido e projectado para servir as populações da Amadora e Sintra, é um facto não se discute; quarto ponto a aludida sociedade gestora tem vindo a desenvolver diversas acções no domínio da responsabilidade social, onde se insere também a AJPAS, eu pergunto: - qual é a relevância disto para esta proposta? Se a sociedade gestora do hospital Fernando da Fonseca não tivesse estas acções no domínio da responsabilidade social, eu nem sei bem o que é isto da responsabilidade social, e pensei que a própria gestão do hospital já fosse de responsabilidade social, pelos vistos há mais outra responsabilidade social, não sei bem qual é. Mas a minha pergunta é: - se a sociedade gestora não tivesse estas acções no domínio da responsabilidade social a Câmara não apresentava a proposta de compra de quotas na sociedade gestora? Se não ficávamos entendidos quanto a isto. Se sim, não percebo qual é a relevância deste ponto no concreto para fundamentar a compra de acções numa sociedade privada que gere um hospital público. Quinto a Câmara Municipal, visa uma maior integração e aproximação ao Município e sua população do Hospital Fernando da Fonseca e demais operadores de saúde do Concelho da Amadora, pretendendo participar na definição e concretização da política de saúde do Concelho, eu não sei o que é exactamente a política de saúde do Concelho? Gostaria aliás de que a Câmara alguma vez pudesse apresentar nesta Assembleia o que entende ser a política de saúde do Concelho, era um bom contributo para nós começarmos a discutir esta matéria, porque sem

conhecermos qual é o entendimento do Município sobre o que é a política de saúde do Concelho, é difícil de perceber onde é que encaixa a participação na sociedade privada que gere um hospital público. Além disso tanto quanto me parece, a Câmara Municipal tem outros instrumentos à sua disposição para promover uma efectiva política de saúde de âmbito Municipal, que tanto quanto eu conheço, tanto quanto sei não está a fazê-lo. Um exemplo o projecto Cidades Saudáveis, esse é um terreno por excelência, esse é um terreno por excelência de uma política local de saúde, esse é o terreno por excelência, porque tem que ver exactamente, dois, ponto um com a promoção de saúde, dois com a criação das condições de ambiente que propiciem níveis e padrões de saúde para a sua população. É esse o seu terreno concreto de intervenção, não é a gestão de hospitais e muitíssimo menos a participação em sociedades privadas que gerem hospitais públicos. Sexto ponto esta Autarquia através da participação no capital social traduz a forma mais adequada para garantir, a efectividade do envolvimento dos munícipes na definição das linhas de acção estratégicas do mencionado Hospital, e para concretizar a participação e o envolvimento cívico no que ao sector da saúde diz respeito, isto é uma profissão de fé, a Câmara Municipal entende que assim promove estes objectivos, mas até aqui não fundamentou porque é que, a sua participação numa sociedade privada é o melhor instrumento para alcançar estes objectivos, portanto estamos, continuamos no domínio da profissão de fé, para além disso argumenta-se: - mas nós vamos participar num Conselho Estratégico? Não, o que aqui está, o que aqui está no protocolo que nos é presente é que o Hospital, a sociedade gestora do hospital compromete-se a criar um conselho estratégico que diz que tem funções consultivas, portanto não é, é uma estratégia que pode-se levar a sério ou pode-se levar assim mais ou menos a sério, portanto não é, é um Conselho que tem funções consultivas e portanto não tem uma efectiva intervenção vinculativa nas orientações estratégicas do hospital, por outro lado, e por outro lado prevê-se até que, nesse Conselho Estratégico estejam individualidades de reconhecida capacidade, idoneidade e mérito, ou seja, ao lado do Presidente da Câmara Municipal da Amadora se esta proposta for apresentada e ao lado do Presidente da Câmara Municipal de Sintra vão-se sentar individualidades, que terão com certeza toda a competência e mérito mas que se representam a si próprias, e portanto num Conselho Estratégico que ainda por cima tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

funções consultivas votam em igualdade de circunstâncias o Presidente da Câmara da Amadora que representa o Município da Amadora mais a individualidade que terá com certeza a sua competência, o seu crédito não é isso que está em causa, mas que só se representa evidentemente a si próprio. Além disso, além disso, o que pensa retomando a questão atrás quando se diz que, garantir o envolvimento dos munícipes, a pergunta é: - qual é o parecer, qual é a opinião que o Município, que a Câmara tem sobre as matérias, sobre a política de saúde e sobre a gestão do hospital? Porque apesar da profissão de fé que o Senhor Deputado Carlos Jerónimo veio fazer, mesmo admitindo como boa a política de concepção da gestão em entidades privadas, a experiência do Amadora/Sintra é geralmente considerada mesmo no domínio da saúde e dos técnicos de saúde, estou-me a lembrar de algumas personalidades importantes que participaram em Governos do Partido Socialista e que tornaram públicas as suas posições sobre a matéria, uma experiência a não repetir, a não repetir e portanto chegados a este ponto resta-nos o ponto sete da proposta. O ponto sete da proposta diz: para dar cumprimento aos objectivos propostos pela Sociedade Gestora, torna-se necessário para o efeito, aprovar o instrumento jurídico, ou seja, se até aqui a Câmara Municipal não aduziu um argumento a favor da, que comprove que, com esta iniciativa aqueles objectivos se vão concretizar, só resta a vontade da Sociedade Gestora, só resta, e portanto o que nós estamos aqui a aprovar e a deliberar não é um pensamento da Câmara Municipal sobre a matéria é ... (mudança de lado da cassete) ... que o Município participe na Sociedade Gestora do Hospital, é disso que estamos a falar, não é de um pensamento político próprio dum Município, da Câmara Municipal e da maioria do Partido Socialista, sobre o que é que deve ser, nem a política de saúde, nem a Gestão do Hospital nem coisa nenhuma, o que estamos aqui a discutir é a vontade da Sociedade, da Empresa em que o Município participe na Sociedade que gere o Hospital, e portanto aqui chegados, eu resta-me colocar a seguinte questão, e que tem a ver com o seguinte: já aqui ouvimos vários elogios, várias boas, essas sim maniqueístas à gestão privada e aos benefícios da gestão privada, pelo simples facto de ser privada tem todas as razões, todos os benefícios e todos os ganhos de eficácia, gestão qualidade, etc., etc. E a pergunta fica só uma, que é assim: - então se o modelo da gestão privada, é assim tão bom em termos de eficácia, em termos de qualidade, para que é

necessário uma participação da Câmara Municipal na Sociedade Gestora? Então o bem público não se garante no contrato de concessão, o bem público não se garante através da fiscalização regulamentar, legal das actividades do Hospital? Então é preciso que a Câmara Municipal entidade da Administração Pública, que concessionou a privados a gestão do hospital, participe no capital da Sociedade para assim ver defendido o interesse público? Não percebo, há aqui alguma contradição que alguém deverá ter de explicar, que alguém deverá ter que explicar, porque ainda para mais, quando ainda para mais quando, o investimento, uma parte do investimento que a Câmara Municipal vai fazer na compra das quotas vai ser feito através dos ganhos, dos lucros que a Sociedade alcança, realiza, com a gestão privada de um Hospital que é público, repare-se na completa promiscuidade, Senhor Deputado Carlos Jerónimo é mesmo a palavra sem ambiguidades, é a completa promiscuidade, o que a Câmara Municipal aqui propõem com esta proposta, que é entrar no capital privado de uma Sociedade que foi, obteve a concessão para a gestão privada de um Hospital que é público. E essa entrada alcança-se através da realização dos lucros dessa Sociedade, alcançados com os ganhos de exploração de um Hospital que é público, e que tem uma gestão privada, se isto não é promiscuidade, não sei!"-----

Senhora **Deputada Cláudia Cardoso**: "A minha intervenção tem sobretudo a ver com o seguinte: não ficou claro na intervenção do Partido Socialista, se é ou não legítima a interrogação que todos, que o meu partido tem pelo menos, sobre a oportunidade deste Protocolo, tanto mais que só faz sentido se for a José de Mello a vencer o concurso público a realizar em dois mil e oito. E se é ou não verdade que esta vantagem beneficia apenas a José de Mello, e que esta vantagem é tida pelo erário público no caso concreto de fundos municipais."-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: "Antes de mais queria aqui tranquilizar o Senhor Deputado Carlos Jerónimo, quanto aos fantasmas do PS, e não os temos, não somos crentes se quer, e temos os armários até bem arejados nestas matérias. Queria-lhe também agradecer a crítica que nos poupou aos oito anos de Governo Socialista, em que na Amadora em relação àquilo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que está previsto na Carta de Saúde e que é da responsabilidade do Governo Central, pouco ou nada se fez, agradecer, poupa-nos isso. Deixar aqui apenas duas ou três notas; já muito foi dito, já, creio que quase tudo foi dito sobre esta matéria mas no entanto não deixo de esclarecer aqui a posição do PSD. Nós não temos qualquer tipo de comentário a fazer ao mérito em si da proposta que a Câmara faz, é uma proposta que é da competência da Câmara, é um entendimento que a Câmara tem sobre esta matéria, não fazemos qualquer tipo de juízo, inclusive em relação à matéria que está aqui em causa, ou em relação à própria gestão hospitalar. O que nós dizemos é que o tempo utilizado não é o adequado, o tempo utilizado não é o ajustado, porque é efectivamente verdade, o que vai acontecer daqui a um ano e meio é que vai estar em causa um concurso público internacional, pensamos nós, para discutir a futura gestão deste Hospital, portanto não nos parece-se de todo adequado que neste momento a Câmara Municipal da Amadora, decida participar num dos putativos concorrentes a essa mesma gestão, e portanto a questão é tão somente essa, é a questão do tempo e do momento escolhido, não é um juízo de mérito sobre a opção tomada, não é um juízo de mérito sobre os critérios que levaram a essa mesma opção, é uma questão de tempo escolhido, o tempo escolhido não é ajustado, e aqui é a verdade, o que parece pode parecer, o que parece por vezes pode não ser, isso para nós aqui é importante, e a Câmara tem que precaver a sua posição nessa questão.”

Senhor **Deputado Augusto Guedes**: “Eu acho que esta, penalizo-me por não ter estado no início e portanto posso não ter apanhado de todo algumas intervenções, mas eu acho que isto valia a pena ter-mos uma discussão serena, porque eu acho que o interesse maior era tentarmos perceber, se com esta proposta da Câmara, se consegue atingir objectivo que era a melhoria das condições de saúde, para a população do Concelho. Eu acho que era em torno disto que nós devíamos discutir, eu pessoalmente, e para aqueles que me conhecem melhor, que não sou propriamente um defensor de algumas soluções, eu acho que esta proposta da Câmara é uma proposta que me parece arrojada, mas que eu acho que o mundo hoje se faz de propostas arrojadas. Não vale a pena andar-mos aqui a fazer julgamentos do quê, porquê que não, quem é que não fez, o que é preciso é saber, o futuro como é que nós o queremos?

Vemo-lo inevitavelmente negro como temos hoje? O quê que cada um de nós, o quê que as Câmaras podem fazer para melhorar isto? É com parcerias público privadas? É assumindo novas competências, não nos lamentando do Estado não fazer? Que papel as Câmaras Municipais vão ter no futuro? Eu acho que essa é a questão interessante, que valia a pena aqui discutir, e também não é preciso estarmos todos de acordo, é verdade que não! Agora é preciso que nos ponhamos de acordo pelo menos num ponto, é preciso melhorar as condições em que as pessoas neste Concelho são tratadas, ok! Tudo o que possamos fazer para que isso aconteça, se calhar era nós, a Câmara e a Assembleia Municipal, dizer-mos ok, o que nós temos que fazer é uma gestão integrada dos sistemas de saúde, das clínicas privadas, dos dentistas que não temos no Serviço Nacional de Saúde, criar mecanismos, isso se calhar era uma discussão interessante, eu estou convencido, que seja o Governo de que cor for, está disponível para conversar, sobre como é que se melhora as condições objectivas do acesso à saúde no Concelho da Amadora como nos outros Concelhos também. Agora esta posição de estarmos sempre contra as soluções, às vezes nem sabemos bem porquê, é assim, então, é evidente que se não for viável, se não for viável, a entidade que vai abrir o concurso, esta entidade vai ser excluída, porque não reúne os requisitos; isso há-de ser definido noutra sede e portanto, agora, porque que nós não devemos aceitar um convite? Há algum mal nisso, se a nossa intenção é a convicção de que vamos poder contribuir para uma melhoria dos Cuidados de Saúde, e cá está a Assembleia Municipal para o fiscalizar no futuro! É evidente que nós depois podemos entrar aqui em discussões, é assim, este não é o tempo, é assim está bem, se calhar não! Mas qual era o tempo melhor? Depois do concurso? Mas isso depois nós podemos discutir isso, e se calhar isso era uma discussão interessante. É assim, devia ser noutro tempo, com outras, se calhar isso era uma discussão interessante, a saúde que o Hospital Amadora/Sintra nos faculta, temos o problema das listas do tempo de espera, agora tecnicamente e cientificamente, em termos de capacidade de resposta, eu acho que não há dúvidas sobre isso, mas se temos dúvidas sobre isso também podemos fazer aqui um levantamento das condições em que te sido, uma coisa isenta, porque não? Agora porquê este drama? Era se calhar a ver como é que nós podíamos articular os Centros com o Hospital, que modelo novo? Porque que havemos de ser tão difíceis de abrir a alma para coisa nova,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

porquê? É isso que a mim me desagrada de uma forma profunda, que nós aqui não possamos ter uma discussão serena sobre aquilo que hajamos melhor para a população, porque não há modelos inquestionáveis. Será que alguns modelos de gestão pública são melhores? Haverá, certamente, haverá outros que não, que têm mais desperdício, que gasta mais dinheiro, que presta Serviço com menores qualidades, isso nós sabemos que tudo isso é verdade, agora vamos manter este estigma de que em dicotomia do bom e do mal, só porque não é gerido tudo por Portugueses ou por gente; mas se os espanhóis fizerem melhor, a incompetência é nossa, porque nós nos formamos mal, todos os dias os espanhóis compram novas coisas, porquê? Porquê? Somos incompetentes? Se calhar! E portanto eu acho que estamos no momento de viragem para aquilo que é o Poder Autárquico, e nós também temos que ser capazes de dar novos caminhos e discuti-los com o Poder Central, e mostrar ao Poder Central que estamos disponíveis para assumir novas responsabilidades, e não estarmos sempre na lameche-se como estamos normalmente.”-----

Senhor **Deputado António Santos** (pedido de esclarecimento): “O meu pedido de esclarecimento, é um com duas alíneas. Eu queria que o Partido Socialista me respondesse a uma questão que ainda não respondeu, que é: - O Partido Socialista a favor que a principal Unidade de Serviço Nacional de Saúde que é o Hospital Amadora/Sintra no Concelho tenha uma gestão privada ou que tenha uma gestão pública? Segundo, no caso de achar que é uma gestão privada, se considera normal e se não considera promíscuo, que a entidade Municipal por excelência que é a Câmara Municipal beneficie de lucros da exploração privada dum Serviço de Saúde Público?”-----

Senhor **Deputado António Tremoço** (pedido de esclarecimento): “Eu estou de acordo que nós devemos fazer aqui uma discussão serena, agora nós estamos a falar na saúde dos Portugueses, não estamos a falar numa coisa qualquer, e o que temos verificado neste últimos tempos é que as coisas se estão a agravar e não estão o contrário. A pergunta que eu fazia, e eu li o documento com muita atenção, e aqui o último Deputado que veio aqui, disse de facto este Protocolo que ia ser assinado pela Câmara, quase que dava a impressão que a partir de

agora quem ia gerir o Hospital Amadora/Sintra não era o Mello, passava a ser a Câmara Municipal da Amadora. O que se estivessemos com atenção passava a ser a Câmara Municipal da Amadora que ia gerir em benefício, portanto da população da Amadora. A pergunta que eu faço, olhando a este protocolo que está aqui, qual vai ser o benefício que a população da Amadora vai ter depois da assinatura deste Protocolo? Podia-mos ter aqui algum benefício em relação ao Protocolo que vai ser assinado, eu li-o todo, de fio a pavio e não vi uma única palavra que viesse melhorar em relação à população da Amadora na situação que vive actualmente. Qual é o benefício que a população da Amadora vai ter no futuro com a assinatura deste Protocolo que vais ser assinado, ou que vai ser discutido, ou que está aqui a ser discutido, e que pode vir a ser aprovado pela maioria do Partido Socialista.”-----

Senhor **Deputado Augusto Guedes** (resposta aos pedidos de esclarecimento): “Na minha opinião, eu se a gestão é privada ou não, eu quero é que seja boa, essa é a questão central, é me indiferente, quero é que seja boa e essa é a condição absoluto. A segunda questão, a história dos lucros, eu não vejo que, eu acho é que os lucros é que têm que ser reinvestidos no sentido objectivo da melhoria, e portanto o que nós sabemos é que há regras para isso, e sobre os lucros nós não temos nenhum fantasma sobre os lucros, não temos e portanto relativamente à outra questão, eu acho que, o facto de nós podermos influenciar a gestão é determinante e há uma coisa que eu acho que também era importante, que é assim, eu admito que, até admito que o Protocolo pudesse ser melhorado, então achava muito mais razoável que disséssemos aqui, nós achamos que isto é uma ideia que pode ser muito mais eficaz se forem introduzidas medidas de salvaguarda, ou melhorias ao Protocolo, e era isso que de facto eu tinha uma grande expectativa que fosse feito, agora dizer não está, bom, mas ninguém é deus, e portanto agora pode dizer assim e nós podíamos dizer assim, está bem essa é uma belíssima proposta, nós achamos que a ajuda atingir os objectivos que é, a melhoria das condições de saúde da população e portanto tudo faremos, isso é que era muito interessante e eu ficaria muito satisfeito que tivéssemos a coragem de sermos construtivos, isso é que era interessante, isso é o que o povo espera de nós, porque não percebe porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

que nós estamos aqui todos aos gritos de vez em quando.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço**: “O que me levou a trazer aqui, a fazer esta intervenção foi tentar recentrar a discussão no que nos traz hoje aqui. Eu penso imensa desculpa de não entrar na discussão da gestão privada versus gestão pública, que é um tema que me interessa bastante, e aliás hoje já foram citados alguns economistas, desde o Keynes, Marx eu recomendava nesta questão da economia pública o Stiglitz, recomendo a toda a gente que é um autor que convém ler. Na questão que nós estamos aqui a falar da participação em empresas quer sejam Municipais, Intermunicipais, Privadas, eu posso dizer com toda a segurança que não há Partidos virgens nestas questões, ora em função das circunstâncias, ora se toma a decisão de participar em empresas ou de não participar, esta participação por acaso até é uma participação modesta, estamos a falar de cinco mil euros convém recentrar estas coisas, embora a participação de capital possa aumentar mais sessenta e seis mil euros, se me deixarem acabar, eu chego lá ao valor. Mas o esforço que é pedido à Câmara Municipal é de apenas de cinco mil euros, é que convém recentrar e focalizar as questões. Mas claramente hoje em dia toda a gente reconhece que a saúde é um elemento fundamental no nível de qualidade a que os Municípios e os cidadãos podem ter, designadamente com o envelhecimento da população cada vez mais os cuidados de saúde são uma das condições fundamentais para assegurar o nível de qualidade de vida, e eu só lamento nesta proposta, no enquadramento desta proposta, que seja um privado a proporcionar ao Município a entrada numa Entidade Gestora dum equipamento que é decisivo na prestação de cuidados de saúde à sua população e na qualidade que é devida, que a população pode ter, portanto poderão questionar, é por um privado, porquê que não foi quando a ARS ou o Ministério de Saúde decidiu colocar este equipamento no território da Amadora? Isso é que é de lamentar, é de lamentar que passados estes anos tenha que ser pelas mãos dum privado que o Município possa ter alguma capacidade de intervenção e de articulação ao nível de Cuidados de Saúde aos seus Municípios. Poderão questionar se o momento é oportuno ou não, se calhar não terá sido o melhor momento ou poderá não ser o melhor momento, mas é o momento possível, agora eu penso que, sem fugir e até podem-me acusar de alguma ingenuidade, mas será que

uma participação de cinco mil euros poderá condicionar o Governo, a ARS em futuros concursos? Meus amigos, eu acho que é de alguma ingenuidade pensar que uma participação destas pode condicionar seja o que for. O importante e que se deve ressaltar desta proposta, é a iniciativa que as duas Câmaras Municipais tiveram de poder estabelecer uma parceria de forma a proporcionar melhor qualidade de informação, melhor capacidade de ingerência no sentido positivo na actuação da Administração deste Hospital, através do chamado Conselho Estratégico, e através também da Assembleia Geral, convém não esquecer que, as Câmaras Municipais terão voz na Assembleia Geral e poderão de viva voz representar os seus Municípios. É também de ressaltar, que esta participação poderá proporcionar à Câmara Municipal da Amadora uma maior articulação entre o próprio Ministério da Saúde, ARS e a logística dos nossos Centros de Saúde, todos nós acompanhamos com preocupação o que se está a passar na renovação e na modernização dos sistemas de apoio e de Cuidados de Saúde proporcionados aos nossos cidadãos. Queria também deixar uma última palavra para vos elucidar de que, este tipo de participações tem todo o valor e todo o mérito quando nós estamos a apoiar as pessoas mais carenciadas e realmente através desta participação a Câmara Municipal pode chegar a quem mais precisa, porque os exames que foram dados no documento que nos foi entregue é exemplificativo do tipo de parcerias que se podem ter, como Associações de Instituições Privadas Solidariedade Social, e onde a Câmara Municipal pode potenciar no trabalho que tem feito na Rede Social, portanto, eu quanto a mim, eu sei, por acaso nunca pensei que esta proposta desse tanta discussão, porque foi mais ou menos consensual na Comissão de Finanças, embora haja claras diferenças de opinião, mas o mérito da proposta eu penso que é consensual.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “Senhor Deputado Rui Lourenço, uma primeira nota, não foi de todo consensual, é que não foi mesmo nada consensual, eu confesso que na Comissão que eu estive presente não foi de todo consensual, e não foi consensual pelo conteúdo, não foi consensual pela forma, mais uma vez torno a dizer pela forma, o que está em causa efectivamente é a forma, é o tempo em que isto é feito, é o sentido disto que aqui está a ser feito. E deixe-me que lhe diga duas ou três coisas, ainda bem que aqui trouxe alguns autores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

de economia, porque eles por vezes podem efectivamente nos ajudar, e eu recordo-me dum conceito de economia que é o custo da oportunidade, e o que efectivamente aqui está em causa é um custo da oportunidade, não no sentido linear da economia em si, mas no sentido político da coisa, porque há pouco quando o Senhor Deputado aqui referia e bem, que o valor é irrisório, é verdadeiramente irrisório, o que está em causa é a carga simbólica da Câmara Municipal da Amadora assumir, uma posição de um putativo concorrente ao futuro concurso público. É só isso que está em causa, e mais uma vez torno a referir, que é importante que isto fique aqui registado, o PSD não tem nenhuma apreciação crítica, nem à gestão que é feita e que está a ser feita, e que foi feita, e que partiu de uma iniciativa inicial de um Governo do PSD, nem sequer há o sentido daquilo que está na proposta da Câmara Municipal da Amadora, nem sequer há os argumentos que são aduzidos pela Câmara Municipal da Amadora, nenhum deles nos repugna, os que nos repugna mais uma vez é o sentido do momento da acção que é tomada, e apenas para dar aqui uma nota, porque vem até transcrito na declaração de voto dos Vereadores do PSD. Em boa verdade a participação que a Câmara Municipal da Amadora faz, é uma participação muito pouco relevante, porque aquilo que se trata não é sequer um Órgão Social, não há sequer aqui a determinação de um acordo para social que permitisse à Câmara Municipal da Amadora ter uma efectiva participação na Gestão, é que aquilo não é sequer um Órgão de Gestão, não é sequer um Órgão Social, e portanto, o que está aqui em causa é o tempo e o momento escolhido, o que está em causa, o que vai acontecer no futuro e o condicionamento que isso significará para o decisor.”-----

Senhor **Deputado Rui Lourenço** (pedido de esclarecimento): “O pedido de esclarecimento que eu gostaria de fazer é no sentido, quando referiu, um ponto prévio queria só dizer, quando eu referi o consenso ou o mérito da proposta, é a bondade da proposta das valências e dos benefícios que a proposta pode ter em termos sociais. Mas o que eu gostava de perguntar era se a questão, se a questão não é o conteúdo da proposta, se a questão é o formalismo, se a questão é o timing, eu pergunto se a oportunidade tem a ver com o facto de nós estarmos na oposição é igual ao facto de nós estarmos no poder? Se a oportunidade tem a ver com isso, porque desculpem lá, convencerem-me a mim que uma participação de cinco mil euros vai

condicionar um caderno de encargos de um concurso internacional, muito pelo contrário meus caros amigos, o que vai acontecer é que vai criar um precedente, que vai obrigar todos os concorrentes a esse concurso internacional olharem com outros olhos os municípios e as Câmaras Municipais destes dois Concelhos.”-----

Senhor **Deputado Luís Guarita** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Senhor Deputado desculpe que lhe diga mas não é verdade. O que esses cinco mil euros vão criar é uma vantagem comparativa para o Grupo Mello, é tão simples quanto isso, é uma vantagem comparativa para o Grupo Mello, é o Grupo Mello ter do seu lado a priori num concurso a que vai concorrer a Câmara, a Câmara Municipal da Amadora, e digo-lhe mais, não está em causa, não está em causa aqui sequer se vocês estão no poder ou estão na oposição, porque como aqui foi dito, o meu Partido no Concelho ao lado teve uma posição diferente da nossa, o que está aqui em causa é um entendimento num Partido plural de matérias, que tem que ver com a realidade num Concelho Local, é isso que está em causa, e essa se calhar é uma grande diferença entre o meu Partido e o seu Partido.”-----

Senhor **Deputado Augusto Guedes**: “A minha intervenção era basicamente aqui para falar com o Guarita publicamente. É assim, ao Guarita se tu dissesse assim, se tu perguntasses, questionasses a Câmara, se outros grupos empresariais ou se o próprio Estado abrisse o capital social à Câmara e a Câmara disse-se aqui peremptoriamente que não participava, acho que podias ter alguma razão. Agora é assim, se me está a dizer nós queremos administrar aquilo e a Câmara quer associar-se a nós para administrar aquilo, a Câmara diria que não? É uma pergunta que se pode fazer à Câmara. Outro grupo qualquer empresarial, se quiser convidar há alguma opção estratégica e determinada de ser só com o Grupo A ou B, que eu saiba a Câmara não se expressou sobre essa matéria, mas se calhar a tal discussão que eu estava a disser serena, estamos a conseguir ter neste momento, se calhar era uma questão que podíamos e então é assim, o timing, o timing é inoportuno, é o possível, mas os outros concorrentes se houver podem convidar, o Partido Socialista, a Câmara não vai dizer que não. Essa é que é a questão central ao Guarita, não é outra.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Senhor **Deputado Luís Guarita**: “É que agora Senhor Deputado teremos que devolver a pergunta a Senhora Vice-presidente que aqui está em representação do Senhor Presidente. Está a Câmara disponível para participar em todas as entidades, no seu capital social com mais cinco mil euros em todas as entidades que sejam putativos concorrentes ao concurso público? Responda ao Senhor Deputado, porque ele fez a pergunta.”-----

Senhor **Vice-presidente da Câmara**: “Eu vou passar a palavra à Senhora Vereadora Carla Tavares, mas de qualquer forma o que é importante, é que os hospitais, seja o Amadora/Sintra ou seja outro sirvam bem os nossos municípios, é isso que nós queremos, tão somente isso, e se nós podemos influenciar os hospitais para que nos ajudem mais a servir a população melhor, se nós não podemos participar nessa realização é mau, e depois não nos podemos queixar, mas de qualquer forma vou passar à Senhora Vereadora Carla Tavares para responder ao resto.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Eu penso que as diversas questões dos Senhores Deputados se centram essencialmente na questão do momento e da oportunidade para além das questões que possivelmente não serão concordantes entre todos nós relativamente aos modelos de gestão. E começando pelo Senhor Deputado António Santos, começou por colocar aqui algumas questões relativamente à gestão pública/privado. Senhor Deputado particularmente entendo que há boas e más práticas, no público e no privado, as organizações são feitas por pessoas, quem as gere são as pessoas, e por isso essa questão, temos boas práticas de privado, temos boas; eu deixei-o falar Senhor Deputado, também o ouvi em silêncio e com todo o respeito; há boas práticas no privado, há boas práticas no público e por isso com certeza que nenhum de todos que estamos aqui o senhor Deputado não será contra com certeza qualquer tipo de gestão privada, eu não acredito que seja de facto contra relativamente aos privados. Relativamente à questão do momento, eu penso que os Senhores Deputados que são pessoas atentas e informadas, e que acompanham com certeza diariamente estes processos, e a comunicação social, têm a noção, e este processo não é um processo que começa agora, ou seja, há um relacionamento que é natural e penso que é salutar entre a

Câmara Municipal da Amadora para não me referir aqui à Câmara Municipal de Sintra, não vá o Senhor Deputado João Paulo Castanheira fazer outras interpretações, mas relativamente à Câmara Municipal da Amadora e ao Hospital Amadora/Sintra, e também, eu acho que é importante para a Câmara, é importante para a Cidade que, esse relacionamento se estabilize e se mantenha, quer através da Câmara, quer através de um conjunto de parceiros que estão no terreno e como sabem têm conhecimento, trabalham em prol da sociedade com o Hospital. E esta questão colocou-se no momento em que, não tinha havido ainda decisão por parte da tutela relativamente à abertura do concurso, e aí sim, entendeu-se e entendeu a Câmara Municipal da Amadora que nessa altura mais do que agora, pelo menos é esse o entendimento, poderia ser vista uma participação da Câmara, não vamos aqui discutir os valores, porque acho que não é isso que é relevante, não me parece que seja isso que os Senhores Deputados mais relevaram da discussão, mas entendeu-se aí sim nesse momento, que de facto, a participação poderia ser vista como uma forma de pressão, para que então a tutela não abrisse de facto, ou não anunciasse a abertura do novo concurso. A partir do momento que isso foi anunciado por parte da tutela, entendeu a Câmara Municipal que de facto, não havia, não é a participação da Câmara, e também sejamos um bocadinho claros, eu penso relativamente a este processo, que vai condicionar a continuidade da gestão ou não relativamente ao Grupo Mello, a Câmara está disponível para ter uma participação em termos daquilo que é entendido como Conselho Estratégico, com o Grupo Mello ou com outro Grupo, não é isso que é, não é isso que a Câmara valoriza neste processo, o que entendemos valorizar é a possibilidade de ter um fórum onde o representante máximo da Cidade tem acento, pode ter conhecimento atempadamente num conjunto de decisões relativamente ao funcionamento do Hospital, há áreas que são com certeza privilegiadas em termos de atendimento, outras que não o são, o estado das urgências, n, n, n, situações que os Senhores Deputados também conhecem, e que também sabem, e que penso e entendemos que é importante que a Câmara deles tenha conhecimento. E foi tão somente esta questão que norteou aquilo que foi a proposta da Câmara relativamente a este processo, por isso entendemos, que a participação da Câmara não o condiciona de forma nenhuma toda a questão do concurso, como sabem os Senhores Deputados também frisaram isso, compete de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

facto aqui ao Ministério obstar, fazer a abertura do concurso e definir aqueles que são os parâmetros do caderno de encargos do concurso e com certeza nenhum Júri de boa fé, e analisando aquilo que é um processo desta dimensão, até porque também como todos temos conhecimento, a entidade que ganhar a gestão do Amadora/Sintra terá também que construir o novo Hospital de Sintra, atribuirá com certeza esta gestão à entidade que entender que reúne as melhores condições. Sendo certo que, a Câmara entende que ao dar este passo já demonstrou que tem total disponibilidade para que possa de facto participar e colaborar, ter uma presença constante relativamente àquilo que são as decisões do Hospital, e por isso entendemos, e parece-nos de facto a questão de ser oportuno ou inoportuno é sempre relativo, relativamente quando se tem que tomar este tipo de decisões. Sabemos também, que o concurso e como os Senhores Deputados referiram e muito bem, será para dois mil e oito, sabemos que são processos longos, não são concursos que se resolvam, pela sua dimensão e pelo seu valor envolvido nem em seis meses, nem em sete meses, são processos muitíssimo longos, também como os Senhores Deputados têm conhecimento e fizeram referência nas vossas intervenções, a Câmara Municipal da Amadora em concreto está neste momento a manifestar, ou manifestará aquilo que será a votação dos Senhores Deputados, a sua intenção, sendo certo que este processo ainda tem que ser remetido conforme referenciaram e muito bem, à ARS para que dê o seu aval final relativamente à participação ou não, ou à possibilidade de as Autarquias, as duas Câmaras neste caso poderem participar nesta Gestão e penso que, penso que foi o Senhor Deputado Carlos Almeida, já não tenho bem presente que, colocou a questão, bem, se isto é, se não é uma competência da Câmara Municipal, eu acho que muito mal estará, que estarão as Câmaras Municipais quando os seus eleitos se cingirem àquilo que a lei unicamente diz enquanto competências, eu acho que, nem os Senhores o fizeram quando tiveram na Gestão nesta casa, e muito bem, nem o Partido Socialista o fará enquanto tiver na Gestão desta casa, porque há muito mais para além daquilo que é a estrita letra da lei, e todos somos muitas vezes muito críticos relativamente àquilo que é a letra da lei, que as Autarquias e que as Câmaras Municipais podem e devem a meu ver fazer em prol daquilo que deve ser o seu envolvimento em áreas que são sensíveis e que são determinantes, que mexem com a vida dos nossos municípios diariamente. Não o temos como é óbvio, e

houve um dos Senhores Deputados que colocou também, mas isto é mais um Órgão para entreter, um Conselho Consultivo e eu acho que não é, não é, nem temos neste momento, porque não há ainda Conselho Consultivo, porque isto é uma proposta de intenções, motivo nenhum para desvalorizar, para desvalorizar a existência de um Órgão onde a Câmara Municipal vai poder estar presente, ainda de que uma forma Consultiva, mas que não deixa de ser importante, e que possa em primeira mão ter de facto acesso a tudo, como já referi a tudo aquilo que diz respeito ao Hospital Amadora /Sintra e por isso também diz respeito à Cidade da Amadora, e depois foi colocado também, em que é que a participação da Câmara, penso que terá sido, peço desculpa aqui relativamente aos meus apontamentos, não sei se o Senhor Deputado Carlos Almeida também, não o Senhor Deputado António Tremoço relativamente qual era o benefício da assinatura deste protocolo. Vou-lhe dar um exemplo, que pode ser um benefício interessante neste processo. Todos conhecemos a situação do Centro de Saúde da Damaia, um Centro que em termos de instalações, penso que todos conhecemos a localização reúne todas as condições para que possa ser de facto um espaço de retaguarda ao funcionamento do Hospital, e se calhar estando a Câmara e pelo menos acreditamos nisso, estando a Câmara representada neste Conselho Estratégico poderá seguramente, juntamente com a Entidade Gestora, porque não, a equacionar e pressionar também a tutela no sentido de facto, que aquele espaço não deixando de cumprir a função que cumpre enquanto Centro de Saúde, possa também ser optimizado em termos daquilo que é o seu espaço físico e as suas valências e possa dar também uma resposta mais efectiva à população nomeadamente naquilo que, poderão ser a questão das urgências. E por isso, penso que relativamente a tudo aquilo que se colocou, a Câmara está como devem imaginar, e não acredito que pela cabeça dos Senhores Deputados passe outra coisa, perfeita boa fé relativamente a este processo, é o grupo A como poderia ser o grupo B, o C, D, ou F, para nós isso não é relevante neste processo, não é isso que é relevante neste processo, é discutível sempre o momento da oportunidade, se fosse depois do concurso, era porque era antes do concurso, se tivesse sido antes do Senhor Ministro anunciar a abertura do concurso, é porque tinha sido neste momento, agora estamos no entretanto é porque estamos neste momento, acho que essencialmente, independentemente da preocupação que todos temos seguramente,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

disso não tenho a menor dúvida, relativamente a uma área tão sensível como é a área da questão da saúde, se calhar separa-nos aqui essencialmente formas de abordar e de ver estas questões, que são todas elas respeitadas, mas que serão seguramente diferentes. Acho que não restam dúvidas que, a Câmara está de boa fé neste processo, completamente de boa fé, entendendo que poderá ser de uma mais-valia para a Cidade o seu envolvimento, entendendo que este ao contrário de às uns tempos atrás, é o momento para formalizar a nossa intenção de podermos participar no Conselho Estratégico e penso que seja qual for os candidatos que se apresentem relativamente à futura gestão, a Câmara, e neste caso as Câmaras pleno menos já manifestaram a sua vontade e a sua disponibilidade, trabalharão ou estarão disponíveis para participar com quem vier, com quem entender, com a preocupação de facto de podermos ter um acompanhamento relativamente às situações do Hospital Amadora/Sintra, que volto a repetir foi tão somente o que norteou esta proposta.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida**: “Eu percebo que o Partido Socialista não queira dispersar esta discussão e a queira abreviar, aliás notou-se que na Comissão o Partido Socialista não emitiu qualquer opinião sobre o assunto, deixou os esclarecimentos e a opinião para o Senhor Presidente da Câmara, não teve, não manifestou opinião e aqui também das intervenções que vieram da parte do Partido Socialista não houve nenhuma contribuição substantiva para a discussão que aqui estamos a travar. Eu esperava de todo o modo, que a Senhora Vereadora viesse trazer esse contributo, e lamentavelmente não o veio. Eu não vou repetir os vários considerandos que fiz, quer dizer, eu na minha intervenção fiz uma análise ponto a ponto aos considerandos da proposta da Câmara Municipal. Eu levantei um conjunto de questões sobre a pertinência, a fundamentação de cada um daqueles considerandos, não vi ninguém responder isso, mas não vou repetir novamente, até porque não tenho tempo, essa intervenção, mas quero colocar-lhe uma questão, que tem a ver com o seguinte: a Câmara Municipal diz agora, afirma agora que tem todo o interesse, empenho, vontade em participar na gestão, e em contribuir para que o Hospital Amadora/Sintra cumpra melhor o seu papel. E a minha pergunta é: - Porque é que isso não aconteceu antes? Ou seja, no passado, no passado, antes do Grupo Mello propor à Câmara Municipal a participação do Capital Social

da Sociedade que gere o Hospital, o que é que a Câmara Municipal fez de facto para influenciar a Gestão do Hospital Amadora/Sintra, de modo a que ele cumprisse de facto a função para que estava destinado? Como é que a Câmara Municipal interveio? Como é que a Câmara Municipal deu voz aos Municípes que agora nesta proposta diz quer representar? Como é que a Câmara Municipal deu voz a esses Municípes e às inquietações, e aos protestos legítimos das populações relativamente ao Serviço que o Hospital Amadora/Sintra estava a prestar? Isso só faz sentido participando no Capital Social? Então não conta a contribuição, já não servia a tal leitura ampla das atribuições do Município no que se refere à política de Saúde? Porque evidentemente Senhora Vereadora, e com isto termino Senhor Presidente, evidentemente que nós subscrevemos essa leitura ampla das atribuições e das competências, mas o ponto não é esse, o ponto é, se é vocação do Município participar no Capital de uma Sociedade Privada que obteve a concessão de exploração dum Hospital Público? E se é legítimo até, é a última nota Senhor Presidente, e se é legítimo até, que essa participação seja feita através dos ganhos com a exploração privada desse Hospital, ou seja com aquilo que custa a todos os Municípes que vão ao Hospital, aquilo que todos temos que pagar? Seja através das taxas que o Partido Socialista multiplica nos Serviços de Saúde, seja através dos impostos, se isto é legítimo, que a participação do Município no Capital Social dessa Empresa seja feita desta forma?”-----

Senhor **Deputado João Serrano**: “Ao ouvir a intervenção do Carlos Almeida confesso que tinha que vir aqui, porque se algo que nada foi dito nesta Assembleia de novo foi por parte da CDU, aliás nesta intervenção final, o Senhor Deputado Carlos Almeida demonstrou a incongruência, que tem pautado a actuação da CDU nesta e noutras matérias, que no fundo pauta a sua atitude por uma lógica que é, é preciso não fazer nada e tudo ficar na mesma, ou seja, a CDU diz, bom, este é um mau momento, não, nós não devíamos estar em parcerias e não devíamos ter aceiteado o convite, mas diz agora o Deputado Carlos Almeida o seguinte: então porquê que esta questão é agora? Porquê que a Câmara nada fez para que no passado houvesse esta parceria? Ou seja, a questão é o momento, ou seja, o momento agora é que é mau, mas se no passado a questão fosse colocada, bom, já poderia ser uma boa questão. Esta

foi no momento penso eu, propício para tal, é uma matéria como disse a Senhora Vereadora que esteve a ser trabalhada, foi trabalhada anteriormente quando estávamos em dúvida a questão da renovação, mas entendeu a Câmara e bem, que enquanto houvesse dúvidas sobre haver ou não renovação do contrato de concessão não era o momento oportuno, eu acho, este é o melhor momento, ou seja, é um momento em que todos sabemos as regras do jogo, ou seja, vamos participar, mas vamos participar com uma condicionante, é que vai haver um concurso em que todas as Entidades vão participar, e todas as Entidades em pé de igualdade vão gerir não só o Amadora/Sintra, como também, isto é importante que se diga, o futuro Hospital de Sintra. Segunda nota, que eu penso que é extremamente importante sob o ponto de vista político e sob o ponto de vista no fundo de nós ocuparmos um espaço, que é o espaço de participação entre os Municípios e os Privados, que eu acho que é importante na Gestão, neste caso do Hospital Amadora/Sintra. É que a Câmara Municipal Sintra por maioria, por larga maioria deliberou participar também nesta Sociedade Gestora, e por isso perante esta vontade, expressa pelo Senhor Presidente da Câmara, apoiada por todos os Partidos com excepção do Bloco de Esquerda e da CDU, nesse aspecto à uma coerência total, o que é que nos restava? Não nos restava outra alternativa, do que também entrarmos nesta participação, porque o que se vai discutir nos próximos dois anos, é no fundo não só a Gestão desta participação, e isso, eu acho que é muito importante a Autarquia preparar-se, como também no fundo todo o quadro de Gestão dum plano que vai, que está a existir, de relativamente aos Centros de Saúde, não só aqui como também em Sintra. É isto o momento que é decisivo de nós participarmos, participamos agora com diz a Senhora Vereadora, como participamos com qualquer Entidade, é muito importante as Autarquias, e por isso esta lógica de dizer o seguinte: bom, nós continuamos a berrar, a berrar, a berrar, mas quando há um convite a nós participarmos directamente, nós já não aceitamos, não parece uma boa política, quando há um desafio a nós participarmos num Conselho Estratégico devemos aceitar, porque isso obviamente não diminui as nossas capacidades, e isso é importante para defender no fundo os interesses da Amadora. Numa palavra como dizia há bocadinho, o meu Camarada Augusto Guedes, eu penso que, há momentos que é preciso elevar, e temos que evoluir...(mudança de cassette) ... se na Sociedade Gestora e na futura Sociedade Gestora, num quadro Global de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

gestão de duas unidades, que vão ser essenciais para a população da Amadora e Sintra, que é não só este Hospital como também o futuro Hospital de Sintra.”-----

Senhor **Deputado António Carixas** (pedido de esclarecimento): “Não lhe fica bem Senhor Deputado essa atitude, aliás o Deputado Guedes manifestou aqui uma disponibilidade para, com serenidade tentar-se esclarecer as questões, não fica nada bem e até como Líder da Bancada não lhe fica nada bem ...(interrompido pelo Senhor Presidente da Assembleia)”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Peço imensa desculpa Senhor Deputado, V. Exa. faz o pedido de esclarecimento, o Senhor Deputado agirá como entender.”-----

...(retoma o orador) ... “tem toda a razão, peço desculpa. A minha pergunta tem a ver com isto: lendo umas afirmações do Senhor Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, fico com dúvidas com as afirmações do Senhor Deputado, porque o senhor Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo diz que: recebeu o pedido do Grupo para alienação de Capital Social, o Senhor Deputado afirmou aqui que vai entrar. Quer dizer, parece-me que há aqui ainda uma passagem para o concurso público que ainda falta fazer, um percurso que ainda falta fazer, que é o Estado, a Administração Regional dar a autorização para a alienação do Capital Social. Tem tudo a ver com o concurso Senhor Deputado, é que ainda não vamos para o concurso, é que ainda está, a Administração Regional de Saúde ainda tem que dar autorização para a alienação do Capital Social, ainda não foi dada essa autorização, já foi dito mas ainda não foi dada, estamos aqui já, como um dado adquirido e o Senhor Presidente ainda diz isto, que ainda queria mais alguma confusão, diz que: o contrato anual, com a Sociedade, obriga que o Estado dê consentimento em qualquer alienação de Capital, é um facto, portanto falta isto, esta fase intermédia, mas parece que já, passou-se à frente já, é um dado adquirido não é necessário isto e diz: num concurso público o mercado é que regula, e são os outros concorrentes ou a Autoridade da Concorrência é que podem levantar a questão, isto é, corre-se o risco ou não, a minha pergunta, a minha dúvida, a segunda dúvida, corre-se o risco de a Câmara ficar mal,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

imagine que, não é possível fazer essa alienação ou algum concorrente pôr em causa a entrada da Câmara Municipal, o Município da Amadora não fica mal vista nesta situação? Se outro concorrente puser em causa as regras da abertura de Capital Social?"-----

Senhor **Deputado João Serrano** (resposta ao pedido de esclarecimento): "Bem, eu não tenho tempo mas, também acho que, não sei se o Senhor Presidente da Assembleia me dá tempo ... (interrompido pelo Senhor Presidente da Assembleia)"-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: "Senhor Deputado, eu peço-lhe imensa desculpa, o Senhor Deputado tem três minutos para lhe fazer o pedido de esclarecimento, tem três minutos para responder, não é no seu tempo."-----

... (retoma o orador) ... "muito obrigado. Senhor Deputado, eu confesso que não percebi bem a sua interpolação, no entanto, posso-lhe esclarecer o seguinte: uma questão, uma coisa é, uma questão é, a alienação no fundo a venda de capital para entrada de privados, é um processo que vai correr, Sintra já aprovou, salvo erro já entrou a ARS vai apreciar, e a seguir a Câmara por certo após esta deliberação, enviará para a ARS para apreciação, isto é um processo, é o processo da alienação, outra coisa é o concurso, ou seja, não condiciona minimamente o concurso o facto da Sociedade Gestora actual, alienar ou não património, nada tem a ver, por isso se por acaso a ARS não concordar isso não condiciona, nem subverte numas regras do concurso, porque ao concurso obviamente quem vai participar é o Grupo Mello, como por certo o Grupo da Caixa, o Grupo BES, todos eles vão participar, no fundo com as suas armas e com os seus argumentos. Por isso uma questão, é o processo da alienação que é isso que estamos a tratar, outra é matéria do concurso. Este processo de alienação nada tem a ver com o concurso, e por isso confesso que não entendi bem ou talvez tenha percebido mal as suas dúvidas sobre a interferência neste processo do próprio concurso."-----

Senhor **Deputado António Santos** (protesto): "O Senhor Deputado João Serrano percebeu e

emendou a mão, porque o meu protesto, e faço-o na mesma para memória futura, é que considero que qualquer Deputado desta Assembleia, não tem o direito sem saber, qual é o pedido de esclarecimento que lhe é feito, dizer: não tenho tempo para responder, ainda mais quando essa situação e quando essa atitude parte dum Membro do Grupo Parlamentar da Maioria Absoluta desta Assembleia, acho que fere as regras mais elementares da Democracia, uma atitude deste tipo, felizmente que o Deputado João Serrano emendou a mão, de qualquer maneira para memória futura que fique registado."-----

Senhor **Deputado João Serrano**: "Duas notas, primeiro cada Deputado é livre de responder ou não aos pedidos de esclarecimento, é livre, por isso nós podemos responder ou não. A questão que eu suscitei aqui, e confesso que o Senhor Presidente lembrou-me o Regimento, é que eu sabia que o meu Partido não tinha tempo, e por isso estava só a chamar atenção das pessoas que tinham pedido esclarecimento, da dificuldade que eu tinha em tempo e por isso também estava a convidar a ver se davam um bocadinho de tempo ao nosso Partido já que, houve quatro intervenções, e tivemos uma participação activa ao contrário do que o Carlos Almeida acha neste debate. Mas o Senhor Presidente depois chamou-me a atenção que eu tinha três minutos e eu vim aqui, por isso foi só a questão que eu falei, foi só uma questão, porque eu achava que não tinha tempo e o Senhor Presidente lembrou-me e bem essa matéria, quanto à questão do pedido de esclarecimento, confesso-lhe que isso é uma matéria como devem perceber, eu poderia também não responder a um pedido de esclarecimento, acho que é no meu legítimo interesse, ainda para mais quando a gente sabe que os pedidos de esclarecimento muitas vezes não são pedidos de esclarecimento, são no fundo protelar o tempo de intervenção por parte dos Partidos, e a Mesa avalia excelente, muito bem, por parte do seu Presidente, no espírito de abertura e compreensão de que os outros Partidos, nomeadamente a oposição tem que ter mais algum tempo de intervenção para expor as suas intervenções."-----

Senhor **Deputado Rafael Evaristo**: "Ponto um, gostava de agradecer ao Deputado João Serrano para me fazer cair ali uma moeda. Talvez tenha percebido isto mal, mas o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

acontece é que alguém, que se vai candidatar a um concurso público para a Gestão do Hospital Amadora/Sintra e construir o futuro Hospital, que é o Grupo Mello convidou a Câmara para que fizesse parte do seu Capital Social. Muito bem, como isso a Câmara naturalmente terá os poderes que são estatutariamente dentro desta Sociedade atribuídos, o que não compreendo é o seguinte: como o Deputado João Serrano diz, vão existir mais n deste tipo de Sociedades, que vão também fazer esta proposta. O que é que acontece se não for o Grupo Mello a ganhar? É só isso que eu gostava de saber. Já agora gostava de terminar com isto, se calhar o melhor era apostar em todos, assim de certeza que se ganha. Se a questão se trata de basicamente estarmos a apostar, digamos assim, naquilo que vai ser, ou seja, de estarmos a consolidar a nossa estratégia em cima de um se ponhamos, se calhar é melhor se pormo-nos com todos, apenas isto, uma tripla.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares**: “Só duas ou três notas, muito breves. Eu pessoalmente enquanto Vereadora até desta área da Saúde não tenho sinceramente nenhum tipo de preconceito relativamente às parcerias público/privadas, muito pelo contrário, acredito sinceramente e convictamente que o futuro da Gestão dos Municípios passará seguramente por esse tipo de parcerias, e por isso relativamente a essa matéria não tenho nesta área, como não tenho na área da Educação relativamente à Gestão de alguns equipamentos, nomeadamente quando falamos de algumas valências de Creches não já da Rede Pública como é natural, mas não tenho relativamente a estes processos qualquer tipo de preconceitos, por isso também encaro este processo e encarei desde o início e desde a primeira hora este processo com o Grupo que gere o Hospital Amadora/Sintra também sem qualquer tipo de preconceito. Relativamente só, penso que o Senhor Deputado Carlos Almeida, bem, o esclarecimento da Câmara não veio trazer nenhum contributo, lamento não esperaria que mudasse a sua opinião seguramente, mas esperava pelo menos trazer algum contributo à discussão, falha minha com certeza que não consegui trazer esses contributos para a discussão. Relativamente às questões que colocou: o que é que a Câmara fez? O que é que a Câmara podia ter feito? Eu acho que esta Câmara sempre fez relativamente às questões do Hospital aquilo que podia fazer como espaço de intervenção que tinha, mas penso que sempre

esteve atenta e preocupada em poder de facto acompanhar tudo o que directamente tinha a ver com a Cidade e dizia respeito à Cidade. Não só através da contestação, essa não é a única forma de participação, mas também como uma crítica, muitas vezes, com uma presença, com uma crítica que pode ser construtiva, não tem que ser sempre contestatária, pode ser contestatária sendo construtiva, e por isso houve sempre essa preocupação, e a Câmara sempre fez, relativamente a todas as questões que tinham a ver com o Hospital, e lembrou-me de algumas, ainda não comigo enquanto Vereadora bem complicadas e algumas áreas difíceis de gerir, e a Câmara sempre o fez e sempre procurou acompanhar. Se quer que lhe diga, sinceramente acredito que se calhar podia ter sido diferente, se a Câmara já na altura tivesse uma Representação em qualquer Conselho Consultivo, que o Senhor Deputado desvaloriza, mas que entendo, que começando por aí é importante, o importante é começarmos por algum lado, até porque se, e como pessoa atenta que é, como pessoas atentas que são, se olharem para aquilo que se avizinha, ou que se perspectiva em termos daquilo que serão as novas competências para as Autarquias, quer na área da Educação, quer na área Social, quer também na área da Saúde, não está de fora deste processo a questão da participação, aliás é uma questão que foi colocada para análise, como devem ter conhecimento aos diversos Municípios a questão da participação na Gestão dos Hospitais. Por isso volto a referir, que não entendemos que este processo condicione qualquer tipo de futuro concurso, eu peço desculpa Senhor Deputado Rafael, não sei se a interpolação era directamente à Câmara, se era eu não percebi concretamente qual era a sua pergunta, peço-lhe desculpa por isso, de qualquer das formas a Câmara está disponível e penso que já o tinha referido neste momento é o Grupo Mello que está na Gestão do Amadora/Sintra, e por isso todo este processo foi feito com quem está na Gestão. E como os Senhores Deputados sabem, eu penso que a pouco também o referi, temos aqui dois processos distintos relativamente a este processo, porque por um lado aquilo que é a participação dos Municípios no Conselho Estratégico que carece de autorização da ARS, e esse é um processo. Por outro lado, a abertura do novo concurso público para a Gestão do novo Hospital, e esse também é um processo que todos sabemos, que é público será em dois mil e oito e que se alongará com certeza, como já referi a pouco não se fará com certeza em seis meses no tempo, até lá a Câmara da Amadora tem a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

possibilidade relativamente à actual Gestão do Amadora/Sintra de poder participar no Conselho Estratégico, venha que Grupo financeiro vier daqui a dois ou três anos, seja quando for, quando tiver terminado o processo de concurso, seja quem for o Grupo financeiro a Câmara mantém exactamente a mesma abertura, exactamente a mesma vontade e a mesma disponibilidade para poder participar.”-----

Senhor **Deputado Carlos Almeida** (pedido de esclarecimento): “Eu não vou repetir argumentos, de todo o modo houve um aspecto particular da intervenção do Senhor Deputado João Serrano há pouco que me suscitou dúvidas, e eu gostaria saber qual é a opinião da Senhora Vereadora e da Câmara, do Partido Socialista na Câmara relativamente a essa matéria ... (interrompido pelo Senhor Presidente da Assembleia) ...”-----

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Senhor Deputado peço imensa desculpa. Os pedidos de esclarecimento são sobre a intervenção do próprio. V. Exa. quer fazer um pedido de esclarecimento à Senhora Vereadora sobre a intervenção da Senhora Vereadora, dou-lhe a palavra, se é para fazer um pedido de esclarecimento sobre três intervenções atrás não lhe dou a palavra, peço desculpa.”-----

... (retoma o orador) ... “eu reformulo então a questão. Posso? A Senhora Vereadora há pouco referi que, portanto que a Câmara Municipal de Sintra tinha deliberado participar no Capital Social da Sociedade que gere o Hospital Amadora/Sintra, e que a Amadora naturalmente também era necessário que o fizesse. A minha pergunta tem a ver com isto: - A Senhora Vereadora acha que, se, no entendimento soberano dos Órgãos Municipais da Amadora, Câmara e Assembleia Municipal, o Município da Amadora não participa-se na Sociedade Privada que gere o Hospital Amadora/Sintra, os interesses da população da Amadora não seriam defendidos? Não seriam acautelados? A Senhora Vereadora acha que, se a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal no seu auto e soberano juízo, entendessem não participar, a Sociedade Gestora estaria de alguma maneira legitimada a subestimar os interesses e os direitos da população da Amadora no acesso ao Hospital Amadora/Sintra? É

esta a minha dúvida.”-----

Senhora **Vereadora Carla Tavares** (resposta ao pedido de esclarecimento): “Muito rapidamente, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado. Senhor Deputado, eu não devo de facto, ter-mos dificuldade, as minhas intervenções não o conseguem ajudar, e eu também não me devo conseguir explicar. É um facto que o Hospital, que a Câmara Municipal de Sintra também participa neste processo, é natural que quando é um Hospital, que serve dois territórios, as duas Câmaras Municipais conversem ou não? Ou gerem de costas voltadas? Não me parece que isso fosse razoável, por isso é perfeitamente natural. A Câmara não foi a reboque da Câmara Municipal de Sintra, agora naturalmente, naturalmente as duas Câmaras Municipais conversaram, com certeza que sim, Senhor Deputado eu não o interrompi, tive a educação de não o interromper, pedia-lhe que tivesse a mesma educação por favor, e por isso as Câmaras com certeza que conversaram, só poderiam ter conversado, é um Hospital que serve os dois Municípios, são duas Câmaras que têm ligações, não é por ser geridas com certeza por forças políticas diferentes que não poderão conversar relativamente àquilo que se entende, relativamente a uma Unidade de Saúde que é fundamental para os dois Concelhos, e por isso não é o facto de a Câmara Municipal de Sintra de participar num processo, que traz a Câmara Municipal da Amadora, e com certeza que o contrário também não será verdade. E também não é o entendimento, como o Senhor Deputado questionou e muito bem, que a Câmara, os Municípios da Cidade da Amadora fossem lesados se a Câmara não participasse na Gestão, quase que lhe posso devolver a pergunta: - Acha que os Municípios da Cidade da Amadora têm sido lesados na actual Gestão do Hospital Amadora/Sintra? Ninguém está aqui a pôr em causa, então se têm, mais me dá razão, então faz sentido que a Câmara Municipal da Amadora esteja representada de facto num Conselho Estratégico, que sendo consultivo e sendo desvalorizado por ser consultivo não deixa de ser importante para se poder acompanhar a par e passo, e em presença por parte de quem é o Representante máximo do Município aquilo que são as decisões que se vai decidindo e a forma como actuar no Concelho, como actuar relativamente ao Hospital relativamente às questões da Saúde, por isso continuo a entender, particularmente e enquanto Vereadora e foi

isso que norteou toda esta proposta, que é importante para a Cidade da Amadora e é importante para a Câmara Municipal essa participação, independentemente da Câmara de Sintra participar ou não participar, mas como é natural e óbvio as duas Câmaras só poderiam conversar.”-----

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou a proposta à votação, sendo aprovada por maioria com 23 votos a favor, 11 votos contra e 7 abstenções.---

Senhor **Presidente da Assembleia**: “Quero informar que eu próprio apresentarei uma Declaração de Voto escrita sobre esta matéria, a título individual, aprovação e justificativa do meu voto a favor da proposta.” (Documento anexo à presente Acta)-----

Antes de dar por encerrados os trabalhos, e tendo em vista a eficácia externa, por proposta do senhor Presidente da Assembleia, a minuta da deliberação da Ordem do Dia foi aprovada nos termos do n.º 3 do Artº. 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, por unanimidade dos 41 membros presentes.-----

Finda a discussão da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a Sessão às 22H00.-----

A presente Acta, depois de aprovada, vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Rui Miguel Queiroz Correia, 1º Secretário, que a redigiu.-----

António Ramos Preto
Rui Miguel Queiroz Correia

Auscultada e Dactilografada por:
Fátima Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

RELAÇÃO DE PRESENÇAS DA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DE 2007

REUNIÃO - 27-02-2007

PARTIDO	NOME	ASSINATURA
Presidente	António Ramos Preto	<i>António Ramos Preto</i>
1º. Secretário	Rui Miguel Queiroz Correia	<i>Rui Miguel Queiroz Correia</i>
2º. Secretário	Elisabete da Siva Ferreira	<i>Elisabete da Siva Ferreira</i>
CDS-PP	Ismael António dos Santos Gomes Pimentel	<i>Ismael António dos Santos Gomes Pimentel</i>
CDU	António José Tremoço de Brito	<i>António José Tremoço de Brito</i>
PS	João Miguel M. Santos Taborda Serrano	<i>João Miguel M. Santos Taborda Serrano</i>
PS	Ana Carla Carvalho Venâncio	<i>Ana Carla Carvalho Venâncio</i>
PPD/PSD	Luís Manuel Isidro Guarita	<i>Luís Manuel Isidro Guarita</i>
CDU	António Manuel Batista Borges	<i>António Manuel Batista Borges</i>
PS	José Manuel Gorgulho Evangelista	<i>José Manuel Gorgulho Evangelista</i>
BE	António Manuel Candeias Coelho dos Santos	<i>António Manuel Candeias Coelho dos Santos</i>
PS	Augusto Ferreira Guedes	<i>Augusto Ferreira Guedes</i>
PPD/PSD	Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado	<i>Maria Luísa Jesus Mendes Jubilado</i>
CDU	Vasco Miguel Ricardo aleixo	<i>Vasco Miguel Ricardo aleixo</i>
PS	Sandra Cristina Rodrigues Azevedo	<i>Sandra Cristina Rodrigues Azevedo</i>
PPD/PSD	Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira	<i>Patrícia Alexandra Pedrinho Paula Ferreira</i>
PS	Manuel António Torrinho Frade	<i>Manuel António Torrinho Frade</i>
CDU	António João Tomatas Carixas	<i>António João Tomatas Carixas</i>
PS	Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo	<i>Carlos Manuel Gonçalves Jerónimo</i>
CDS-PP	João Paulo da Graça Castanheira	<i>João Paulo da Graça Castanheira</i>
PS	Dulce Jesus Nunes Pereira	<i>Dulce Jesus Nunes Pereira</i>
BE	António Luís Andrade Silva	<i>António Luís Andrade Silva</i>